

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE TECNOLOGIA
DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA
ARQUITETURA E URBANISMO
TRABALHO FINAL DE GRADUAÇÃO

“OS CAMINHOS DA HABITAÇÃO”
UM PANORAMA GERAL DAS INTERVENÇÕES ESTATAIS
NATAL (1889-1964)

Monografia apresentada à disciplina
Trabalho Final de Graduação como requisito
parcial à conclusão do curso de Arquitetura e
Urbanismo, da Universidade Federal do Rio
Grande do Norte.

AUTORA: **CALIANE CHRISTIE OLIVEIRA DE ALMEIDA**
ORIENTADORA: **ANGELA LÚCIA DE ARAÚJO FERREIRA**

NATAL
JANEIRO, 2005

Agradecimentos

É principalmente nos momentos de ansiedade e de dificuldade que se vislumbra com mais clareza o papel e a importância das pessoas que nos circundam. Nos cinco anos que cursei arquitetura – uma trajetória difícil por vezes – foram muitos os que me ajudaram e apoiaram.

Nesse sentido, agradeço primeiramente à Deus, força espiritual maior, sem a qual, não conseguiria ultrapassar os obstáculos que encontrei pelo caminho. Aos meus pais, por me educar e ensinar os reais valores da vida. Aos meus amigos: Alenuska, Artur, Bibi, Eric, Gabriela, Hugo, Isabele, Jefferson, James, Juliana, Michele, Raquel e Orlando em especial, por todos os momentos agradáveis e de descontração que me auxiliaram bastante nas horas de maior estresse.

Ao Grupo de Pesquisa História da Cidade e Urbanismo – HCURB – reservo lugar especial nos meus agradecimentos. Foi a partir das atividades desenvolvidas, enquanto bolsista, que despertei para a iniciação científica e enveredo agora em mais um desafio acadêmico. Agradeço aos bolsistas Hélio e Gabriel, e aos pesquisadores Anna Rachel e George, pela grande ajuda. À minha orientadora, professora, conselheira e amiga, Angela Lúcia de Araújo Ferreira por todas as palavras e críticas construtivas proferidas nos três anos que permaneci no HCURB.

Por fim, agradeço a todos que de forma direta e/ou indireta estavam comigo nessa jornada.

SUMÁRIO

Lista de Figuras
Siglas Utilizadas

INTRODUÇÃO

...dos caminhos percorridos; p.07
...dos procedimentos percorridos; p.10

I PARTE: P.13

OS PRIMÓRDIOS DA INTERVENÇÃO ESTATAL NAS CIDADES E HABITAÇÕES BRASILEIRAS

II PARTE: P.21

NATAL E SEUS MOMENTOS DE INTERVENÇÃO PÚBLICA NA HABITAÇÃO

Capítulo 01:

O Primeiro Momento (1889-1929):

A legislação excludente e a adequação de residências; p.27

A necessidade de adequação estética e higiênica das habitações

(1889-1913): As enfermidades impõem o controle sobre o espaço construído; p.27

O “problema de tecto” (1914-1929):

Criar novos espaços e moradias é papel do Estado? p.42

Considerações parciais I; p.61

Capítulo 02:

O Segundo Momento (1930-1964):

A concepção da habitação pelo Estado e a institucionalização do processo; p.64

A mudança de atuação governamental:

A Revolução de 1930; p.64

A primeira grande crise habitacional:

A Segunda Guerra Mundial e o “falso progresso” de Natal; p.78

As respostas à crise:

Em tempo de guerra e vilas; p.83

Continua a crise... e as secas:

A década de 1950; p.87

De 1956 a 1958: a questão habitacional entra no programa de governo

Djalma Maranhão e seus programas; p.91

A segunda grande crise da habitação:

Mais uma grande seca e o surgimento das favelas na cidade (1958-1964); p.93

As Vilas Militares da década de 1950; p.103

Da produção habitacional dos IAPs e da FCP a criação do BNH; p.104

Considerações parciais II; p.106

CONSIDERAÇÕES FINAIS; p.109

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS, p.114

INTRODUÇÃO

Dos caminhos percorridos...

A criação do Banco Nacional da Habitação – BNH –, em 1964, marca o início de um novo período na história da habitação no Brasil, largamente abordado pelas análises sobre a produção habitacional no país, seja pública ou privada. No entanto, não é possível compreender a dimensão e o significado da intervenção estatal como controladora, financiadora ou promotora da moradia sem buscar suas origens, interpretações e ações concretas dadas ao problema da moradia ao longo da história, principalmente ao longo do século XX. Para tal, trabalhos como o de Eva Blay (1985), Nabil Bonduki (2002) e Correia (2004), entre outros, foram de grande relevância para o resgate histórico dessa questão. É tendo estes autores como referência que se evidencia a importância das interpretações das atuações dos Institutos de Aposentadoria e Pensões – IAPs – e da Fundação da Casa Popular – FCP –; sendo também muito difícil, entender a cidade do presente, sobretudo, no que se refere ao auto-emprego da casa própria na periferia – que atualmente predominam no espaço urbano – sem estudar as ações no setor da moradia, desenvolvidas em períodos anteriores.

Assim o resgate da origem da habitação social¹, em Natal, no período que antecede o BNH – cuja ação marcou a produção de moradias nas cidades brasileiras nas últimas três décadas e que ainda influencia em parte, as intervenções recentes – pode levantar questões sobre o presente, caracterizado pela busca por novas perspectivas na esfera das políticas públicas. Aprofundar o conhecimento acerca do processo que gerou o atual quadro da cidade, também é de grande valia para se repensar as políticas urbanas e de habitação atuais. Isto porque as ações públicas denunciam um problema existente ou pressuposto que pode gerar ação ou reação de outros setores da sociedade civil ou do próprio Estado registradas no espaço urbano.

Neste sentido, o estudo aqui apresentado e as reflexões que ele suscita é uma contribuição para o conhecimento e representatividade das intervenções realizadas na capital norte-riograndense no setor habitacional até a criação do BNH, assim como, de sua importância e significado; trazendo novos elementos para a historiografia local; formulando referencial para estudos históricos referentes às políticas públicas de

¹ Entendida como a habitação produzida e financiada por órgãos estatais, destinada à população de baixa renda, também conhecida como habitação de interesse social.

habitação, assim como, para discussões sobre o futuro não só da moradia em Natal e no estado do Rio Grande do Norte, mas também, no Brasil.

Trabalhos produzidos, desde 1997, pelo grupo de pesquisa “História da Cidade e do Urbanismo (HCURB)”, vinculado à Base “Estudos do Habitat” – Departamento de Arquitetura/ UFRN – como os estudos sobre a atuação do Escritório Saturnino de Brito em Natal e sobre a história do saneamento, fazem menções à questão da habitação na cidade, seja como problema social ou técnico, que se revelava como um aspecto da história urbana que se fazia necessário um maior aprofundamento.

Concomitante, o trabalho desenvolvido pela autora, desde agosto de 2002, enquanto bolsista de iniciação científica (PIBIC/CNPq) do referido grupo, ligado ao projeto de pesquisa “Arquitetura e Urbanismo no Plano Geral de Obras: Natal, 1935 a 1969”, caracterizado pelo levantamento de dados em periódicos e documentos históricos encontrados nos arquivos públicos e privados locais, e pela elaboração de trabalhos de cunho científico, também inclinaram para o desenvolvimento de um estudo no campo da moradia. Essas produções apontaram para a insuficiência de uma historiografia local que abordasse o processo de construção da cidade, no que diz respeito a concepção e ao papel da habitação, sobretudo, no período que antecede a criação do Banco Nacional da Habitação (BNH), em 1964.

Em confluência dos interesses do grupo e da pesquisa individual, nasceu o presente estudo que refere-se às ações propostas e concretizadas no campo da habitação pelo Estado² em Natal, na primeira metade do século XX até a criação do BNH (1964), correspondente não só a unidade de moradia, mas também, ao espaço destinado ao habitar; estando sua relevância sobre ordens de contribuição, tanto teórica quanto prática, concorrendo inicialmente para o registro da memória e a construção da história da cidade de Natal.

Dentre as discussões que esta temática suscita, as preocupações centrais que nortearam a pesquisa se propuseram a responder as seguintes questões: Como as intenções e planos propostos pelo Estado, lidaram com o problema da habitação em Natal no século XX? Que atores participaram dessas proposições e que soluções físico-espaciais resultaram? Como se vinculam o trato da questão com o contexto histórico local e nacional?

² Instância municipal e estadual.

A partir da revisão histórico-bibliográfica e dos trabalhos já realizados pela autora e pelo HCURB, pode-se elaborar algumas pressuposições básicas que deram impulso inicial ao estudo específico acerca de Natal. Neste sentido pode-se inferir que a habitação esteve aliada não somente aos preceitos do higienismo como verificado em todo o país, mas também, a um padrão de estética³ defendido pelas elites que se encontravam no poder. O “modelo” de habitação almejado pelos governantes não condizia com as soluções adotadas pela população de baixa renda ao problema da habitação. Essa produção foi considerada em diversos momentos como um empecilho ao “projeto de modernização” da cidade, sonhado e proposto pela elite dominante à Natal, uma vez que, tal produção se confrontava (chocava) com a requerida imagem de cidade limpa, agradável e arejada; sendo considerada anti-estética e anti-higiênica, no que diz respeito aos locais de instalação das edificações e às próprias residências.

Essa conjuntura acarretou em políticas – planos e intenções – de reação de poder público, com o objetivo de reverter esse quadro e alcançar os objetivos estimados para a capital norte-rio-grandense; o que suscitou questões complementares àquelas colocadas inicialmente de forma geral, que dentre outras, resumem-se a: Quais as lógicas e objetivos que impulsionaram as ações estatais no campo da habitação em Natal? As medidas tomadas no período pré-BNH, foram adotadas como parte de uma política deliberada e planejada? Quais as perspectivas ideológicas, econômicas e sociais, imbuídas nesse processo?

Diante desta conjuntura, o objeto de estudo conforma-se na relação entre o surgimento e a intensificação dos problemas habitacionais em Natal e as interpretações e intervenções realizadas pela administração pública para solucionar essas questões.

Pretende-se, dessa forma, compreender as características e o significado das intervenções estatais na produção da moradia na capital norte-riograndense, no período pré-BNH, com a finalidade de especificar os momentos dessa atuação; contribuindo, em particular, para a construção da história da habitação e, conseqüentemente, de Natal. Objetiva-se ainda: identificar as primeiras intervenções estatais no campo habitacional na cidade; investigar e registrar sistematicamente a produção da moradia realizada antes da criação do Banco Nacional de Habitação, em 1964; identificar e caracterizar os diversos agentes sociais que intervêm no processo e as conseqüências de suas ações.

³ Representado pelos ideais defendidos pelas elites políticas a partir da Oligarquia dos Albuquerque Maranhão – que permaneceu no poder do Estado de 1889 a 1913 – até a década de 1960.

Para responder as questões levantadas no trabalho foi imprescindível a revisão bibliográfica e a contextualização do objeto de estudo realizadas na Primeira Parte. Nesta sessão tratou-se do surgimento, formação e difusão do ideal de cidade moderna, no Brasil, que em muito embasou as intervenções públicas implementadas nas cidades durante o recorte temporal adotado nesta monografia. Traçou-se também um panorama geral da atuação estatal no campo da habitação no país; introduzindo as discussões sobre Natal, expostas por sua vez, na Segunda Parte que encontra-se subdividida em dois capítulos, cada qual, referente a um momento identificado.

O primeiro momento de intervenções públicas no que concerne a moradia e ao espaço de se habitar, correspondente ao Capítulo 1, é caracterizado pela atuação legisladora e restritiva do Estado, baseada nos preceitos higienistas apregoados na época.

A Revolução de 1930 e a construção da primeira vila operária, em 1932, eqüivalem ao princípio do segundo momento identificado e ao Capítulo 2 do trabalho. A mudança na atuação das administrações municipal e estadual perante as questões da habitação em Natal é verbalizada pela concepção de moradias, principalmente de caráter social, de forma direta e incisiva por intermédio de órgãos como, os Institutos de Aposentadoria e Pensões – IAPs –, as Caixas de Aposentadoria e Pensões – CAPs –, a Fundação da Casa Própria – FCP – e a Fundação da Habitação Popular do Rio Grande do Norte – FUNDHAP.

As considerações finais encerram a estrutura da monografia, expondo as conclusões formuladas no transcorrer da pesquisa.

Dos procedimentos percorridos...

O estudo deu-se a partir da análise de duas variáveis: o discurso oficial que justificou a atuação da administração pública e as ações concretizadas no setor da habitação; inserindo-as num contexto social, percorrendo um caminho que vai da concepção de cortiços e implementação dos códigos de postura no início do século, passando pela construção das primeiras vilas e conjuntos residenciais públicos, pela implantação da Lei do Inquilinato, pelas conseqüências e os reflexos do pós-guerra, pela crise habitacional verificada na cidade a partir da década de 1960, até a criação do Banco Nacional de Habitação – BNH.

Dessa forma, constitui-se um estudo tanto da origem como da evolução da produção de moradia social, abordando seus aspectos políticos, econômicos, sociais, e quando possível e necessário⁴, os arquitetônicos e os urbanísticos; dando maior enfoque às intervenções e às políticas públicas habitacionais, ou à intenção de formulá-la, num período pouco abordado pela historiografia local.

O recorte temporal da pesquisa realizada compreende desde a Proclamação da República, em 1889, quando inicia de forma mais clara as preocupações da administração pública local com o espaço urbano ao ano de 1964, quando se deu a criação do BNH e a mudança nas atuações administrativas e nas políticas públicas e urbanas, em função do Golpe Militar.

Referente aos instrumentos e técnicas de pesquisa realizou-se:

- Revisão Bibliográfica – Essa etapa consistiu no levantamento bibliográfico referente tanto a abordagem do tema trabalhado, como do estudo empírico realizado em diferentes momentos, abordando: a habitação popular no século XX; as políticas públicas nesse setor; além, da própria historiografia local. Isso possibilitou a contextualização da cidade de Natal no recorte temporal do trabalho.
- Pesquisa Documental – Devido à escassez de fontes bibliográficas que abordem o processo histórico de formação e configuração urbana de Natal no período em questão, assim como, relativo à produção da habitação na cidade, recorreu-se a uma pesquisa empírica e ao levantamento de dados em fontes primárias encontradas em arquivos.

Dessa forma, fundamentou-se em pesquisas nos periódicos locais encontrados nos acervos dos arquivos públicos e privados, e nos documentos oficiais da época – leis, decretos, mensagens de governo, relatórios de intendência municipal.

Dentre os arquivos visitados estão: o Arquivo Público do Estado, o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, a Fundação José Augusto, a Biblioteca Zila Mamde, o Arquivo da Câmara Municipal de Natal; merecendo destaque a pesquisa realizada, por meio de fichas padronizadas, nos arquivos do Setor do Patrimônio

⁴ A análise dos aspectos arquitetônicos e urbanístico estão limitados pela disponibilidade do dado mas também aos objetivos do trabalho.

Imobiliário do INSS-RN, que comporta uma desconhecida gama de processos relativos às ações dos IAPs e da FCP, em Natal.

Os periódicos pesquisados foram: A República (jornal oficial do Estado); o Jornal de Natal (Direção de Djalma Maranhão); A Ordem (jornal vinculado à Igreja Católica); Tribuna do Norte (direção de Alúzio Alves, representante da oligarquia oposicionista que subiu ao poder na década de 1960) e Folha da Tarde (oposicionista à época); dentre os que circularam por um curto espaço de tempo estão: a Gazeta de Natal, O Comerciário e O dia. Nestes se observou como os fatos ocorridos na época em questão foram encarados e interpretados por distintas facções da sociedade, equivalentes aos grupos mencionados e responsáveis pelas publicações dos jornais. Isto possibilitou a compreensão da atuação das elites que se encontravam no poder e a posição dos grupos opositores e da igreja perante essas ações. Auxiliou também, na identificação de elementos que definiram os momentos da intervenção do Estado na habitação em Natal.

Grande parte dessas informações estão contidas no acervo documental do Grupo de Pesquisa História da Cidade e do Urbanismo, que consta de publicações, documentos oficiais, fotografias, mapoteca, registro de entrevistas e de um banco de dados informatizado – programa Word Access – onde encontram-se as informações levantadas em periódicos locais desde o ano de 1886, além de imagens e mapas digitalizados.

Cabe ainda ressaltar que da mesma forma que os dados disponíveis nos arquivos do Grupo HCURB concorreram para o embasamento do estudo, a presente monografia servirá como fonte para desenvolvimento de outros trabalhos pelos seus bolsistas e pesquisadores, assim como, representará novo material para seu cabedal documental.

**I PARTE:
Os Primórdios das Intervenções Estatais nas Cidades e Habitações
Brasileiras**

Esta parte do trabalho traz uma breve abordagem, como o próprio título remete, acerca das primeiras intervenções públicas na cidade, sobretudo, no campo da habitação, durante o período estudado – de 1889 a 1964 – no Brasil. Da ênfase aos princípios e ideologias que nortearam as propostas elaboradas e implementadas ao longo dessa trajetória, desde a eclosão da Revolução Industrial no século XVIII, passando pela difusão do “paradigma moderno”, do ideal de cidade industrial e dos preceitos do higienismo, que resultaram numa legislação restritiva e punitiva, em fins do século XIX; seguida pelo início da concepção da habitação pelo Estado, a partir dos anos de 1930, pela institucionalização deste processo, na década de 1940; finalizando com a criação do Banco Nacional da Habitação – BNH –, em 1964, que marca nova fase no que concerne a profusão da habitação pelo poder público.

Essa explanação teve por finalidade permitir a compreensão do processo que culminou na consolidação de uma política pública planejada no setor habitacional⁵, além de possibilitar o entendimento da posição e postura do Estado perante esta questão; contextualizando e abrindo caminho para as discussões no caso específico de Natal.

***As primeiras intervenções urbanas:
A expansão urbana e o ideário de cidade moderna***

No final do século XVIII, a Revolução Industrial trouxe como consequência um movimento modernizador que reformulou o modelo de cidade e de vida vigentes, e que passou a ser implementado em diversas cidades do mundo. Esse modelo previa, diante de um crescente aumento populacional urbano e da necessidade de mão-de-obra para a indústria, a adequação do espaço físico das cidades às novas exigências do capital.

As primeiras intervenções foram guiadas pelos preceitos higienistas e sanitaristas e buscavam a solução dos problemas resultantes da expansão das cidades. Eram representadas, principalmente, por obras de ordenamento do espaço urbano – consequência da ocupação intensiva – pelo zoneamento de novos usos e funções da cidade industrial e pela conformação de seu conjunto físico aos novos meios de locomoção. (OLIVEIRA, 1997)

O ideário de cidade moderna constituído neste momento histórico e difundido pelo mundo, no entanto, não refletiu esses problemas que a nova condição da cidade

⁵ Implementada a partir da fundação do BNH.

como sede do poder e da indústria impôs à vida urbana. Estava envolvido pela “aura mágica de ser e fazer-se moderno” (COSTA, 1998, p.58), apregoando um estilo de vida “verdadeiramente cidadão” que convencia, em muitos casos, por apelos estéticos e culturais. Isso se dava apesar das inúmeras propostas e manifestações contrárias com discursos que expressavam a volta ao campo bucólico ou a maldição do caos urbano.

Ainda no século XIX, o Brasil se deixou seduzir por essa nova “ordem mundial” de modernização. No período compreendido entre os anos de 1880 a 1889 o país presenciou os primeiros indícios de desenvolvimento industrial (ALBUQUERQUE JR., 2001). Fatores como a tarifa Alves Branco, que criava uma maior barreira alfandegária à entrada de produtos estrangeiros no Brasil, e a extinção do tráfico negreiro⁶, incentivada pela Inglaterra – país líder da Revolução Industrial – contribuíram para a introdução de mudanças na estrutura econômica do país. Naquele momento apenas alguns estados brasileiros como São Paulo, Rio de Janeiro, Pernambuco e Minas Gerais, apresentavam algum processo de transformação da matéria prima, voltado para a agricultura, representada pelo binômio monocultura/exportação. Apesar disso, algumas de suas cidades já se deparavam com os problemas típicos de centros modernos, tais como: a insalubridade e o déficit habitacional.

A Abolição da Escravatura (1888) e a Proclamação da República (1889), consolidaram o capitalismo industrial no centro do poder econômico e político do país, além das significativas transformações em seu quadro político e social, “com o domínio das classes vinculadas ao setor cafeeiro e o fortalecimento das oligarquias agrárias”. (DEÁK, 1991, p.05)

Com a Proclamação da República, em 1889, sob o risco de ameaças a estrutura do novo sistema político do país, as intervenções “urbanas” também adquiriram função de controle, sendo ainda mais influenciadas pelos apelos estéticos das reformas realizadas na Europa, tendo lugar especial aquela realizada por Haussman para Paris, que se tornou o arquétipo de cidade moderna de então. (Figura 01)

O Brasil, submetido até esta época ao império escravocrata, apresentava um nível de desenvolvimento muito aquém do das nações vizinhas, como a Argentina. Era anseio dos grupos dominantes acompanhar o desenvolvimento dos centros norte-americanos e europeus, a fim de se firmar alianças políticas e, para isso, se mostrava

⁶ Uma vez que o sistema escravista era incompatível com o desenvolvimento do capitalismo industrial.

imprescindível introduzir mudanças nas cidades dando-lhes um aspecto de progresso e extinguindo a imagem colonial considerada arcaica e pouco atrativa ao capital estrangeiro.

O cenário urbano brasileiro, em fins do século XIX, era marcado por péssimas condições sanitárias que propiciaram a freqüente ocorrência de epidemias. Nesse

contexto, as políticas públicas republicanas objetivavam a modernização da nação por meio da promoção da higienização e embelezamento das cidades. (EDUARDO, 2000)

O Rio de Janeiro, após a reforma de sua estrutura urbana, realizada no governo de Pereira Passos (1902-1906) se tornou o principal referencial brasileiro, essencialmente no que diz respeito aos embelezamentos estéticos, para as intervenções implementadas nas cidades de todo o país posteriormente.

Essas reformas ocorreram por motivos diversos e até controversos. Por um lado têm-se cidades como o Recife, Rio de Janeiro e São Paulo, que embora não tivessem sofrido um processo de industrialização exacerbado, atraíam grandes contingentes populacionais e como conseqüência sofriam com a escassez de infra-estrutura urbana. Do outro lado, percebe-se intervenções não justificadas pelo crescimento da população citadina ou pelas condições econômicas, mas, mesmo assim consolidadas, a partir dos anseios de suas elites, como é o caso de Florianópolis, Maceió e Natal. (COSTA, 1998)

As primeiras intervenções estatais no campo da habitação: Uma perspectiva geral

Estudos como os de Azevedo (1996), Bonduki (2001) e Maricato (1979) apontam que as primeiras intervenções estatais no campo habitacional no Brasil se deram em fins do século XIX, diante dos problemas citadinos originados do afloramento das atividades urbanas, associadas às atividades agrícolas, sobretudo a cafeeira, que resultaram na expansão do mercado de trabalho e, paralelamente, deram origem a um contingente populacional mal alojado: “uma grave ameaça a saúde pública”. (DANTAS, 2003a, p.20)

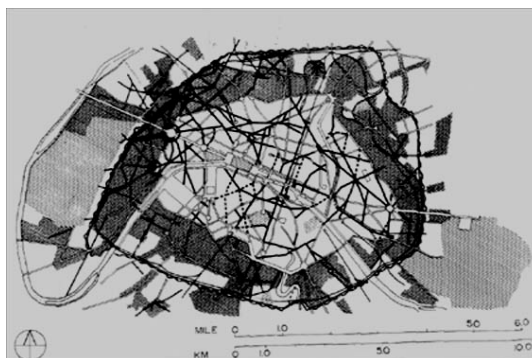


Figura 01: Reforma de Haussman em Paris.
Fonte: Kostof, 1985.

Neste contexto, os problemas que mais preocupavam as autoridades nacionais eram os que agravavam as condições higiênicas das habitações, que passaram a receber tratamento prioritário do Estado. Bonduki (2002, p.20) afirma que a ação estatal sobre a habitação se origina e permanece na Primeira República voltada quase que apenas para esse problema.

Os médicos higienistas, neste sentido, segundo Machado (1978), apontaram o controle sanitário como o principal instrumento de normalização da sociedade. A habitação tornou-se neste momento, o “embrião da legislação” (BONDUKI, 2002, p.33) implementada pelo Estado que regulamentou as construções através do Código Sanitário de 1894, verbalizando a origem da intervenção estatal no controle da produção do espaço urbano.

Os saberes e técnicas higienistas regeram as intervenções no campo da habitação em geral até a década de 1930, quando, após a “Revolução de 30”, a política do país conferiu um papel de destaque às massas urbanas, inserindo a habitação popular na estratégia de desenvolvimento nacional durante a Ditadura Vargas (1930/45) (SACHS, 1999). Segundo Bonduki (2002), a partir deste período, a habitação passou a ser vista como condição básica de reprodução de força de trabalho e, portanto, como fator econômico na estratégia de industrialização do país; assim como, elemento de formação ideológica, política e moral do trabalhador.

O leque de profissionais envolvidos com a questão da moradia também foi ampliado, a partir dos anos de 1930. Antes, restrito aos médicos e sanitaristas seguindo os diagnósticos do higienismo, passou a partir dessa época a ser abordada por engenheiros, e num momento seguinte, “várias disciplinas se dedicaram ao problema, acompanhando uma tendência internacional” (BONDUKI, 2002, p.74), surgindo uma fase de reflexão acerca da concepção de residências.

Nessa nova etapa, o problema da habitação passou a ser encarado de outra forma. A iniciativa privada – até então “responsável” pela questão da moradia destinada a classe baixa no país⁷ – fora reconhecida incapaz de enfrentar tal questão, tornando-se assim, inevitável a intervenção do Estado:

⁷ Blay (1985) aponta como soluções de tipologias habitacionais dadas pela iniciativa privada: o cortiço, casarão redistribuído para abrigar várias famílias; a “casinha”; o hotel cortiço; prédios cujos pavimentos superiores eram convertidos em cortiços; vendas com cômodos nos fundos, etc..

Defendemos no governo provisório o princípio de que este assunto [construção de casas populares] deveria sempre ser da alçada do Estado, tal sua magnitude e relevância. Embora muitos não queiram ver a obra realizada [...] no que concerne a construção de casas para os trabalhadores. [...] Não desconheço que as instituições que se quer beneficiar nesta Casa, umas com o crédito, outras com a acessão de grandes faixas de terras, são entidades da maior benemerência. Mas, senhor presidente, a construção de casas para operários deve ser obra obrigatória do Estado, tal a magnitude do problema, tais os encargos financeiros que exige, indispensável para a sua realização. É certo que, até 1930, nada se havia feito nesse setor. (DISCURSO..., 1937 apud BONDUKI, 2002, p.23)⁸.

Nesse momento, passou a ser responsabilidade do Estado garantir condições dignas de moradia aos trabalhadores e, para tanto, foi preciso investir recursos públicos e usar fundos sociais específicos. Isso resultou também, segundo Andrade (1982), na criação e/ou fortalecimento de órgãos federais, encarregados da produção ou financiamento de habitações, tais como as Carteiras Prediais dos Institutos de Aposentadorias e Pensões – IAPs – e a Fundação da Casa Popular – FCP.

Para vários autores⁹, a intervenção do Estado na economia e em outras questões, dentre elas a moradia, conseguiram amparo ideológico favorável, devido à ascensão do fascismo e do socialismo. Além disso, os programas desenvolvidos pelos países europeus, sobretudo os sócio-democratas nos anos 1920, no que concerne a produção da habitação, serviram como justificativas que facilitaram a aceitação do novo modelo de intervenção no Brasil.

A questão habitacional foi ainda mais evidenciada com a chegada da década de 1940 e o efetivo “despertar” do país para a industrialização. Seguindo o caminho trilhado pelos países europeus e latino americanos desde a Primeira Guerra Mundial, foi promulgada em 1942 a Lei do Inquilinato – que congelava todos os preços dos aluguéis da nação. A resposta do governo para a carência de moradias, sob a forma de congelamento dos aluguéis, em concordância com Azevedo (1996), acabou por agravar ainda mais a situação, desacelerando o mercado de locação e promovendo uma leva de despejos. Peruzzo (1984, p.31) afirma que esta Lei pode ter desestimulado a construção de moradias para locação, mas não a construção para a comercialização. Essa dinâmica também fez com que as “classes subalternas” se deslocassem para a

⁸ Nas referências deste trabalho optou-se por corrigir os erros de tipografia encontrados, mantendo porém, a escrita da época.

⁹ Blay (1985), Bonduki (2002), Dantas (2003), dentre outros.

periferia, fazendo a cidade crescer em extensão, aumentando também a população favelada.

Com o fim do governo Vargas, em 1945, foi interrompido, de acordo com Bonduki (2002), um processo institucional que caminhava para a criação de uma política habitacional consistente para o país, uma vez que: dispunha-se de recursos acumulados nos fundos dos IAPs; capacitação técnica, apresentada nos inúmeros projetos dos IAPs no decorrer da década de 1940; reconhecimento por parte da sociedade da importância e prioridade da questão habitacional; e vontade política do governo. O estorvo desse processo – criação de uma superagência com os recursos da previdência, representada pela unificação dos IAPs – atrasou em quase duas décadas a criação do BNH, que somente se tornou realidade em 1964.

A transferência dos IAPs para a Fundação da Casa Popular – FCP –, criada em 1946, também não foi possível devido aos inúmeros “empecilhos” postos, cuja maioria diziam respeito a ruptura de interesses já consolidados, questões de caráter corporativo e de enfraquecimento dos Institutos – o que reduziria seus poderes, quebrando laços clientelistas e retirando o controle da distribuição dos benefícios previdenciários. (BONDUKI, 2002).

A partir da década de 1950, a intensificação da industrialização emanada pelo sonho de modernização, representado pelo nacionalismo econômico e desenvolvimentista do governo Juscelino Kubitschek, levou à criação de outros órgãos com o intuito de firmar uma política habitacional no Brasil. Tais como: a criação do Banco Hipotecário de Habitações, no âmbito da Fundação da Casa Popular; a formulação de uma estrutura institucional voltada às questões sociais – representada pelo Ministério do Bem Estar Social, incluindo uma subsecretaria para habitação e favela –, formulada no segundo governo de Vargas, dentre outras iniciativas surgidas entre 1961 e 1964.

Nenhuma modificação significativa foi feita neste sentido até 1964, quando um novo governo antipopulista extinguiu os IAPs e centralizou a previdência no INPS – Instituto Nacional de Previdência Social – transferindo, por outro lado, as atribuições das carteiras prediais e da FCP para o Banco Nacional da Habitação – BNH¹⁰.

¹⁰ As fontes e os recursos para essa instituição eram provenientes do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e do Sistema Brasileiro de Previdência e Poupança (SBPE).

Percebe-se, dessa forma, que apesar da questão da habitação ser considerada de responsabilidade do Estado até 1964, interesses contraditórios presentes nos governos populistas, assim como questões meramente administrativas, dificultaram a implementação de uma política habitacional concreta no país e acabaram por restringir a ação pública, resultando na busca pela própria população, de soluções informais para o problema da habitação, como a favela e a casa auto-empresada em loteamentos irregulares. Ribeiro (1996, p.13) compartilha dessa idéia, afirmando ainda que até 1964 o Estado de “forma errante e não sistemática” guiou o setor construtivo do país.

Em síntese, por quase vinte anos, período de intenso processo de urbanização das cidades brasileiras e também de agravamento da crise habitacional, os sucessivos governos foram incapazes de instituir uma proposta para atender as necessidades habitacionais do país. Segundo Bonduki (2002), a trajetória dos IAPs e da Fundação da Casa Popular refletem essa situação e comprovam que, no Brasil, a questão da habitação não esteve realmente no centro das preocupações dos governos populistas.

II PARTE:
Natal e seus momentos de intervenção pública na a habitação

Nos tópicos que seguem foram abordadas as intervenções, planos e ações concretizadas pelo Estado no campo da habitação, em Natal, entre fins da década de 1880 a meados da década de 1960.

No desenvolvimento do estudo – levantamento e análise de dados, releitura de trabalhos realizados e de historiografia específica – foram identificados dois momentos. Um primeiro iniciado com a Proclamação da República (1889) se prolongando, até fins da década de 1920, caracterizado pela ação legisladora do Estado no campo da habitação; e um outro, de 1930 a 1964, no qual, o poder público passou a atuar – intervir e conceber – moradias de forma direta e incisiva. No entanto, antes de apresentar esses dados, cabe retratar o papel da habitação e a importância conferida à ela pelas administrações estadual e municipal¹¹ no crescimento e evolução da cidade de Natal, como também, o papel das instâncias governamentais locais frente a essa questão.

Natal, sempre cidade! Uma caracterização do papel da habitação: De sua origem à Proclamação da República

Desde os primórdios, a posição geográfica privilegiada e estratégica do estado do Rio Grande do Norte em relação à Europa e ao Continente Africano influenciou em sua ocupação. Natal surgiu diante de uma crescente possibilidade de invasão francesa ao Brasil e da vontade do rei de Portugal, Felipe II, em instalar pontos estratégicos para vigilância das “saliências”¹² do território do país. Foi construído na capitania do Rio Grande, neste momento, o Forte dos Três Reis Magos “a setecentos e cinquenta metros da barra, em cima do arrecife, ilhado nas marés altas”. (CASCUDO, 1999, p.25)

“Natal já nasceu cidade”! Foi efetivamente fundada em 25 de dezembro de 1599¹³, no platô elevado situado à margem direita do rio Potengi, onde foi edificada a Igreja Matriz. Dom Diego de Meneses, governador geral do Brasil na época, afirma em carta endereçada ao rei de Portugal, em 04 de dezembro de 1608, que a “povoação que está feita não tem gente” (CASCUDO, 1999, p.31) até alguns anos depois de construída a Matriz de “pedra e cal” (SOUZA, 25/07/1943, p.01).

¹¹ Essa instância política só passou a ter autonomia a partir de meados da década de 1920, na administração do prefeito Omar O'Grady (1924-1929).

¹² Como era denominada a costa da região Nordeste.

¹³ Justificando assim a sua denominação.

Durante muito tempo foi “cidade apenas no nome” (CASCUDO, 1999, p.37), sem exercer a real função destinada a uma capital e sede do poder (OLIVEIRA, 1997, p.64): “com quinze anos de vida, a Cidade do Natal do Rio Grande do Norte tinha maior nome que número de moradias” (CASCUDO, 1999, p.74/75). Aos poucos foram instalando-se casas paralelas e voltadas para o rio Potengi, avizinhandose a Igreja, num total de 12 residências no ano de 1614 e de 118, em 1719. Passou-se quase um século de crescimento ínfimo. Diversas famílias se instalaram nos arredores da “cidade”, em granjas e sítios, diante de inexistência de infra-estrutura que garantisse o seu adensamento. As primeiras residências verificadas possuíam, como apontadas por Eloy de Souza (29/07/1943, p.05), características das “moradias de campo”:

O feitio de suas casas esparsas, aqui e ali, tiveram naturalmente o aspecto primitivo de habitações rurais construídas com os materiais acessíveis aos primeiros povoados e subordinadas à habilidade manual de cada um. (SOUZA, 29/07/1943, p.06)

As residências datadas da primeira metade do século XIX eram construídas com os materiais da região – barro e palha – edificadas em sua totalidade “com barro amassado a que serviam de suporte varas amarradas com cipós da flora local, dispostas paralelamente a estacas fincadas e correspondentes (...) a elevação das paredes (...)”. (SOUZA, 25/07/1943, p.04).

É interessante assimilar a particularidade da evolução dessas construções em correspondência com a situação “sedentária e econômica dos habitantes que aqui se fez devido as condições locais, muito mais tardiamente do que teria outra sorte ocorrido”. (SOUZA, 29/07/1943, p.06). As casas de taipa continuaram sendo “auto-construídas” durante um significativo espaço de tempo diante das dificuldades na fabricação de tijolos e telhas, não só por falta de argila apropriada no perímetro da cidade nascente, mas também, pela ausência de oleiros que somente depois vieram diretamente de Portugal ou das capitânicas limítrofes.

Nas poucas ruas irregulares, impregnadas de dejetos – uma vez que não havia esgotamento sanitário – convivia toda a população sem nenhuma distinção social ou espacial. O abastecimento de água era feito pela Bica do Baldo¹⁴ situada nas

¹⁴ “Localizava-se no rio de água corrente que deságua no Potengi, e abastecia, principalmente, a Cidade Alta”. (OLIVEIRA, 1997, p.78)

proximidades do bairro de Cidade Alta (COSTA, 1998) e pela Campina de São Tomé¹⁵, localizada próxima à vila dos Barretos, atual colégio Salesiano. (OLIVEIRA, 1997, p.79)

Ainda no primeiro quartel do século XIX, com a abertura dos portos brasileiros às nações estrangeiras, percebeu-se uma mudança nos hábitos sociais da cidade; possibilitando o início da influência européia sobre os usos e costumes não só em Natal, mas também em todo o país, que se tornou tão difundida no final do século.

A partir dos anos de 1850, a cidade de Natal passou a ser palco para “políticas” públicas sanitárias, sobretudo, com o surgimento das epidemias de febre amarela (1850), cólera-morbo (1855) e varíola (1877 e 1882). As ações efetivadas acabaram por introduzir transformações em sua estrutura física. Os médicos assumiam nesse contexto as principais propostas de intervenção; sendo o Estado o promotor da edificação dos equipamentos de assistência a saúde coletiva e implementação de medidas pontuais na área urbana (EDUARDO, 2000). As demais construções, incluindo as habitações, ficavam a cargo, em grande parte, da iniciativa privada e da própria população.

Data deste período o primeiro registro de intervenção estatal no setor da habitação. As intervenções ocorreram no sentido de modificar a aparência física das moradias. Desta forma, uma comissão imperial proibiu a construção de edifícios e habitações em todo o perímetro da cidade com materiais que eram normalmente utilizados até então, a exemplo da taipa. (OLIVEIRA, 1997)

A referida “norma” exigiu investimentos na transformação da aparência das moradias, principalmente para a região central de Natal, os quais, a população menos favorecida não possuía, obrigando-a a se deslocar para outras áreas. Cascudo (1990, p.27) afirma que essa camada “(...) não resistiu ao embate nos bairros de vida social mais intensa (...)”. Possivelmente aquelas pessoas se instalaram nas Rocas, Passo da Pátria e Alecrim – bairros que apresentaram grande crescimento nesta época.

Tais ações equivalem ao início da normalização do uso e ocupação do espaço urbano e da segregação social da população pobre residente na cidade e migrantes que aqui tentavam se instalar, em áreas distantes do centro da cidade.

A prática de afastamento dos retirantes e dos pobres do centro da cidade, assemelhando-se às soluções aplicadas na Europa para as “classes perigosas” nos

¹⁵ Em 1859 esta fonte foi equipada com uma bomba d’água envolta por uma “casa de pedra”. (OLIVEIRA, 1997, p.79)

séculos XVIII e XIX (DANTAS, G., 2003, p.41), teve sua primeira experiência na cidade durante a seca de 1877/1878, quando uma comissão imperial formada para estudar e propor soluções às conseqüências desse fenômeno, principalmente, a migração, criaram colônias agrícolas para conter aquela população longe de Natal.

Os discursos segregacionistas, elitistas e que primavam pela preservação estética da cidade, presente em inúmeros momentos da história da capital noroeste-riograndense, começou naquele momento a ganhar corpo e a ocupar lugar de destaque na imprensa escrita. Os artigos focavam essencialmente o bairro da Ribeira, setor comercial e “porta de entrada” para os visitantes que chegavam pelo Porto de Natal, onde não era mais admissível a existência de “vivendeiras”¹⁶ e cortiços (CIDADÃO..., 08/02/1890, p.04). Esse povo considerado “rústico e ignorante” (OS TIROS..., 07/06/1890, p.04) não podia mais ocupar o espaço que se pretendia “modernizar” (DANTAS G., 2003, p.43).

Com três quartos de século passado, as regiões ocupadas da capital noroeste-riograndense eram a Cidade Alta, núcleo originário da cidade, área comercial e residencial dos primeiros sobrados e dos moradores ilustres, e a Ribeira, ocupada por sítios, plantações e pela zona portuária (Figura 02). A única ligação entre eles se dava por um caminho penoso, definido por Cascudo (1999, p.129) como sendo uma ladeira íngreme que escorregava como sabão em dias de chuva; recebendo diversas

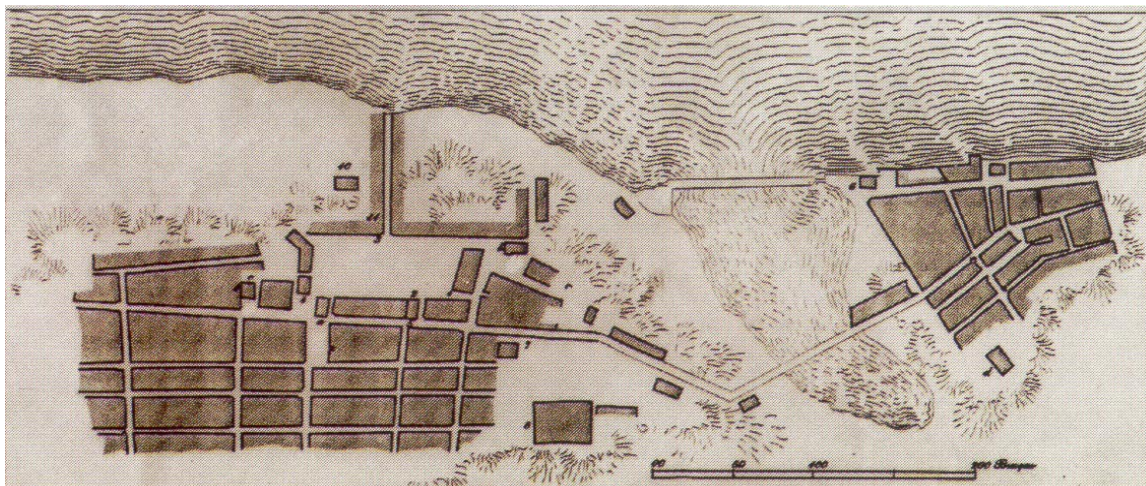


Figura 02: Bairros Natal no século XIX – Cidade Alta e Ribeira.
Fonte: MIRANDA, 1981.

¹⁶ O termo pode referir-se aos bordéis da época ou a edificações destinadas à hospedagem de marinheiros. A insuficiência de dados impediram a confirmação dessa hipótese.

nomenclaturas com o passar dos anos, dentre as quais se destacam: ladeira do aterro, ladeira da Cruz e Avenida Junqueira Aires, atual definição da via (CASCUDO, 1999). Os dois bairros eram praticamente independentes, tão longe e dificultoso se mostrava o percurso que os separava. (COSTA, 1998)

Cascudo (1999) ainda atenta para a existência de outros dois agrupamentos populacionais na cidade, denominados por ele de bairros “exteriores”: Rocas e o Passo da Pátria . Aquele, o mais antigo, situava-se à leste da Ribeira às margens do Potengi, próximo ao mar; era ocupado em sua grande parte por pescadores muito pobres. O primeiro crescimento significativo das Rocas se deu com as obras de melhoramentos do Porto de Natal, em 1902, que atraíram operários com melhores padrões financeiros que ali se instalaram (A REPÚBLICA, 1902). O Passo da Pátria, por sua vez, era uma zona úmida situada entre a Cidade Alta e a Ribeira, caracterizada e conhecida pela ocorrência de uma feira semanal e pela vida noturna agitada para os padrões da época – década de 1870: “Depois de 8 horas ficava mais movimentada mais sedutora, mais perigosa (...), cheiro confuso, luzes vermelhas, alegria, ritmos, perturbação, feira do Passo! (...)”. (CASCUDO, 1999, p.234). De acordo com Oliveira (1997, p.73) essa era a zona de meretrício da cidade na época.

Além das supracitadas povoações “urbanas” verificavam-se zonas periféricas: Refoles, zona agrícola; Alecrim; Quintas, “(...) eram casas de campo com terreno de plantio, o mesmo que granja” (CASCUDO, 1999, p.237); Barro Vermelho, localizado próximo ao Baldo e Alecrim, região de casas de veraneio; e Guarapes, “às margens do rio Jundiáí, no caminho que levava ao sertão”. (COSTA, 1998, p.92)

As ruas de Natal foram assim se consolidando de modo a constituir uma trama viária típica de cidades coloniais, com ruas estreitas, casas pequenas construídas sobre os alinhamentos frontal e lateral dos lotes e sem nenhuma numeração (GAZETA DE NATAL, 31/03/1888, p.04), não existindo nenhuma separação entre o espaço privado e o espaço público (OLIVEIRA, 1997). Assim se encontrava disposta fisicamente a cidade de Natal às vésperas da Proclamação da República.

CAPÍTULO 01: **O Primeiro Momento (1889-1929):** **A legislação excludente e a adequação de residências**

As condições históricas e a escassez de dados relativos às administrações municipais e intervenções realizadas no espaço urbano nesse período, comprometeram a análise e a afirmação exata de alguns fatos. Apesar desses empecilhos, verificou-se que de 1889 até fins de 1929, os problemas referentes à moradia e ao espaço destinado a se habitar apareceram atrelados à precária situação sanitária da cidade e às necessidades de higienizá-la. Da Proclamação da República (1889) à fins de 1910, não se encarava a questão da falta de moradia destinada aos migrantes e mendigos, que perambulavam pela cidade, um problema de habitação que competia ao Estado. A intenção do governador Djalma Maranhão (1908-1913) de conceber três vilas operárias e a construção de abrigos para mendigos e migrantes pelo governador Ferreira Chaves (1914-1918), marcam o início da transição dos momentos. A partir da década de 1920 o poder público passa a exercer um papel mais social, e a considerar a existência de um “problema de tecto”, como chamado na época.

A necessidade de adequação estética e higiênica das habitações (1889-1913): As enfermidades impõem o controle sobre o espaço construído

Pode-se dizer que no final do século XIX, Natal foi impregnada pela atmosfera “mágica” do ser moderno. Acrescido a isso estava a necessidade de afirmação da nova elite que subia ao poder com a Proclamação da República, para a qual, o modelo cultural importado da Europa representava o arquétipo perfeito para a construção da cidade almejada: a da modernidade.

Esse momento da cidade é marcado pela ascensão da Oligarquia dos Albuquerque Maranhão, tendo na figura de Pedro Velho de Albuquerque Maranhão¹⁷ seu primeiro representante político (1892-1896). Nesse período, Natal passou por mudanças físicas e mostrou-se propício para a disseminação de estereótipos de estilos de vida cada vez mais parecidos com os da Europa. Contribuiu para tanto a

¹⁷ Fundou o Partido Republicano no Rio Grande do Norte em 27 de outubro de 1889 e proclamou a República no estado no dia 17 de novembro de 1889. O Partido, ao ser criado, constituía-se de um pequeno grupo de pessoas, que associavam as “idéias republicanas às abolicionistas (...). Na primeira convenção, Pedro Velho foi aclamado presidente (...). Alguns meses depois fundou, com recursos próprios, um jornal, denominado A República, do qual se tornou Diretor-Presidente, transformando-o em órgão oficial de propaganda do Partido.” (OLIVEIRA, 1997, p.81)

publicação cotidiana de matérias nos jornais locais, enfatizando os acontecimentos políticos, novos hábitos e problemas provenientes das transformações nos países do referido continente. Isso despertou o interesse dos natalenses em fazer parte deste mundo modernizado. (OLIVEIRA, 1997)

Apesar deste momento marcar uma importante mudança na expectativa da população de Natal e no quadro político local, devido a Proclamação da República e ascensão da supracitada Oligarquia, ele não representou um período promissor quanto aos serviços na cidade, sobretudo o sanitário, que se encontrava em estado de calamidade em função da seca (EDUARDO, 2000). A inadequação das moradias aos termos do higienismo e o excesso de migrantes que perambulavam, se aglomeravam e se alojavam em condições precárias nas ruas da cidade, caracterizam esse quadro. Em fevereiro de 1890, verificava-se a presença de 3.000 flagelados em Natal, situação essa diariamente exposta em artigos publicados pela imprensa local, sobretudo a de caráter oposicionista:

[os flagelados] morrem de fome e nus pelas estradas, pelas ruas das vilas e cidades, e até nas praças dessa capital do Estado, pois aqui os que não estão nesse caso, estão ameaçados em seus direitos, em suas propriedades e em sua liberdade, por uma política de verdadeiro terror". (NOTAS..., 15/06/1889, p.01)

A elite, no entanto, estava mais interessada em modernizar a cidade e realizar "(...) uma revolução completa na nossa onda econômica" (A REPÚBLICA, 24/12/1889, p.03). Neste contexto foram inaugurados serviços e outras tantas obras foram desenhando o cenário urbano, modificando aos poucos os "ares coloniais" da capital norte-rio-grandense¹⁸. Cada uma das ações tinha por objetivo engrandecer o espírito modernizador. Necessariamente, de acordo com seus idealizadores, deveriam ser imponentes e belas de modo a causar impacto; ressaltando as transformações e melhoramentos por que Natal passava. A cada conclusão, uma inauguração

¹⁸ Em 1894 foi inaugurada a Estação Ferroviária da Ribeira e em 1901/1902 foi concluído o trecho de linhas férreas entre Nova Cruz (RN) e Independência (PB), passo importante para a ligação definitiva entre Natal e Recife. Em 1904 foi edificado o Teatro Carlos Gomes, na Ribeira, que viria a ser totalmente reformado em 1910. Merecem também destaque as obras de aterro e ajardinamento da Praça da República que passou a se chamar Augusto Severo, inaugurada em 15 de novembro de 1905; as obras de aterro do tortuoso caminho que separava a Ribeira da Cidade Alta, estreitando a distância entre eles; e a inauguração também em 1905 da iluminação a gás acetileno¹⁸ que, indubitavelmente, foi uma das maiores inovações tecnológicas aqui instaladas no início do século XX, uma vez que somente a partir daí viu-se inaugurar novos costumes, como as saídas e o trânsito e/ou permanência de pessoas nas ruas, no período noturno.

estonteante com festas e participação de toda a população “(...) embriagada pelo ‘engrandecimento’ e progresso da cidade”. (COSTA, 1998, p.99)

As ações públicas que se propunham a reverter o quadro sanitário da cidade e, conseqüentemente, de suas habitações, continuavam se baseando no modelo europeu de afastamento das classes perigosas do centro da cidade e das áreas ocupadas pela elite. Em 1890, o governo exigiu a transferência das “vivendeiras” (CIDADÃO..., 08/02/1890, p.04) para “(...) detrás do quartel ou para a rua Camboim “ (GAZETA DE NATAL, 08/02/1890, p.04), isto é, “(...) para a não cidade, descampados não normalizados afastados dos estreitos limites urbanos de então” (DANTAS, G., 2003, p.42).

A presença dos pobres e retirantes nessas áreas, no período em questão, marca a primeira representação de “(...) perigo social das multidões, das classes pobres, dessa gente [considerada] inculta, rude e estranha” (DANTAS, G., 2003, p.36); representando justificativa para intervenções públicas e privadas, ações sanitárias e legislação restritivas às práticas populares.

Normas relativas ao uso e ocupação do solo e às edificações foram implementadas em todo o país com a promulgação da Constituição Republicana, em 1891. Esse documento determinava que os estados deveriam se organizar e assegurar a autonomia dos municípios, devendo estes legislar sobre ruas, jardins, praças, vias, serviços e obras de interesse social, além de determinar as condições de higiene e estética da cidade, e arquitetura das edificações particulares (OLIVEIRA, 1997). Em Natal, a Intendência Municipal impôs regras, publicadas no periódico oficial, que tratavam, principalmente, da limpeza das habitações:

(...) O Conselho da Intendência Municipal da Cidade do Natal, Resolve: Art. 1º – Todas as casas encravadas nas praças, ruas, travessas e beccos desta cidade ficam sujeitas aos imposto de 500 réis mensais para a limpeza pública, pago pela pessoa que ocupa a casa; (...); Art. 4º – Organizado o serviço de limpeza ficarão obrigados a mandarem varrer diariamente as casas e quintaes e depositar o lixo em uma vasilha à porta, pela manhã, para ser conduzido pelas carroças; Art, 5º – É extremamente proibido deixar lixo nas praças, ruas, travessas e beccos da cidade. Os infractores incorrerão na multa (...); Art. 6º – O imposto (...) só é devido do 1º de março de 1891 em diante (...); Art. 7º – Para effectiva cobrança desse imposto o secretário deste conselho (...), procederá o arrolamento das casas existentes na cidade, (...); Art. 8º – Concluído o arrolamento (...), os Fiscaes logo que se identifique qualquer prédio novo em seu distrito comunicação ao secretário (...). (A REPÚBLICA, 21/01/1891, p.04)

As questões relativas à higiene, a fiscalização do saneamento, principalmente, das habitações, ganha mais força a partir de 1892 com a criação da primeira Repartição Sanitária do Estado, *Inspectoria de Higiene Pública*, pelo governador Pedro Velho (1892-1896) por meio da Lei nº 14, de 11 de junho. (RIO GRANDE DO NORTE, 1896, p.25-28)

Como ocorreu nos principais centros do país, foi iniciada nesse momento em Natal “a ação higiênica e embelezadora” que normalizou a concessão e a prestação de serviços públicos – limpeza, iluminação e abastecimento d’água – e deu ordenamento ao uso da cidade, tanto no setor público quanto no setor privado; sendo marcada pela publicação dos códigos de postura. (OLIVEIRA, 1997, p.90)

Esse conjunto de disposições legais regeu as ações da Polícia Sanitária, a qual, cabia prevenir e reprimir o que pudesse comprometer a saúde pública. Seu serviço era realizado por intermédio de uma severa fiscalização das habitações particulares e coletivas; marcando, como aponta Eduardo (2000, p.48), o “princípio da imposição de normas e regras para edificações dentro do perímetro da cidade e de disciplinamento de hábitos da população, segundo a ordem higienista”.

A partir de então a população foi forçada a realizar obras para adequar o espaço físico da cidade como, o nivelamento e rebaixamento de calçadas das edificações, intervenções nas fachadas e no interior das residências e até nos muros dos terrenos:

(...) prorrogou-se (...) até 31 de dezembro do corrente ano, o prazo para rebaixamento e nivelamento das calçadas dos mesmos prédios, inclusive as frentes e muros existentes no perímetro desta cidade, o qual só tem por fim o aformoseamento da mesma cidade, (...).” (A REPÚBLICA, 16/07/1892, p.04)

Os Códigos de Postura estabeleciam que:

- Nenhum edifício público ou particular poderia ser construído sem que, previamente, seu projeto fosse submetido ao exame da Inspetoria de Higiene, que indicava as alterações que julgava necessárias em bem da saúde pública. As construções que não seguissem essa regra eram suspensas ou demolidas;
- Todas as residências novas ou reformadas, assim como, as de aluguel que se encontravam vagas deveriam ser examinadas pelas autoridades sanitárias antes de serem ocupadas;

- Se a autoridade sanitária identificasse lotação excedente em qualquer estabelecimento, multava os seus respectivos proprietários ou sublocados em 30\$000 (trinta mil Réis) e intimavam os moradores exigindo a solução do problema em 48 horas. (RIO GRANDE DO NORTE, 1896, p.268-272)

Exigia-se o cumprimento de prazos estabelecidos sem levar em consideração o poder aquisitivo da população. Aqueles que infringissem as normas sanitárias impostas pela Inspetoria de Higiene ficariam sujeitos à multas, que variavam de 10\$000 a 100\$000 (dez reis a cem reis), quantia essa, que deveria ser revertida aos cofres do Estado. (EDUARDO, 2000, p.48)

A primeira medida no sentido de promover a expansão da cidade proposta pela Intendência, também é evidenciada nesse ano. Esta se referia a reserva de terreno para aforamento na Ribeira – num lugar denominado Silva Jardim – objetivando a ocupação das áreas periféricas próximas ao núcleo consolidado da cidade; sendo segmentado em lotes de “60 palmos sobre 100”, oferecidos à população de baixa renda por doação, para a construção de residências. (A REPÚBLICA, 16/07/1892, p.06)

A elaboração e aprimoramento da legislação existente no que concerne ao uso e ocupação do solo urbano e a concepção de edificações em Natal foi realizada no primeiro governo de Alberto Maranhão (1900-1904). Já no primeiro ano de seu mandato foi elaborada a Resolução nº 54 que definia o perímetro urbano da cidade, podendo o governo estadual, a partir de então, cobrar anualmente o imposto – foro por metro quadrado de superfície – pelo uso dos terrenos concebidos por aforamento¹⁹. Foi por essa Resolução definido como perímetro urbano de Natal:

RESOLUÇÃO – O conselho da Intendência do Município do Natal, resolve; Art. 1º – O perímetro da cidade, para efeito de cobrança do foro, fica sendo, a linha do sul, da Lagoa Manuel Felipe, estendendo-se pelo curso da corrente do Baldo, até chegar ao rio Potengi.” (A REPÚBLICA, 29/09/1900, p.01)

Em 1903, essa delimitação urbana da cidade foi mais detalhada, através da Resolução nº 73, sendo considerada área urbana:

Art.2- (...) o espaço compreendido entre a costa do mar e uma linha que, partindo da margem direita do rio Potengy, em sua embocadura, continue pela referida margem até ao logar - Refoles - compreendendo o edificio

¹⁹ Todas as terras inseridas no perímetro urbano de Natal pertenciam ao Patrimônio Municipal e por este motivo eram aforadas à população para edificação.

da fabrica de sabão; e dahi se dirija para a - "Ponta da areia-preta" - passando ao sul do Lazareto da Piedade e Lagôa Manuel Felipe. /.../ Art. 3- A area urbana ser subdividida em tres bairros denominados "Ribeira Cidade Alta e Cidade Nova". (...). (INTENDÊNCIA Municipal..., 11/02/1903, p.01)

A referida Resolução também definiu o número e os limites dos bairros e dos quarteirões que os constituíam, exigindo a legalização dos terrenos e registro dos aforamentos:

Art. 4- Cada bairro será por sua vez subdividido em tantos quarteirões quanto as forem as quadras de terrenos, edificados ou não que não sejam interrompidos por praças, avenidas, ruas ou travessas. (...) §1. Os "quarteirões" serão, em cada bairro, designados por simples numeração ordinal, providenciando o presidente da Intendencia, de accordo com o Commessario de edificação, para que esse trabalho seja imediatamente executado. (...) Art. 5- Dentro de seis meses da publicação da presente resolução, todos os ocupantes de terrenos municipaes, deverão, sob pena de multa de 50\$000 a 100\$000, exhibir na secretaria da Intendencia as respectivas Cartas de aforamento, ou solicial-as, caso não as possuam. (...) Art. 6- Para os efeitos da estatística e regularização dos aforamentos, serão creados tres livros especiaes (mod. A), uma para cada bairro abertos, rubricados e encerrados pelo presidente da Intendencia, nos quaes deverão ser registrados todos as Cartas de aforamento, ja concedidos, e os que, de futuro, se forem concedendo. (...) Art. 7- As cartas de aforamento serão passados segundo o mod. B, devendo os antigos titulos ser substituidos - sem mais onus para os respectivos possuidores, alem do sello - por outros do novo modelo . /.../ Art. 8- Pelas cartas de aforamento que se forem expedindo pagarão. (INTENDÊNCIA Municipal..., 11/02/1903, p.01)

Neste período o advento da informação veiculada pela imprensa escrita, principalmente, pelo jornal A República e o constante contato, através de viagens à Europa e aos grandes centros do país realizadas pela elite política, intelectual e econômica de Natal, proporcionou aos cidadãos um contato mais rápido com a economia, conjunturas políticas e a vida cultural daquelas localidades; induzindo uma mudança na perspectiva da cultura local, costumes e possibilidade de intervenções na cidade.

No campo da habitação passou-se a criticar os modelos de residência concebidas na capital norte-riograndense. Eram recorrentes artigos em jornais que tratavam desse aspecto, chegando uns a sugerir os ambientes adequados a uma habitação dentro das perspectivas modernas:

O bairro, de acordo com Câmara Cascudo (1990), começou a ser esboçado ainda no Governo de Pedro Velho, mas por falta de recursos técnicos e materiais não foi executado. Inserido num plano de parcelamento, o bairro seria traçado sobre uma grelha ortogonal, na qual, “(...) de acordo com a respectiva planta arquivada na secretaria, [seriam abertas] quatro avenidas paralelas, com a denominação de Deodoro, Floriano, Prudente de Moraes e Campos Sales, cortadas por seis ruas [perpendiculares] com os nomes de Seridó, Potengy, Trahiry, Mipibu, Mossoró e Assu e duas praças denominadas Pedro Velho e Municipal. (INTENDÊNCIA..., 04/01/1902, p.02)

Em 1904, o bairro foi concluído pelo agrimensor italiano Antônio Polidrelli, ampliando as medidas propostas em 1901, passando a ter oito avenidas paralelas, cada qual com 30 metros de largura, além de quatorze ruas “enxadrezando”²⁰ (COSTA, 1998, p.103) o traçado, totalizando sessenta quarteirões dispostos em uma área de 164.85 hectares. As largas avenidas foram direcionadas aos ventos dominantes, permitindo a penetração e a qualidade do ar, fatores imprescindíveis para a “limpeza natural da cidade” (OLIVEIRA, 1997, p.117). Houve ainda a preocupação para com a iluminação natural e a salubridade, ambos garantidos pelo afastamento das edificações: “os prédios que forem construídos na Cidade Nova deverão ser distanciados uns dos outros, pelo menos cinco metros (...)” (A REPÚBLICA, 04/01/1902, p.02)

De acordo com Ferreira (1996), as supracitadas características da Cidade Nova reservavam a trama urbana uma certa hierarquia, permitindo o alongamento e/ou reprodução de seu traçado original; instituindo elementos a partir dos quais se deu a direção e a forma da expansão de uma parte da cidade atual.

Além de expressar o pensamento higienista aflorado na Europa desde o século XVIII que chegou no Rio Grande do Norte no início do século XX, a Cidade Nova marca a introdução das preocupações modernizadoras na cidade (EDUARDO, 2000) e o desejo de torná-la uma grande capital nacional com papel de destaque no mundo:

Vê-se dessa Resolução que o Governo Municipal compreendeu as vantagens e futuro grandioso da Cidade Nova, como bairro desta capital destinado a ser o núcleo da grande cidade que, neste século será Natal, talvez uma das maiores do Brasil, uma das cidades mais importantes do mundo (...) a lei municipal tomou as providências básicas de edificação

²⁰ O termo é utilizado por Costa (1998) para sugerir uma trama ortogonal, no entanto, a maior parte dos quarteirões apresentava forma retangular.

urbana, providenciando sobre a orientação das ruas, grande largura das avenidas e ruas transversais, separação das casas, (...) o governo está empenhado (...) na construção de uma cidade que será o futuro padrão da glória norte riograndense. (A REPÚBLICA, 07/01/1902, p.01)

Durante a primeira década do século XX, o novo bairro, consolidando a sua tendência anterior, se converteu em região de chácaras e sítios na qual, foram construídas casas de férias e de fins de semana para a população mais abastada de Natal (COSTA, 1998). As poucas residências concebidas nesse espaço obedeciam às normas de recuos, boa ventilação, iluminação e às condições de salubridade requeridas. Por outro lado, a criação da Cidade Nova representou a retirada dos moradores pobres que ali residiam, mediante desapropriações ou compra de lotes a preços muito baixos.

Na antiga região de matagal encontravam-se instaladas diversas “cabanas em desordem” que foram substituídas por uma “série de largas avenidas e ruas, cujo aspecto já é bastante agradável” (A REPÚBLICA, 14/01/1905, p.01). Cerca de 300 habitações foram indenizadas e removidas somente para a passagem dessas vias.

Verifica-se então que, além de resultar na expansão da capital norte-riograndense, a Cidade Nova pode ser considerada como uma operação imobiliária, na medida que retirou os posseiros até o momento fixados na região mediante indenizações ínfimas, valorizando as edificações construídas a partir de então e pertencentes à elite da cidade (FERREIRA, 1996). A angústia da população deslocada de suas residências era diariamente exposta nos periódicos da época:

(...) Estamos na peor phase desta maldita cidade das lágrimas; os ultimos pobres estão sahindo o pulso arrasando-se-lhes as suas casas, quintaes, fructeiras dos que as teem. Choram os míseros para morrer e com seu pranto regam este bairro amaldiçoado, que constitue as delicias do grão senhor da terra. (CIDADE..., A República, 28/01/1904, s/p)

Outro exemplo da prática de desapropriação e derrubada de residências “inadequadas” em prol do embelezamento da cidade refere-se à arborização da praça Pedro Velho, na Cidade Nova, realizada em 1903, “(...) mandando também (...) retirar uns 3 ou 4 casebres que (...) ainda afeiavam o centro daquela praça”. (A REPÚBLICA, 02/02/1903, p.01)

A solução governamental frente ao agravamento do problema habitacional, decorrente das diversas desapropriações resultantes das reformas por que a cidade

passou na primeira década do século XX, da nova legislação imposta e da grande seca de 1903/1904, foi a criação, por decisão administrativa da Intendência da Cidade do Natal, de cinco ruas: Araguay, Manoel Vitorino, Occidental, América e Borburema, localizadas nas proximidades do cemitério do Alecrim e destinadas à construção de moradias populares. Concomitante, percebeu-se neste período um aumento significativo no número de solicitações de aforamentos para a região do Alecrim²¹, que a partir de então, passou a ser considerado pela imprensa local como o bairro operário da cidade.

No centro da cidade, verificou-se uma continuidade na atuação governamental no tocante ao processo de higienização, no qual o Inspetor de Higiene, por meio dos códigos de postura, obrigava os moradores a promoverem o asseio de suas casas e quintais, além de exigir a apresentação dos projetos de construção à Intendência Municipal para serem avaliados e licenciados pela Diretoria de Obras Públicas e pela Inspetoria de Higiene Pública. Neste sentido, em 1903 foi publicado no jornal A República (24/08/1903, n.167, p.03) um Edital de Higiene Pública, com a listagem das habitações que não se enquadravam nas normas impostas pela Inspetoria de Higiene, especificando-as rua por rua, juntamente com as soluções a serem realizadas pelos proprietários:

(...) Faço saber, a quem interessar possa, que tendo, em virtude de auctorisação do illustre cidadão Dr Inspector de Hygiene, dado principio a's visitas hygienicas reaferidas no n. XI do art. 5º do reg. Em vigor encontrei em estado inhabitaveis e de prejudicarem a saude publica, por falta do necessario asseio sanitário, os predios abaixo mencionados com as respectivas notas.

Rua do Commercio

Duas casas de propriedade de João Francisco de Salles, para reedificar, por acharem em estado de desmoronamento.

Uma dita de D. Maria boa, ocupada por João Cordeiro, para ser reedificada, visto achar-se em estado de desmoronamento.

Uma dita de D. Izabel Gomes, para reedificar o oitão do flanco esquerdo que se acha abatido. (...). (HYGIENE..., 24/08/1903, p.03)

Percebe-se pela publicação que, nesse momento, as exigências construtivas para adequação de residências, implementadas pela Inspetoria de Higiene, não diziam

²¹ Povoado que surgiu como elo de ligação entre Natal e a zona rural (OLIVEIRA, 1997), que passou a ser considerado como quarto bairro da cidade em 23 de outubro de 1911. (CASCUDO, 1990)

respeito somente a questões de salubridade e higiene, refletiam também uma busca pela boa estética e condições estruturais dessas unidades.

A grande seca de 1903/1904 marcou a administração do governador seguinte – Augusto Tavares de Lira (1904-1906) – que, como em momentos anteriores, atraiu uma grande leva de retirantes à Natal. Encontravam-se nesse momento na cidade, segundo o censo demográfico, uma total de 15.000 flagelados²² que migraram a procura de comida, trabalho e melhores condições de vida (DIÁRIO DE RIO GRANDE DO NORTE, 06/1999, p.110); agravando ainda mais a precária situação sanitária que resultou no retorno de epidemias como, a varíola: “(...) com a cidade repleta de sertanejos que a seca atirara pelas estradas morriam uns vinte por dia”. (CASCUDO, 1999, p.213).

O governador diante dessa situação organizou frentes de trabalhos para “ocupar a mão-de-obra” (OLIVEIRA, 1997, p.123). No entanto, havia uma insuficiência de empregos e moradias, a ocorrência de saques no comércio e de manifestações populares nas ruas foram inevitáveis. O Governo Federal interveio disponibilizando transporte gratuito para os retirantes com destino aos seringais do Norte e cafezais do Sul. Cabe ressaltar que esse fato foi acompanhado por muita violência, uma vez que muitos dos sertanejos foram separados de suas famílias contra vontade.

Para se ter uma real noção da dimensão das conseqüências dessa seca na capital, basta mencionar que mesmo com a eclosão da epidemia de varíola que dizimava aproximadamente vinte pessoas por dia, a população de Natal aumentou para 30.000 habitantes.

A preocupação com as conseqüências maléficas da alta densidade demográfica e da falta de costumes e hábitos higiênicos, além das precárias condições sanitárias da cidade e de suas habitações, determinaram a persistência dos temas nas medidas formuladas pela administração pública. Em 1904 foi editada e publicada no jornal A República a Resolução nº 92 que reafirmava as portarias e especificações para residências implementadas na administração de Alberto Maranhão; ressaltava ainda mais o caráter excludente e embelezador da legislação empregada na época, utilizando-se da cobrança de altas multas pelo não cumprimento dos artigos:

(...) Art. 48º - Todo proprietario sera obrigado a conservar caiada ou pintada toda a parte exterior de seus predios, inclusive as portas, janelas,

²² Para se perceber a gravidade da situação pela qual a cidade vivia, basta comparar esse total ao número de habitantes no mesmo ano, que de acordo com o senso de 1900 era de 16.056.

rotulas e vidraças, que enfrentarem para os largos, praças, avenidas, ruas ou travessas da cidade. Feita pelo fiscal, para esse fim, não cumprirem esse preceito, serão multados em 10\$000 e no duplo nos casos de reincidências./.../ Art. 49º - Todos os moradores da cidade são obrigados a: /.../ Inciso 1º - Depositar todos os dias, pela manhã, nas portas ou portões dos predios de suas residencias, o lixo, que deverá ser conduzido pelas carroças de limpeza publica, multa de 2\$000 e o duplo nas reincidências./.../ Inciso 2º - Conservar sempre limpos, sem lamas, ou immundicies os quintaes dos predios de suas residencias, a mesma multa do inciso anterior. (RESOLUÇÃO N. 92..., 24/05/1904, p.01)

Acerca das edificações, a Resolução reservou um capítulo, no qual, apresentou normas detalhadas para a concepção e reforma de prédios. Especificava que estes deveriam respeitar o alinhamento da rua; que apresentassem fachadas com 4,20m de altura, quando térreas e 8,40m quando sobrados; exigia portas de 3,00m e janelas com dimensões de 2,00 x 1,20m; as calçadas deveriam apresentar 1,80m de largura e 0,20m de altura; dentre outras especificações. (RESOLUÇÃO N. 92..., 24/05/1904, p.01)

No entanto, a situação de crise social contribuiu para a redução da fiscalização do cumprimento dos códigos de posturas e das cláusulas dos contratos de serviços efetuados. Porém, as obras de expansão e reforma da cidade²³ continuavam como uma prática normal. Neste sentido, foram abertas duas outras grandes vias: a Av. Sachet (chamada atualmente Duque de Caxias) e a Av. Almino Afonso. Essas obras marcaram o início de um grande projeto de aformoseamento, alinhamento de ruas e nivelamento de calçadas, na Ribeira e Cidade Alta²⁴.

Esse projeto do governador Tavares de Lyra para adequação das ruas e passeios da cidade proporcionou um considerável melhoramento estético das vias de Natal. Eram comuns as publicações que aplaudiam essa iniciativa:

Com sacrifícios para o Estado e para os particulares, que foram obrigados a demolir boas calçadas para construí-las de novo de acordo com o nivelamento do calçamento que se estava fazendo, melhorou-se consideravelmente a Avenida Junqueira Ayres, (...)que muito concorreu para o embelezamento d'aquella Avenida. (COISAS..., 14/10/1906, p.01)

²³ Como por exemplo: a Estrada de Ferro de Ceará-Mirim, de responsabilidade do engenheiro Sampaio Correia; o calçamento de diversas vias da capital, dentre elas a Av. Rio Branco; a abertura de diversas artérias em Cidade Nova; a transformação através do saneamento da Bica do Baldo em logradouro público; e, o aterro e ajardinamento da antiga Praça da República, na Ribeira, que representou a sua interligação física à Cidade Alta. Em 1905 foi iluminada a gás acetileno a Praça Augusto Severo, na Ribeira, e as ruas da Cidade Alta. Em 1906 foi construído o prédio do Congresso do Estado, pelo arquiteto Herculano Ramos, atual prédio da Ordem dos Advogados Brasileiros – OAB, e foi fundado o Banco do Brasil.

²⁴ As obras realizadas nesse bairro foram mais voltadas para o empedramento e a arborização das ruas, uma vez que estas já apresentavam um certo alinhamento.

Em contrapartida, diversas críticas foram feitas à algumas leis do Código de Posturas, principalmente a de nº 106, referente à cobrança de taxa sobre biqueiras e degraus das residências. Requeria-se a sua extinção uma vez que grande parte da população atingida por essa lei era de origem pobre e o fato da “quase totalidade” das casas de biqueiras serem de taipa não se prestando “para os encanamentos internos para esgottos” (LEI..., 11/12/1906, p.01), tornava a lei “inexeqüível e absurda”:

(...) O fim da lei criando impostos sobre biqueiras e degraus externos dos prédios – foi (...) acabar com esses inconvenientes que se notam nas nossas casas; mas não o conseguirá – porque, além da maioria dos proprietários ser gente pobre, que não pode suportar as despesas para a transformação de suas casas, accresce que não estando todas as ruas niveladas e com passeios, impossível se torna fazer os esgottos por baixo dos passeios, como exige a lei.

Ha ruas calçadas mesmo em que os esgottos não podem ser feitos por baixo dos passeios – por serem esses mais baixos que o calçamento do centro. Essa impossibilidade se nota em quasi todas as ruas da Ribeira e em muitas da cidade alta. Mesmo na Avenida Rio Branco, calçada de novo, o calçamento não permite que os esgottos sejam feitos por baixo dos passeios.

- Como também retirar os degraus externos de casas em ruas calçadas e por nivelas, que não se sabe em que altura passarão os passeios para rebaixamento ou levantamento das portas de entrada?

Nivelada e calçada a cidade poderão então os poderes publicos municipaes – marcar aos proprietarios um praso razoavel para dentro d'elle retirarem os degraus de suas casas. Qualquer medida, porem, antes disto é inexequível e absurda.

- As actuaes casas de biqueiras na sua quase totalidade são de taipa. O que os poderes municipaes podem fazer é não permitir a reconstrução dessas casas sinão com a condição de serem modificadas as suas fachadas, mas nunca crear sobre as mesmas um imposto especial, como o fiseram na lei nº 106, que deve ser revogada por inexequível e absurda.

- O que os poderes municipaes devem ter muito em vista são as novas edificações, não consentindo que se edifiquem mais no perimetro desta cidade casas de 12 palmos de altura e de biqueiras, como se está fazendo todos os dias.

O que está feito, embora defeituoso e ruim, (...), não pode ser modificado de um dia para o outro. A nossa terra é paupérrima, a mais não poder sê-lo. Não se deve exigir d povo o que elle não pode fazer.

Na impossibilidade de extinção das biqueiras e degraus, (...). O senador Pedro Velho, deve mandar sustar a execução da lei n. 106 nesta parte. (LEI..., 11/12/1906, p.01)

Da mesma forma que na administração passada, para a concretização dessas ações fez-se necessária a desapropriação de edifícios, decisões estas anunciadas nos jornais. O governo estadual, como “opção” para moradia dos “deslocados”, alugou

armazéns e construiu ruas de barracões²⁵, sem nenhuma distinção entre alojamentos para enfermos e sãos, como comenta a imprensa oficial.

Percebe-se também no ano de 1906 um considerável aumento do número de anúncios de venda de casas e terrenos. De 1889 a 1905 foram encontrados, por esta pesquisa apenas três ofertas, anunciadas na imprensa escrita; somente no ano de 1906 essa quantidade subiu para sete; um indício, pode-se aventar, do crescimento do setor imobiliário na cidade.

Em março de 1908, Alberto Maranhão subiu ao poder do estado pela segunda vez, permanecendo até dezembro de 1913. Essa administração foi marcada pela inserção de diversas inovações tecnológicas no meio urbano da cidade – a energia elétrica, o bonde, o telefone e fornos de incineração de lixo – e pela continuidade das reformas e intervenções públicas de cunho higienista que objetivavam a adequação da capital às normas urbanísticas vigentes em outros centros do Brasil e do mundo.

Neste período era clara a influência e o papel de referência estética que a cidade do Rio de Janeiro exercia sobre Natal e o ideário da elite política que a governava. Nesse sentido foi publicado no jornal oficial, A República, o relatório de prestação de contas do Governo Municipal ressaltando o esforço dessa administração em alcançar resultados semelhantes aos da capital brasileira. (A REPÚBLICA, 30/01/1908, p.01):

A exemplo da transformação maravilhosa da bella capital da República, por um lado, de outra parte ao impulso e patriótico do governo estadual nestes últimos tempos, realizando serviços de embelesamentos, é nova a feição com que a formosa Natal surprehende seus visitantes.

A casaria desalinhada e insalubre vae sendo pouco a pouco substituída por vivendas alegres e saudáveis não obstante a pobreza dos particulares.

Uma nova orientação de conforto e hygiene parece dominar as consciências. (A REPÚBLICA, 30/01/1908, p.01)

Já no início do seu segundo governo, Alberto Maranhão contratou uma empresa para realizar uma grande intervenção no Porto de Natal, abrangendo: a desobstrução da entrada do rio Potengi; modernização dos equipamentos de armazenagem, embarque e desembarque de mercadorias e pessoas; e melhoramento no acesso rodoviário ao local. Pretendia-se também modificar, por meio da construção de armazéns com fachadas com um “certo gosto de architectura”, a impressão de “(...) abandono e mau gosto que actualmente fere a retina dos que do rio observam (...), a

²⁵ Os dados levantados não propiciaram a localização dessas obras.

casaria mal amanhada e mal disposta que se agglomera com os fundos para a entrada, numa atitude pouco digna e mal assejada de impossível impudor (...)”, substituindo-a por uma sensação de “vida e de progresso” (MELHORAMENTOS..., 12/02/1908, s/p).

A “carta cadastral de Natal”, na qual a cidade foi descrita e detalhada, constituindo-se numa base para as obras de melhoramentos realizados na cidade, foi concluída em 1908; merecendo destaque no Relatório de Governo de 1911. Dentre as obras mencionadas nessa Mensagem e relacionadas à habitação, estavam: a desapropriação de casas em algumas vias como a Sachet e Almino Afonso, no bairro da Ribeira, para a abertura da Avenida Augusto Lyra, atual Tavares de Lyra; e a demolição e reconstrução de vinte casas, utilizando recursos da Intendência Municipal, na Avenida Deodoro.

Em decorrência dos serviços de higiene realizados, principalmente no centro de Natal, os proprietários de “prédios urbanos” passaram a ser obrigados a pagar uma taxa sanitária. Para a acomodação, a baixo custo, das pessoas que seriam desalojadas de suas residências por não possuírem condições de pagar essa nova taxa e/ou devido às obras realizadas na cidade (RIO GRANDE DO NORTE, 1910), o governador indicou a construção de três vilas operárias²⁶; uma ação inovadora à época.

Em Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo pelo governador, são descritos os preceitos e as preocupações de higiene, pelo menos no ponto de vista ideológico, na construção dessas vilas:

Essas villas operarias terão boas condições de salubridade e serão servidas de água e exgottos em uma grande área central commum a todas as pequenas habitações que a devam contornar. (RIO GRANDE DO NORTE, 1910, p.19)

Algumas medidas preventivas em relação aos hábitos cotidianos e quanto aos domicílios passam a ser assuntos corriqueiros nos artigos publicados em vários jornais da época, alguns ocupando inclusive a primeira página:

(...) manter a pureza do ar dentro das habitações (...) manter o maior asseio possível no interior das casas. (DIÁRIO DO NATAL, 22/10/1912, p.01)

²⁶ Apesar de bastante comentada pela imprensa local, os dados levantados não possibilitaram a afirmação da construção e localização exata dessas vilas.

(...) as salas e quartos devem ser bem limpos, não devendo depois das refeições deixar-se no ladrilho ou assoalho partículas de alimentos capazes de atrair esses animais [ratos] daninhos e perigosos.

Os aparelhos sanitários devem ser desinfectados diariamente (...) com sulfato de cobre, de ferro, cloreto de cal ou leite de cal, com creolina e com ácido carbônico (...). Não se deve consentir accumulo de lixo dentro das casas nem de objetos inúteis que prejudiquem a ventilação. (DIÁRIO DO NATAL, 23/10/1912, p.01)

As intervenções estatais que uniam em um mesmo plano a estética e as questões sanitárias, revelou a intenção de erradicar das áreas nobres de Natal os elementos característicos da pobreza e do atraso. Tornou-se uma ação abrangente, na medida em que foram demolidas as habitações populares e instaladas em outras áreas mais distantes da cidade, e se restringiu, por meio de vários regulamentos, o uso do espaço urbano, procurando adequá-los aos padrões da época. Enfim, procuravam “eliminar da visão, os elementos que denunciavam a falácia do projeto modernizatório.” (OLIVEIRA, 1997, p.131)

Foi a partir da administração do governador Alberto Maranhão e de sua proposta de construção de três vilas operárias, que o Estado passou a atuar de forma mais consciente, reconhecendo seu dever de propiciar soluções aos problemas do habitar, sobretudo, aos relativos às classes mais carentes.

O “problema de tecto” (1914-1929): Criar novos espaços e moradias é papel do Estado?

No final do ano de 1913, o Brasil estava inebriado por uma política de “salvação nacional” para por fim ao sistema oligárquico. Ferreira Chaves, apesar de ser inicialmente o candidato de situação, depois de eleito voltou-se contra o grupo dos Albuquerque Maranhão. Seu governo, desta forma, foi marcado pelo declínio da referida oligarquia.

Foi na linha de garantir a “boa gestão das coisas municipais”, contemplando as “classes que mais preponderam na atividade urbana” (A CIDADE..., 1914, p.01) – a indústria, o comércio, as profissões liberais e, principalmente, os operários – que se deu a administração de Ferreira Chaves.

Em seu discurso, o governador se mostrou contra ao fato da população pobre ser “tangida de uma avenida para outra, sem tranquilidade nem repouso”. Garantiu

reverter a situação “errante e desamparada” (A CIDADE..., 13/02/1914, p.01), a qual, se encontrava aquele povo:

(...) Dentro das possibilidades dos actuaes recursos do Thesouro, ainda enfrentou s. ex^a a desapropriação por utilidade pública de um renque de casebres situados ao flanco direito do palacio do governo, para maior alargamento da praça (...). (O RIO..., 01/08/1914, p.01)

Para a acomodação das chamadas “classes laboriosas” (PORQUE..., 04/05/1919, p.01), que incluíam a classe proletária, mendigos e flagelados, Ferreira Chaves criou centros e abrigos que, para a imprensa local:

(...) muito tem melhorado [o bem estar das classes laboriosas], com a criação de centros com nucleos, que lhe trouxeram a nova e mais perfeita organização (...), repousam a grandeza e o extraordinário progresso das collectividades modernas (...). (PORQUE..., 04/05/1919, p.01)

A criação de dispositivos que garantissem o cumprimento do prazo de um ano para se efetivar construções em áreas foreiras²⁷, pode-se dizer que foi uma das maiores reivindicações populares direcionadas ao Estado e referente à habitação até meados de seu mandato. A “(...) falta de cumprimento [dessa cláusula], tem permitido que os possuidores de centenas de metros de terrenos, em pleno coração da cidade impeçam a edificação, reclamando preços exorbitantes por aquilo que lhes não custou mais do que os trezentos reis da estampilha aposta a um requerimento” (A CIDADE...,05/06/1919, p.01). O governador, neste sentido, intensificou a fiscalização dos terrenos.

Ferreira Chaves foi um dos governadores da história do Rio Grande do Norte que reservou atenção especial aos grupos sociais menos favorecidos, sem utilizar, pode-se dizer, da discriminação ou violência para contê-las. Suas ações reafirmam a mudança de atuação governamental no campo da habitação social e para com às populações carentes.

Junto com a chegada dos anos de 1920 veio a publicação do livro *Como Higienizar Natal*, de Januário Cicco²⁸, que dentre outras questões, caracterizava os bairros da capital e atentava para a íntima relação existente entre a habitação operária

²⁷ Quase todos os terrenos compreendidos no perímetro urbano de Natal eram aforados.

²⁸ Inspetor da Saúde do Porto, chefe das clínicas do Hospital de Caridade Juvino Barreto e médico da Empresa Força e Luz.

e o surgimento das epidemias. Em sua opinião era agravante para o aparecimento de doenças nos bairros que comportavam esse tipo de moradia, a “(...) falta de hygiene corporal, as habitações insalubres, o excesso de habitantes em cada domicilio e a viciação do ar, decorrente daquela promiscuidade” (CICCO, 1920, p.13). Cicco apontava a necessidade de modificar o espaço urbano a partir da reforma da residência, essencialmente das classes populares e por meio da mudança e da introdução de novos hábitos de higiene.

Propunha para Natal uma rede de abastecimento d’água²⁹ e uma rede de esgotos, pois, a falta desses serviços era sentida, sobretudo, nas “casas do nosso operário”, caracterizadas por apresentarem “(...) piso desprotegido (...) por onde se arrasta a filharada amarellenta e nua, mesclando o chão com as proprias dejeções, misturando á sujidade do local ao pão que lhe cae das mãos (...)” (CICCO, 1920, p.17)

De acordo com Dantas, G. (2003, p.57), seu discurso elitista reflete o preconceito para com as “práticas populares”, sendo até extremista em algumas de suas proposições como a relativa à destruição do Passo da Pátria, em vista de que, para o referido médico, não havia “(...) remédio contra as infecções, tonicos que reorganizem decadências, nem fossas que eduquem um povo de analfabetos” (CICCO, 1920, p.57):

Á montante do rio Potengy, e aquem do matadouro, há outro bairro de operarios, de pequeno commercio, (...), cujas condições de vida se oppõem a qualquer prosperidade. De habitações humildes, baixas, sob cujos tectos vivem promiscuidamente e em excesso os seus moradores, o Passo da Pátria é também uma zona de plantações de capim e de criação de porcos”. (CICCO, 1920, p.11)

Essa medida revela o caráter autoritário da ação higienista e a continuidade do posicionamento discriminatório de alguns setores da elite natalense em relação aos mais pobres e seus espaços de morar. A análise da cidade e proposições formuladas por Januário Cicco pautaram, direta ou indiretamente, as ações mais significativas dos vinte anos posteriores à 1920.

Ainda no início dos anos de 1920, com a rescisão do contrato entre o governo do estado e a Empresa Tração Força e Luz, responsável pela execução dos serviços de viação urbana, iluminação elétrica, abastecimento d’água, esgoto e telefone, teve início

²⁹ A existente desde 1882 era considerada por ele “detestável”.

um processo de reestruturação administrativa focada, principalmente, nos órgão de higiene. A primeira atitude governamental, neste sentido, foi a criação de um novo regulamento para a Inspeção de Higiene, agora a denominada Diretoria Geral de Higiene e Saúde Pública³⁰, diretamente subordinada ao governo estadual, segundo o decreto nº 148, de primeiro setembro de 1921.

As obras de adequação da salubridade passaram então a ocupar uma posição privilegiada no quadro de ações do governo de Antônio José Melo (1919-1923). Foi dada continuidade, neste contexto, aos serviços de fiscalização e inspeção das habitações, além do processo de normalização delas e do espaço urbano. (EDUARDO, 2000).

No campo da moradia o “novo código” sistematizou normas que, em 1929, passaram a ser denominadas de Código de Obras para Construção Civil. Dentre as regras impostas e fiscalizadas pela Polícia Sanitária das Habitações estavam:

- Art. 173º que somente permitia a construção ou reconstrução de edificações mediante apresentação das plantas à Intendência Municipal e análise destas pelas autoridades sanitárias;
- Art. 174º que exigia antes da construção de qualquer habitação no perímetro urbano, o saneamento do solo;
- Art. 175º que previa para toda construção uma superfície livre dos lados, “afim de que o imóvel seja arejado e bem iluminado”;
- Art. 177º que indicava para todos os pavimentos térreos, porões habitáveis ou não, pátios, terrenos, etc, revestimentos impermeáveis – “camada de concreto de dez centímetros de espessura”;
- Art. 178º que requeria para todas as construções, salvo casos especiais, que o piso do primeiro pavimento deveria ser concebido a dez centímetros, no mínimo, acima do terreno circundante;
- Art. 179º que prescrevia para todos os cômodos dos imóveis, aberturas – portas ou janelas – para o exterior, de modo a receber “luz e ar directamente”;
- Art. 180º que ordenava para todas as habitações a existência de canalizações especiais de condução de águas pluviais para os esgotos ou sarjetas das ruas;

³⁰ No tocante às atribuições dadas a supracitada instituição, pouco ou quase nada mudou em relação àquelas instauradas em 1892.

- Art. 181º que intimava que as “casinhas” deveriam ser instaladas longe dos aposentos de dormir, sem comunicação com as latrinas;
- Art. 182º que exigia “chaminés de tiragem” construídas pelo menos a 1,5m de altura dos telhados das casas vizinhas;
- Art. 185º que demandava a construção de uma latrina para cada grupo de 15 pessoas (ESTADO DO RN, 1921, p.189-190), dentre outros.

A habitação coletiva, conhecida como cortiço, também foi conceitualizada e caracterizada por esse regulamento do Serviço Sanitário do Estado:

(...) DAS HABITAÇÕES COLETIVAS (...) Art. 183 - São consideradas habitações collectivas as casas que abrigarem ou servirem de dormitório, ainda que temporario, a varias familias, ou a muitas pessoas de familias diferentes; (...). (PARTE..., 24/09/1921, p.01)

Essa normalização não equívaleu a um caso específico, havia um regulamento aplicado em todo o país, publicados em artigos no jornal oficial:

Art. 663 – Todo o predio deve ter gabinete sanitario munido de respectivo vaso (...); Art. 1059 – Toda construção destinada a ser habitada (...), deverá ser provida de installações de latrina, afim de collectar os dejectos humanos e de assegurar a remoção dos mesmos através de redes de esgotos, onde as houver, ou de prover a depuração por meio de fossas, de typos approvedos pelo Departamento Nacional de Saúde Pública (...); Art. 1062 – Nos lugares onde não houver rede de esgotos, ou si a que houver não preencher os requisitos necessarios, toda construção destinada à habitação (...), deverá ser provida de gabinete sanitário, com vaso e syphão, ligado a uma fossa (...). (A REPÚBLICA, 13/05/1922, p.01)

A “arte de embelezar a cidade”, verbalizada no “city planning” americano, passava a ocupar lugar de destaque nos jornais em circulação e discursos dos principais políticos do país a partir de 1923. Em Natal, as principais intervenções realizadas pelo governo na cidade passaram a se basear nesse “novo paradigma americano”. Eram recorrentes reportagens que abordassem essas questões:

(...) O plano de construção para as cidades e villas, o 'city planning' dos americanos, marcha de par como progresso de arquitectura domestica e com o progresso de todas as coisas. Cada um se convence que não deve interessar na casa sem que se interesse tambem nas ruas e na cidade. (...) A epoca automobilistica inicia uma grande epoca de transformação nos centros de população do paiz, pela maior perfeição outorgada ao transporte e às relações humanas em geral. (...) Não se reclama apenas canalizações apropriadas, systema adequado de distribuição de aguas, de banhos, de luz, de electricidade. Não; tudo isso já constitue quase que

um dever das municipalidades em face dos progressos modernos. Quer se mais ainda: o ar puro, a campina, arvores pelo menos, alcatifas de verdura, flores no inverno como no calor magico da primavera. (...). (IMPRESSÕES..., 12/07/1923, p.01)

Em primeiro de janeiro de 1924, José Augusto³¹ subiu ao poder, permanecendo nele até primeiro de janeiro do ano de 1928. O início de sua administração, o ano de 1924, foi marcado por um período de chuvas rigoroso que afetou consideravelmente a produção de cana-de-açúcar, algodão e sal, e agravou ainda mais as precárias condições dos serviços e infra-estrutura da cidade, principalmente, os canais de drenagem, pontes e estradas.

Diante desta conjuntura foi instituída uma comissão formada pelos engenheiros Henrique de Novaes, Décio Fonseca e Borges de Mello, para a execução de obras a serem realizadas com urgência na cidade – que posteriormente resultou no Plano Geral de Obras de Saneamento. A situação era exposta nos jornais em circulação:

Os efeitos da desorganização dos serviços estão se fazendo sentir, na cidade, com uma evidencia alarmante (...). A realização dos serviços de tracção, água, luz e esgoto é uma necessidade inadiavel, porque, ou a cidade melhora seus serviços (...), ou a cidade morre que em pouco importa a perda se sua actividade (...). (A REPÚBLICA, 15/01/1924, p.01)

Em 26 de abril do mesmo ano foi criada, pelo Decreto nº 231, a Comissão de Saneamento de Natal – CSN –, que além de estudar, projetar, implantar e organizar todos os serviços de abastecimento d'água, esgotos domiciliares e pluviais da capital e de outros municípios que necessitarem de auxílio do Estado, se responsabilizou por estudar e projetar a expansão urbana fornecendo aos municípios dados técnicos para a venda e aforamento de terrenos e organizar o cadastro da cidade. (ESTADO do Rio Grande do Norte, 1924, p.95)

Henrique de Novaes foi então convidado para dirigir esses estudos, serviços e obras que ficaram a cargo da Comissão de Saneamento de Natal³². Esse Plano não limitava-se somente ao abastecimento de água e de esgoto, como afirmou seu próprio articulador (COMISSÃO..., 1924, s/p). Incluía também a abertura de novas ruas,

³¹ Não foi considerado pela opinião pública como um grande administrador, obtendo mais destaque no meio político pelo caráter liberal e tolerante de sua administração – reputado até hoje como um democrata – do que pelas obras e serviços prestados à comunidade natalense. (SOUZA, 1989)

³² Dentre os melhoramentos estavam: a construção e expansão da infra-estrutura de circulação – estradas de ferro e de rodagem; a construção de um sistema de abastecimento de água e de esgoto, além de um estudo para indicar a salubridade – condições das águas – dos mananciais que abasteciam Natal.

aproveitamento dos terrenos alagados, a reforma da cidade existente, amplamente criticada em seus termos. Intervenções estas, pensadas num Plano Geral para Natal. (Figura 04)

Em relação a moradia, o Plano propunha a destruição de parte das residências e modificações na estrutura do bairro de Cidade Alta para a construção do Palácio da Justiça, do Congresso do Estado e do Palácio da Higiene e Agricultura. Além da criação de um bairro operário no lugar do bairro das Dunas “(...) cingido pela avenida Beira-Mar” proposto por Manoel Dantas em 1909 para o “aglomerado popular das Rocas” (DANTAS, 1909, p.32-35).

No entanto, as dificuldades financeiras foram maiores do que a possibilidade de execução e as propostas de Novaes, a exemplo daquela direcionada às Rocas por Manoel Dantas, serviram de embasamento para o Plano Geral de Sistematização (1929), de Palumbo, e para o Plano Geral de Obras (1939), de Saturnino de Brito.



Figura 04: Plano Geral de Saneamento – Blueprint, 1924.
Fonte: Acervo HIDROESB/ Plano Geral de Sistematização.

Durante a administração de José Augusto volta a ser destaque os projetos de alinhamento e reforma das calçadas, bem como o de levantamento de muros nas residências. No discurso e na prática, continuava-se a se utilizar das penas de multas para o cumprimento das normas:

A actual administração da Intendência vem, desde o mez de abril do anno passado, providenciando no sentido dos proprietários da Av. Rio Branco construir e reformarem as calçadas dos seus prédios, de accordo com as posturas municipais; além de ser uma medida do interesse de cada proprietário como ainda melhora o aspecto de uma das boas ruas da cidade e evita sobretudo que o público ande aos tropeços por causa de

calçadas baixas e altas; a administração já esgotou todos os meios persuasivos, inclusive de officiar aos proprietários que ainda não iniciaram o serviço, dando mais um prazo de trinta dias, esgotado este prazo no dia 10 do corrente, esta administração vê-se forçada, mesmo a contra-gosto, lançar mão dos meios que a lei faculta e neste sentido avisa aos interessados que dentre poucos dias vai mandar effectuar os serviços na forma da lei. (VÁRIAS..., 16/01/1924, p.02)

De ordem do Sr. Presidente da Intendência de Natal, aviso aos proprietários desta Capital, que, de accordo com a Resolução nº 224, de 13 de abril de 1923, o prazo para a construção de muros termina em 13 de abril do corrente ano, sob pena de ser observada a lei em vigor. / Natal, Secretaria da Intendência, em 4 de fevereiro de 1924. (GOVERNO..., 19/02/1924, p.02)

Em 1924 outras disposições complementares àquelas formuladas em 1921 pela Diretoria Geral de Higiene e Saúde Pública foram publicadas no jornal oficial:

A Directoria Geral de Hygiene e Saúde Pública chama a atenção dos interessados para as disposições abaixo transcriptas, que regulam a construcção e reconstrucção de prédios:

- 1) Pé-direito: de 3,5m a 4,80m;
- 2) Solo impermeabilizado por camada de concreto de 10cm de espessura para assoalho de madeira e 5cm para mozaico;
- 3) Oitão livre de um dos lados, pelo menos;
- 4) Primeiro pavimento a 10cm, no mínimo, acima do terreno exterior circunvizinho;
- 5) Impermeabilização das paredes contíguas a terrenos de nível superior;
- 6) Todos os compartimentos do imóvel terão aberturas, portas ou janelas, para o exterior, de modo que recebam luz e ar diretamente, sendo providos de bandeiras basculantes;
- 7) Os prédios destinados a estabelecimentos comerciais poderão deixar de ter oitão livre, desde que sejam providos de disposição conveniente do teto que permita o arejamento e iluminação convenientes;
- 8) Somente 15 dias após terminada a construção de um prédio, poderá ser ele ocupado;
- 9) Canalização especial de águas pluviais;
- 10) As latrinas não comunicarão diretamente com os quartos de dormir a despensa e a cozinha;
- 11) Chaminés de tiragem excedendo pelo menos 1,5m o nível do telhado;
- 12) Altura das portas principais: 2,5m a 3,5m; das janelas, 1,5m a 2,5m, a contar de 1 m acima do piso; largura das portas e janelas principais - 1m;
- 13) Fossa liquefatora para materiais fecais e fossa absorvente para águas servidas, quando se tratar da zona urbana de periferia (Tirol, Petrópolis, Alecrim, até a Av. Alexandrino de Alencar);
- 14) O barro como substância que retém umidade não deverá fazer parte da constituição da argamassa;
- 15) A areia empregada para a constituição da argamassa não deverá conter matéria orgânica;
- 16) As exigências da Repartição de Higiene serão de acordo com as condições econômicas de cada um. (PELAS..., 17/03/1924, p.01)

Os apelos para a adequação das residências às normas de higiene, principalmente, relativas à iluminação e ventilação das habitações eram recorrentes nos periódicos locais:

Pela Saude publica (...) Higiene das Habitações (...) Diz o povo que na casa em que entra o sol não entra o medico (...) Este adagio tem um grande fundo de verdade. (...) O sol é um poderoso agente de defeza da saude publica. (...) A Habitação que não é banhada por elle, quase sempre, em vez de abrigo de repouso e de bem estar, se transforma em um viveiro de micobrios ou em fóco de doenças. (...) E´ lamentavel que, em nosso clima e em nosso meio, com a riqueza de luz solar e de ar atmosferico que temos, haja ainda quem faça casas com compartimentos escuros sem uma só janella que dê para o exterior. (...) Para que uma casa seja bem illuminada e bem arejada é preciso que tenha pelo menos um iotão livre e voltado para o nordeste, de onde sopram os aliseos que attenuam os rigores do calor. (...) Uma casa de oitão livres, em tempo de epidemia, está em melhores condições de defeza sanitaria do que as que são contiguas. (...) Além de um ou, melhoramento, dos dois oitões livres, a habitação privada, em nosso clima, deve ter as janellas e portas bem rasgadas de modo que em seu interior penetrem facil e abundantemente o ar e a luz (...). (PELA..., 20/03/1924, p.01)

A obrigatoriedade de construção de fossas nas residências, assim como o caráter intimista da Diretoria Geral em relação à concepção de habitações eram objeto de constantes críticas diariamente encontradas nos jornais da época:

(...) A hygiene das habitações consiste, pois, em limpar, espanar e brunir as ruas, beccos e praças (...). As nossas casas de aluguel, a tal respeito, nada restam a desejar, satisfazem a todas as exigencias sanitarias (...) há nellas o matto, o pé do muro, o canto do quintal e, até em algumas, o lixo do buraco com ou sem estacas, barril ou caixão ... Para que mais?(...) Eis, a conclusão que se tira dos libellos contra o serviço sanitario. Hygiene de catacumbas: por fora (...) Os habitantes se acham ameaçados permanentemente de morte. Todo chefe de familia que apezar dos conselhos medicos, descuida do estado sanitario de sua casa, comette um crime e se torna responsavel pelo evenenemento lento porem fatal, que originam os miasmas e putrefacções fecaes. (GAMALIEL, 11/06/1924, p.01)

Assemelhando-se a momentos anteriores, os melhoramentos propostos para Natal nesse período resultaram no deslocamento e desapropriação da moradia original de diversas famílias. A demolição de casas concebidas com material ilegal também tornou-se uma prática comum:

(...) desapropriações feitas para que fosse possivel o prolongamento da Avenida Sachet até a rua Silva Jardim, no bairro da Ribeira. (...). (RELATORIO..., 08/01/1926, p.02)

(...) casas de telha e taipa construidas para aluguel, sem a devida permissão, na região das Dunas e adjacencias, nos terrenos de

propriedade deste Porto, (...) procederem a demolição das aludidas casas. (EDITAIS..., 25/01/1929, p.01)

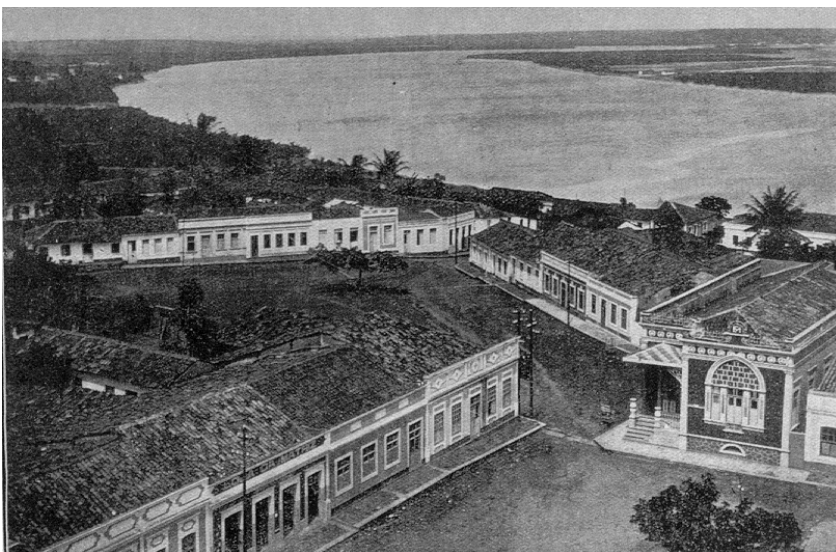
Para abrigar essa população foi criado, por volta de 1927, o bairro de Lagoa Nova “(...) constituída, toda ella, de gente pobre, de gente operaria, que não possuem, diariamente, vestimenta nem calçados (...)” (O NOVO..., 28/03/1926, p.01). “(...) Considerado de todos os bairros novos da cidade; o que maior desenvolvimento tem tomado nos ultimos anos, e que tem proporções para se tornar o bairro residencial por excelência (...) parte nova da cidade (...)”. (GOVERNO..., 05/07/1925, p.02)

A partir de 1926, diversos editais foram publicados no jornal oficial do governo convocando os posseiros à legalizarem suas situações:

De ordem do Sr. Delegado Fiscal, faço publico que, de conformidade com os decretos n. 4.105 de 22 de Fevereiro de 1868 e 14.594 de 31 de Dezembro de 1920, são convidados todos, os posseiros de terrenos de marinhas nas praias de Areia Preta, do Meio e os das margens esquerda a direita do rio Potengy, a virem legalisar nesta delegacia a posse dos referidos terrenos. (EDITAES..., 11/03/1926, p.02)

Segundo esta linha deu-se início a mais um projeto que intentava a expansão e embelezamento da capital. Referia-se ao incentivo para se edificar nos terrenos baldios, a substituição das velhas fachadas “(...) de anachronico estylo colonial pelos modelos airosos e estheticos dos centros urbanos de bom gosto (...)” (A NATAL..., 30/10/1928, p.07) (Figura 05), além da concessão de aforamentos sob a condição de construção dentro do prazo de um ano. O resultado foi evidente devido ao número de solicitações desta natureza. Dos sete registros verificados em 1926, passou-se para trinta só no ano de 1928.

Figura 05: Casario adequado aos padrões estéticos – Av. Junqueira Aires.
Fonte: Pombo, 1922.



Essa ação também incentivou a construção civil e a iniciativa privada, como destacou o jornalista carioca Affonso Costa, em visita a Natal no ano de 1926, quando destacou, em artigo publicado n'A República, a atuação construtora dos irmãos Palatinik e Aureliano Medeiros e de “outros poucos em menor escala”. (A NATAL..., 30/10/1928, p.07)

Em concordância com o contexto nacional, a população natalense passa a exigir do Estado ações mais concretas no tocante à concepção de habitações mais dignas aos desfavorecidos e para por fim aos “mocambos” e “cortiços” que enfejavam e comprometiam a salubridade da cidade, primando pelo modelo higiênico das “casas operárias”. Requerimentos esses expostos, sobretudo, pelos jornais do grupo de esquerda:

Natal é uma das cidades a que talvez acuse um coeficiente mais accentuado de inercia, no tocante ás grandes como ás pequenas habitações. (...) É lamentável que assim aconteça. (...) Mister seria solucionar, mesmo em parte, o problema do tecto, cada vez mais premente entre nós (...). (...) A nossa capital está ainda cheia de 'mocambos'. (...) O que sejam elles, dil-os, perfeitamente, a nossa propria observação (...) Portador de males sem conta, para a população e para a cidade, (...).

As 'casas operarias' refletem, positivamente, a plausivel solução para o combate ao mocambo (...) É um gênero de elevada assistencia, que se faz mister comprehendido por quantos devem entender que a sua completa extinção importa grande somma de vantagens à vida higienica que necessitamos viver. (O PROBLEMA..., 17/03/1926, p.01)

O desejo de embelezar e tornar a cidade moderna, pelo menos no que concerne a estética das edificações, toma vulto em 1928, quando em 17 de março foi organizada uma exposição com os projetos do convidado Sr. Clodoaldo Dantas, construtor de Recife, para incentivar construções condizentes com as linhas modernas, que em muito contribuiriam para o projeto proposto para Natal. (EXPOSIÇÃO..., 17/03/1928, p.02)

Em 1929 foi a vez do médico Alfredo Lyra publica seu livro *Hygiene: falando e escrevendo*, cujo intuito era o de “propagar os conceitos da higiene e divulgar meios de prevenção de doenças” (EDUARDO, 2000, p.94). Numa perspectiva integrada entre a higiene e a pedagogia explanava, sobre a regulamentação do ensino, fossas e habitações. Estas deveriam receber diariamente luz e ar em seus cômodos e, para tanto, teriam que possuir aberturas laterais livres, orientadas no terreno de acordo com o clima de cada região. Cada ambiente deveria receber duas horas diárias de insolação

– possuir janelas retangulares, variando em área entre 1/4 e 1/6 da superfície da parede –, ter ventilação natural contínua, dentre outros. (LYRA, 1929)

***O Código de Obras e a autonomia municipal:
o prefeito Omar O’Grady (1924-1928)***

O’Grady assumiu o poder municipal em novembro de 1924³³ permanecendo até outubro de 1928. Até esse momento, a Intendência Municipal ainda era muito dependente do poder estadual, sem autonomia administrativa, apesar do programa de emancipação política dos municípios precedida pelo decreto nº 8 de 16 de janeiro de 1890, que a originava.

O início de seu primeiro mandato foi marcado pela busca por essa autonomia e por uma reforma administrativa, estabelecendo uma nova sessão de obras e atribuições à Intendência, além da transferência da arrecadação de impostos – décima urbana e taxa de recolhimento de lixo – que até então cabiam ao estado. (GOVERNO..., 01/04/1925, p.01)

O incremento das rendas municipais, atribuído a instituição desses impostos, teria desdobramentos nos anos seguintes. Primeiro com a sistematização da aquisição e pagamento do “habite-se” (GOVERNO..., 03/07/1927, p.03) que obrigava os proprietários a pagar uma “(...) taxa de trez mil reais sobre cada numero, ao realizar o emplacamento e numeração dos prédios da zona urbana (...)”. (VÁRIAS..., 15/01/1925, p.01). E, posteriormente, com a instituição do Código de Obras Municipal por meio da Lei nº 4, de 02 de setembro de 1929, que finalmente reuniu as normas e prescrições urbanísticas e construtivas em um mesmo instrumento, com o intuito de facilitar a ação administrativa municipal no controle da urbanização de Natal. (DANTAS G., 2003b, p.120)

Nos primeiros anos de seu governo, as palavras mais evidenciadas nas discussões e artigos de jornais eram “crescer, progredir e transformar” (COSTA, 1998, p.134). “(...) No período de mais de quatro annos da actual administração municipal, Natal passou por uma verdadeira transformação”³⁴ (A REPÚBLICA, 01/01/1929, p.02). (Figuras 06)

³³ Após o falecimento de seu sogro Manoel Dantas – membro da elite intelectual natalense.

³⁴ Dentre as obras que contribuíram para tanto estão o novo calçamento da Junqueira Aires, a reforma do Cais Tavares de Lira, o calçamento da Praça Augusto Severo, que chegaram “a ordem de mais de 50.000 metros quadrados” (DANTAS, 1998, p.92) e, as obras de aformoseamento da Avenida Atlântica, na qual, “toda a área necessária foi calçada e reparada urbanisticamente, as edificações alinhadas, os muros reconstruídos e melhorados”

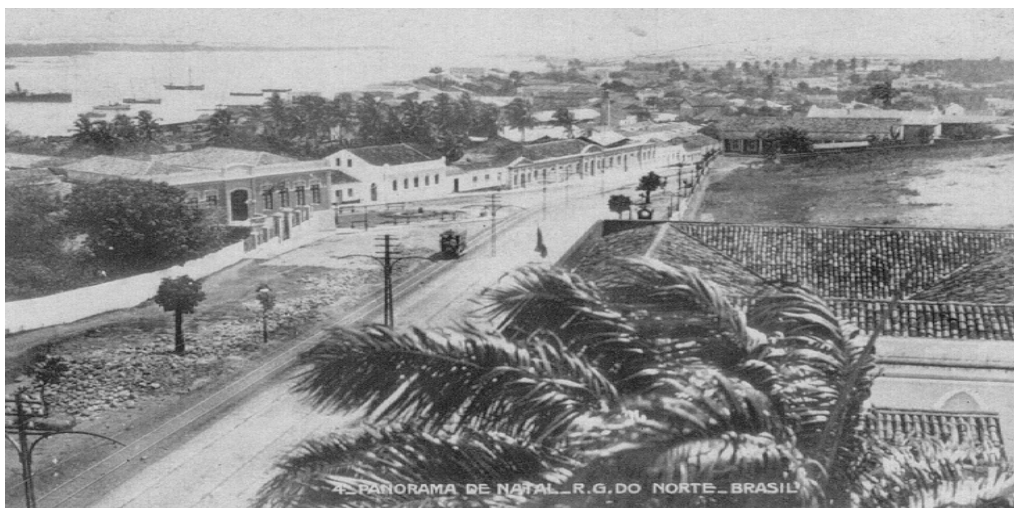


Figura 06: Obra de calçamento da Av. Junqueira Aires.
Fonte: Diário de Natal, 1920.

No campo da habitação merece destaque a elaboração, como dito anteriormente, do Código de Obras de Natal em 02 de setembro de 1929, por intermédio da Lei nº 04. Por meio desse código a administração detinha o controle sobre o processo de urbanização da cidade, como também da estética urbana, necessária ao “correto crescimento da cidade” (A REPÚBLICA, 15/01/1925, n.11, p.01). Neste sentido foram proibidas a construção de prédios de menos de dois pavimentos, nas principais ruas da Ribeira: Dr. Barata (Figura 07) e Rua do Comércio (Figura 08), Praça Augusto Severo e Leão XIII, e avenidas Tavares de Lyra e Sachet. (VÁRIAS. A República, 15/01/1925, n.11, p.01).



Figura 07: Rua Dr. Barata e sua tipologia construtiva na década de 1920.
Fonte: Miranda, 1981.

(DANTAS, 1998, p.93), sendo também erguida “(...) uma sólida balaustrada de cimento armado toda crivada de postes para a iluminação e ao lado distendido o passeio público torrado a mosaico” (ALECRIM, 1957, p.219)

Figura 08: Rua do Comércio e as novas edificações com dois pavimentos.
Fonte: Miranda, 1981.



As restrições às tipologias populares, verificadas desde o final do século XIX, foram eliminando paulatinamente as habitações mais pobres do centro da cidade (Figura 09). Com o “novo código” não foi diferente. O projeto de teor elitista de reforma urbana e melhoramentos “estéticos” resultou, nessa década, no chamado pela imprensa local “problema de tecto”, provavelmente a primeira representação de crise habitacional em Natal, evidenciada pela edificação de inúmeros “mocambos” na cidade:

A falta de casas em nossa terra, é uma consequência do descaso que se vem notando em todo o Brasil, (...), sem , até agora, resolvel-o de forma satisfatoria para as populações mais desfavorecidas. (...) A nossa capital esta cheia de mocambos, (...). Portador de males sem conta, para a população e para a cidade, o ‘mocambo’ desperta um infalivel ar de nôjo e de penuria, como se fora exclusivo factor de pauperismo, de mendicancia, da miseria (...)”. (O PROBLEMA..., 17/03/1926, p.01)



Figura 09: Rua da Ribeira, atual Câmara Cascudo, e a substituição de residências.
Fonte: Miranda, 1981.

Diante deste quadro e intentando por fim as “aglomerações populares”, consideradas signos de atraso, a municipalidade passou a incentivar a construção de casas e vilas operárias. Mas as ações ficaram restritas, na maior parte dos casos, à propostas inclusas no Plano Geral de Obras de Saneamento (1924) – bairro operário das Rocas – e no Plano de Sistematização (1929), provavelmente localizado nas Quintas ou no Passo da Pátria.

Dantas (1998) afirma que essas obras verbalizavam o processo de construção da cidade para os visitantes que incluiu diversas restrições à pobreza. Estavam novamente proibidas a construção de casas de taipa; além da presença de ambulante nas ruas sem registros de inscrição obtidos junto à prefeitura; e a mendicância em geral.

À população mais pobre restou o isolamento nas áreas periféricas e a repressão por meio das forças policiais do estado, dos guardas municipais e das normas restritivas, ou o recolhimento ao Dispensário Sinfrônio Barreto, inaugurado em 1925, para combater a mendicância, que a partir desse momento passou a estar presente nos discursos políticos e elitistas para a reforma urbana de Natal, como publicado nos periódicos da época:

Os propositos de caridade do Sr. Dr. José, as idéas de solicita assitencia do poder público aos desvalidos, partidos oficialmente do engenheiro Omar O'Grady, chefe do executivo municipal, reuniram em torno de seus de philanthropia e de organização social muitos e dedicados adeptos, sobremodo interessados a nossa população.

(...) O engenheiro Omar O'Grady (...) fez que considera e define em conjunto os aspectos da questão. (...) Fica prohibida a medincancia nas ruas de a Natal, a partir da inauguração do 'Dispensário', incubindo-se a Intendencia de exercer fiscalização sobre os mendigos, por meio de guardas municipaes e, em casos de necessidade, por intermedio dos proprios auctoridades policiaes.

A fim de ser assegurada a prosperidade daquela caritativa instituição, tem o mesmo direito a uma subvenção mensal de 1:000\$000.

O edificio da antiga fabrica de gelo (...) servirá de séde ao 'Dispensario', até que as suas condições permittam adquirir mais apropiada installação. Ao padre KOKKE será confiado o seu destino, escolha acertadissima , não só pelo seu espirito de compassividade do virtuoso sacerdote, como tambem porque já exerceu na Europa em instituto similar as funcções delicadas que lhe são commettidas. (...). (OBRA..., 07/07/1925, p.01)

Para se ter uma breve noção da dimensão desse novo “quesito” do projeto modernizador, em 1929 o referido dispensário atendia por volta de 300 famílias “desvalidas” consideradas “fatores de perturbação social”. A municipalidade dessa

forma, saneou a “urbe da legião de pedintes e falsos mendigos” (ALECRIM, 1957, p.220). Atitudes essas aclamadas pela população mais abastada.

No tocante às residências, continuava a se operar a substituição de edificações e a modernização das fachadas (A REPÚBLICA, 27/03/1930, p.01). Adicionou-se a essas práticas a premiação anual através da restituição total do valor da construção e/ou metade dele, baseada na lei nº 04 de 1929, aos três autores e proprietários dos melhores, mais bonitos e modernos prédios da cidade. (O’GRADY, 1929)

A atuação pública, sobretudo no que diz respeito à fiscalização das edificações, de acordo com os jornais pesquisados, era largamente elogiada pela elite, satisfeita com os “padrões convenientes” dos bairros da cidade:

A municipalidade de Natal desde algum tempo vem demonstrando real solicitude no trato dos negócios públicos e o empenho de contribuir, nos justos limites de suas modestas finanças, para o desenvolvimento material desta cidade. (...)

Na polícia das construções, para exemplo, a actuação da Municipalidade é de resultados inestimáveis para o seu progresso, não somente pela fixação dos padrões convenientes aos diversos bairros, senão ainda mediante a prescrição das condições de estheticas reclamadas instantemente em nosso meio.

As providencias para este fim, constituindo restrições legais ao direito de propriedade, despertam, frequentes vezes, a animadversão de alguns supostamente molestados, mas logo se incubem os factos de registrar o acerto das attitudes assumidas pelo poder público, com a mira exclusiva no interesse geral. (...). (A REPÚBLICA, 15/01/1925, p.01)

Neste mesmo ano – 1929 – Omar O’Grady foi renomeado prefeito da capital pelo governador Juvenal Lamartine (1927-1930). Sua segunda administração representou o “momento de pôr Natal em sintonia com o mundo, a partir de sua importante ligação como centro aviatório internacional”. Era necessário, para tanto, construí-la para o “futuro”. (DANTAS, 1998, p.95)

Em dezembro de 1929 foram introduzidos no plano da cidade pela Companhia Força e Luz, os primeiros ônibus coletivos, que faziam apenas pequenos trajetos³⁵. Nesse período, as principais vias da capital foram calçadas, abriam-se estradas e se tratava esteticamente as ruas. Essas ações direcionaram a ocupação de áreas da cidade:

³⁵ Esses correspondiam aos bairros mais abastados da cidade – Petrópolis, Tirol e Areia Preta – devido ao custo da passagem e pelo fato de grande parte das vias desses bairros serem calçadas, o que facilitava o deslocamento do transporte.

(...) as estradas abertas no município, valorizando-lhe consideravelmente as terras, a exemplo do que operou em toda a planície do Tyrol e nas praias, onde por efeito de uma boa estrada, surgiu o aglomerado de casas ali existentes; as dezenas de milhares de metros quadrados de calçamento da mais perfeita e consistente qualidade, pavimentando ruas e praças a que imprimiu feição inusitada (...). (A REPÚBLICA, 08/06/1930, p.01)

Justificado por essa conjuntura foi proposto pelo então administrador municipal um Plano Geral de Sistematização (Figura 10) que significou “o arremate de sua administração, o fecho das iniciativas desenvolvidas durante mais de cinco anos em prol da modernização da cidade”. Foi, dessa maneira, um plano de síntese, que ordenou a ocupação, a expansão e a reforma de Natal para dar-lhe uma “(...) feição de cidade moderna, avançada, conciliando de maneira inteligente e racional as necessidades de ordem técnica e econômica com os imperativos de natureza estética que devem presidir ao desenvolvimento de nossa urbanização”. (DANTAS, G., 1998, p.96)

No entanto, esse Plano não foi implementado em sua totalidade devido o afastamento de Omar O’Grady da administração municipal, pela sua ligação com Juvenal Lamartine, se juntando a ele na Europa poucos meses depois, em virtude dos inúmeros processos iniciados contra o prefeito a partir da eclosão da Revolução de 1930.



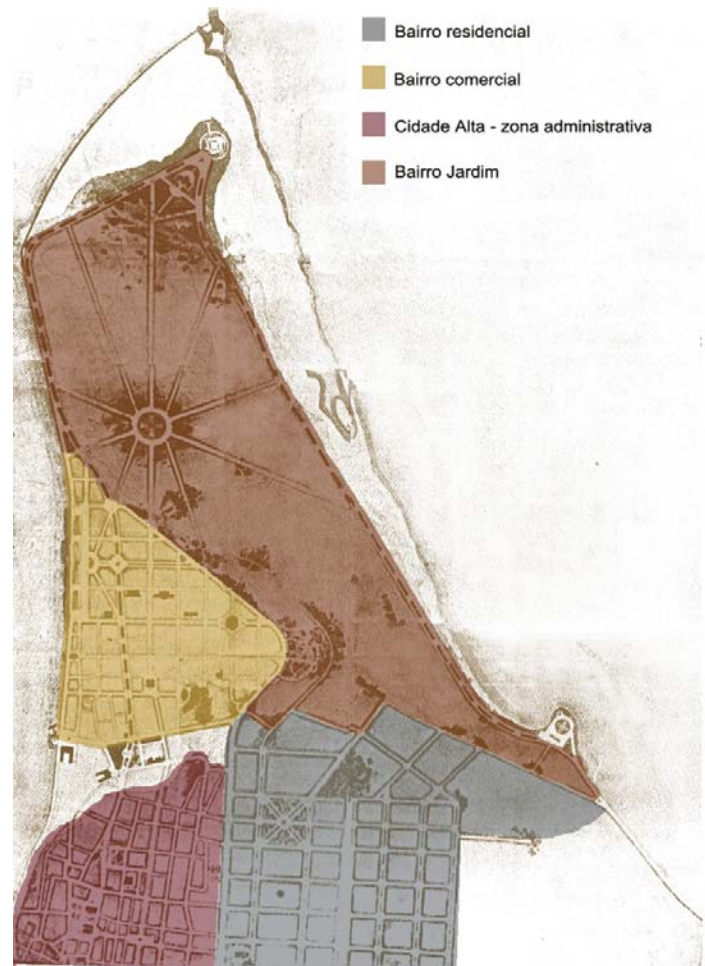
Figura 10: Plano Geral de Sistematização de Natal, 1929.
Fonte: DANTAS, 1998.

- **A questão habitacional no Plano de Sistematização (1929-1930)**

Em 1929, através da Resolução nº 304, de 22 de abril, a prefeitura da cidade autoriza a formulação de um Plano de Sistematização para Natal³⁶. Ao arquiteto Giacomo Palumbo caberia: “(...) executar um plano geral e definitivo da cidade de Natal, de accôrdo com os ultimos preceitos de urbanismo para uma população de até cem mil habitantes e em condições de ser (...) desenvolvido ou irradiado de modo a poder acompanhar o futuro progresso da cidade” (PREFEITURA..., 1981a). Os novos preceitos a que se refere a citação eram provavelmente a adequação da estrutura viária aos veículos automotores.

Figura 11: Macrozoneamento do Plano Geral de Sistematização.
Fonte: DANTAS, G., (1998)

Por este Plano³⁷ a cidade seria zoneada em “(...) quarteirões administrativo, commercial, industrial, a cidade recreio e os bairros residencial e operario (...)”. (PREFEITURA..., 1981a) (Figura 11). Segundo a engenheira Carmem Portinho (1930b, p.02), colaboradora do Plano, as zonas destinadas à



³⁶ Para tanto foi fechado contrato com o arquiteto greco-italiano, formado pela *École des Beaux-Arts*, na França, Giacomo Palumbo. Em outubro do mesmo ano parte do Plano já se encontrava exposto para apreciação popular, no prédio da Intendência Municipal. No ano seguinte, Omar O'Grady publica em relatório a primeira planta geral e, em abril, Palumbo o entrega à edilidade o Plano completo. (DANTAS, 1998)

³⁷ Nele, estariam indicadas as localizações da iluminação pública, viação urbana, arborização, passeios, monumentos, abrigos, jardins, praças públicas, feiras, mercados, matadouros, cemitérios, dentre outros estabelecimentos. (PREFEITURA..., 1981^a). Previa-se também: uma reforma no Porto de Natal, caracterizada pelo aprofundamento e delimitação do canal, remoção de obstáculos, fixação de dunas, construção de um ancoradouro e um outro cais; o projeto de um aeroporto; a organização de um horto para auxiliar na arborização das ruas e praças da capital; a mudança da nomenclatura das ruas, competida ao Instituto Histórico e Geográfico; o aumento do número de vias de acesso aos bairro de Cidade Alta e Ribeira; o aproveitamento dos monumentos históricos e belezas naturais da cidade; e a transformação de lagoas em piscinas públicas, como a de Manoel Felipe e a Lagoa Seca. Em todas as intervenções seria empregado o “estilo moderno”. (DANTAS, 1998)

habitação seriam: o *bairro residencial*, que compreenderia a Cidade Nova – Petrópolis e Tirol – e a ampliação de seu traçado, no qual, seriam edificados um estádio de futebol, o Prado de corridas, praças, áreas de recreação e o Aero-Club; o *bairro jardim*, a ser instalado entre o Potengi e o Atlântico, provavelmente onde se situa atualmente o bairro de Santos Reis, cujas construções seriam submetidas a rigorosas normas do urbanismo, aplicando-se o *zoning* moderno e abertas largas vias; e, o *bairro operário*, para o qual previa-se a demolição de “todas as casas dos operários existentes junto as caes, na entrada da cidade e em terrenos baldios (...)”, para a implementação de um bairro “inteiramente novo” (PORTINHO, 1930b, p.02) e afastado do centro, *probabile* localizado nas Quintas e/ou no Alecrim: um projeto residencial elaborado pela Intendência de acordo com o número de habitantes que receberiam os lotes e indenização pelo deslocamento.

Pretendia-se através dele por fim aos signos de atraso e “incorreções morfológicas que atrapalhavam os intentos de modernização” (DANTAS, G., 1998, p.106), como o mau aspecto dado à cidade pelas “desgraciosas” habitações operárias (LAMARTINE, 1930). Neste contexto, Garibaldi Dantas (1929a, p.01) afirma que a habitação era encarada como “(...) um dos grandes problemas modernos nascidos do (...) crescer urbanista (...)”. Preocupava-se com as condições de moradia operária e atentava a municipalidade para tanto, pois, segundo ele, se o governo não cuidasse do operariado – pobres – eles resolveriam por conta própria os seus problemas. Dantas (1929a) aproximava dessa maneira a questão social da urbana, prevendo com três décadas de antecedência o surgimento de favelas na cidade.

Para a concretização deste Plano diversas medidas de cunho legislativo foram tomadas pela municipalidade. Dentre elas: a lei nº 728, de 19 de outubro de 1929, que permitia a venda de qualquer lote para possibilitar a execução do Plano; a resolução da Assembléia Legislativa, de abril de 1929, concedendo favores a quem interessasse instalar um hotel na cidade; a resolução nº 318, de 17 de junho de 1930, que regulamentava a contribuição dos proprietários – proporcional ao tamanho da testada do lote – para a pavimentação das vias de Natal, incluindo calçamento, meio-fio e passeios, em prestações mensais dentro de um prazo de até dez anos; e, a resolução nº 319, de mesma data, que reduziu o preço das contribuições para quem interessasse construir, por conta própria, os passeios. Medidas essas que apontam para uma

influencia do Plano de Avenidas proposto por Prestes Maia para São Paulo: “urbanização extensiva e baseada no automóvel” (DANTAS, G., 1998, p.103)

Esse Plano marcou uma mudança de atuação política na cidade, que passava a seguir o lema de Anhaia Melo: “saber, prever, prover”; baseado, por sua vez, no urbanismo modernizador americano. Não se combatia as conseqüências dos problemas – “flagellos” – antecipava-se ao seu surgimento:

Centros máximos de aglomeração humana, as cidades devem ser convenientemente protegidas contra a enorme cohorte de flagellos que assolam a humanidade, cumprindo-se, por isso mesmo, prever-lhes o futuro assegurando-lhes em tudo optimas condições de habitabilidade. (...) Natal se tem desenvolvido até nossos dias; fixando montes sem outra orientação que não seja o nosso natural instinto de beleza e utilidade. É chegado, porém, o tempo de acabar com os serviços á mercê da sorte. Este é o fim do contrato ora existente entre a prefeitura e o Sr. Giacomo Palumbo. (A REPÚBLICA, 19/05/1929, p.01)

O espírito empreendedor do prefeito e a influencia do urbanismo norte-americano em suas ações resultaram na repercussão nacional do projeto³⁸ proposto para a capital norte-rio-grandense³⁹, que apesar de concluído e apresentado a cidade, nunca foi concretizado; contudo, deve-se lembrar que permaneceu como baliza legal ao crescimento da cidade até a década de 1950 (DANTAS, G., 2003). Também é importante atentar para as propostas inovadoras que nele cabiam, sobretudo em relação ao automóvel e ao ônibus. O sonho elitista de preparar a capital norte-rio-grandense para o futuro desvaneceu com a eclosão da Revolução de 1930.

Considerações parciais I

No primeiro momento de intervenções identificado (1889-1929), o poder público interveio no campo da habitação por meio de uma legislação rigorosa para concepção e

³⁸ “(...) O urbanismo vem produzindo as formidáveis realizações das cidades velhas transformadas, a golpes de picaretas, nas cidades modernas. Chicago é o maior exemplo (...). No Brasil verifica-se hoje o mesmo movimento. O urbanismo não ficou apenas no Rio com os projetos do prof. Agache, nem em S. Paulo concretizados nas visões inteligentes de Anhaia de Mello (...), a idéia de urbanismo vae espalhando por todo o paiz (...). Agora mesmo, temos em mãos o contracto que a municipalidade de Natal, sob a direcção moderna de ser prefeito – um técnico formado nos Estado Unidos –, (...) acaba de fechar com uma de nossas autoridades urbanistas, afim de levantar a planta futura de Natal de 100 mil habitantes (...)”. (DANTAS, 1929c, p.01)

³⁹ No entanto, diversas foram as críticas lançadas ao Plano, advindas de diferentes localidades e personalidades. As mais corriqueiras diziam respeito ao traçado “aleatório”, amplamente recriminado pelos urbanistas modernos; a contratação de um estrangeiro para a elaboração do projeto; e a desnecessária implantação de um plano para uma cidade tão pequena como Natal (DANTAS, 1998). Apesar desses julgamentos, em junho de 1930, O Plano Geral de Sistematização foi exposto numa seção de urbanismo que ocorreu concomitante ao IV Congresso Pan-americano de Arquitetura, no Rio de Janeiro, arrancando elogios diversos publicados nos jornais do Rio e São Paulo e transcritos pela imprensa oficial natalense – A República -, tais como: o Diário da Noite, o Jornal do Brasil, O País e os comunicados da Agencia Brasileira. (O PAIZ, Rio de Janeiro, 23 e 24/06/1930, n.16.681-2, p.05)

adequação de habitações que foram guiadas por um projeto mais amplo, implementado pelo governo federal a partir da formulação de Leis que se propunham a reverter o quadro sanitário das cidades do país e, conseqüentemente, de suas residências.

A reforma de fachadas e a substituição de residências desalinhadas e insalubres por outras mais saudáveis e “modernas”, podem ser citadas como intervenções recorrentes neste período. O objetivo dessas ações era criar um novo cenário da cidade, mais “moderno” e belo, como forma de atrair investimentos, assemelhando-a aos grandes centros europeus. Ao contrário das cidades européias, nas quais as transformações no espaço e nas habitações das cidades vinham como resultado de um processo evolutivo eclodido a partir da Revolução Industrial, em Natal, assim como em outras cidades brasileiras, essas mudanças estavam diretamente relacionadas aos interesses das elites política, econômica e intelectual para o seu próprio uso fruto dentro do seu projeto modernizador. Para tal, buscavam dotar a cidade de estruturas e valores que julgavam imprescindíveis à inserção da cidade no “mundo modernizado”.

Neste momento as transformações realizadas na cidade, portanto, podem ser justificadas por dois discursos, que não são excludentes mas que tem suas especificidades: o que combatia a cidade insalubre, eixo central das normativas e das propostas de transformação do espaço urbano de Natal; e aquele que pretendia a modernização e a dinamização da estrutura e economia da capital.

A derrubada de “casebres” para a execução de obras inseridas nos princípios de embelezamento e salubridade das cidades era uma prática comum nesse momento. Essas obras caracterizadas por uma exacerbada preocupação para com os aspectos físicos de toda a cidade, resultaram também em normas de caráter regulador que objetivavam adequar as suas edificações, exigindo desde o asseio das residências e quintais, melhoramentos nos aspectos externos dos edifícios, até a submissão das propostas de reforma e construção à análise da Diretoria de Obras Públicas e Inspetoria de Higiene Pública.

Essas normas, da mesma forma que o projeto de embelezamento supracitado, apresentavam um conteúdo segregador, uma vez que impunham cláusulas – normalização do uso do solo e investimentos na aparência das edificações – que a população de baixa renda não tinha condições de cumprir, forçando esses habitantes a se deslocarem para outras áreas distantes do centro da cidade; fazendo emergir os primeiros subúrbios de Natal.

Em relação às soluções dadas pelo Estado à população sem moradia em decorrência das desapropriações e dos Códigos de Postura, pode-se dizer que se resumiam a capacitação de áreas – ruas e terrenos – na periferia da cidade. Essas ações se basearam no modelo europeu de afastamento das “classes perigosas” do centro da cidade e das áreas ocupadas pela elite.

Percebeu-se que as intervenções realizadas pelo governo na cidade e em relação à habitação neste primeiro momento, representaram também uma dupla solução: a de modernização da cidade e a de auto-segregação das classes dominantes locais. Isto se deu na medida em que superavam o antigo desenho irregular da cidade colonial, em que todas as classes conviviam no mesmo espaço, e refugiou a elite em seus espaços para se “proteger do contato com as péssimas condições ambientais e sanitárias (...) da cidade”. (SANTOS, 1998, p.45)

Dessa forma, os discursos e ações do Estado no primeiro momento estudado, com raras exceções como é o caso da segunda administração do governador Alberto Maranhão (1908-1913) e a de Ferreira Chaves (1914-1918), estão distantes de uma intenção real de desenvolvimento da cidade como um todo, incluindo a habitação; objetivavam, no entanto, gerar benefícios a uma restrita parcela da população.

CAPÍTULO 02:

O Segundo Momento (1930-1964):

A concepção de habitações pelo Estado e a institucionalização do processo

A mudança de atuação governamental: A Revolução de 1930

A Revolução de 1930 resultou na remodelação das funções e estrutura do Estado e de suas relações com a sociedade. Consolidou-se nesse momento o Estado burguês – urbano e industrial – marcando a interrupção definitiva com o sistema oligárquico no país e a consolidação da cidade sobre o campo. “Pouco a pouco, as classes sociais de mentalidade e interesses urbanos impuseram-se por sobre a mentalidade e os interesses (...) [da] economia primária exportadora”. (IANNI, 1977, p.22)

Foi, neste sentido, instaurado um governo provisório, denominado de Estado Novo, no qual os estados passaram a ser governados por Intendentes Federais, nomeados pelo presidente da República (COSTA, 1998).

Pela primeira vez a cidade vai ser alvo de análises e palco para intervenções sistematizadas em um programa de âmbito nacional, instituído pelo presidente Getúlio Vargas (1930-1945), cujo intuito era o de modernizar as suas estruturas. Intenção antiga, mas que nesse momento ganha um novo viés. No entanto, nos discursos e ações ainda predominavam os preceitos do higienismo, marcados, principalmente por práticas de higiene arraigadas às normas morais. As intervenções na habitação seguiam essas diretrizes.

Em Natal consolidou-se “(...) um ideal de cidade sã, salubre, moderna e, ao mesmo tempo bela, adaptada às necessidades da elite e seus novos recursos tecnológicos – como, por exemplo, o automóvel”. (DANTAS, A., 2003, p.77)

Os planos e reformas a partir de então iniciados, como em outros momentos, continuaram a privilegiar áreas específicas da cidade, essencialmente o centro e os bairros da elite. A classe proletária que crescia a cada dia permaneceu à margem de todo esse processo de urbanização; sendo segregada nos “arrabaldes e na periferia, longe dos olhos do visitante e da elite, desprovida de quaisquer benefícios em meio às operações urbanísticas”. (DANTAS, A., 2003, p,77)

Apesar do empenho da elite dirigente, Natal adentrou a década de 1930 com um quadro de precariedade de serviços, infra-estrutura e equipamentos urbanos, semelhante à verificada na virada dos anos de 1900/1910, na qual a capital sofria com elevados índices de mortalidade, ineficácia no abastecimento de água e na coleta de esgotos, e inadequação das habitações. Essa “crise” foi intensificada no ano de 1932 quando a cidade foi assolada mais uma vez pelas conseqüências de uma seca. Natal comportava nesse momento milhares de flagelados em busca de trabalho e moradia. A população descontente com a vigente situação – convivência com a classe pobre – exigia a remoção dessas pessoas das ruas para abrigos e a inclusão desse contingente de migrantes nas obras de embelezamento e modernização da cidade, como observado em artigo que se segue:

Os horrores da fome no Nordeste, originados da irregularidade e escasses dos invernos, não se atenuam com esmolas (...). Seria preferível, como medida de emergência, que a nossa Prefeitura, em cooperação com o Estado, procurasse, sem perda de tempo, construir uma estrada que, partindo das novas avenidas abertas pela Fiscalização do Porto, fosse, contornando as dunas próximas á Fortaleza dos Reis Magos, ligar-se á rodovia da praia de Areia Prêta (...). Com o início imediato da estrada em apreço, prestaria a administração municipal um patriótico e humanitário benefício a inumeras familias que andam a esmolar pelas nossas ruas. Os imprescindiveis trabalhos de atêrro da Lagoa do Jacob, como também os serviços, aliás já autorizados á diretoria da Estrada de Ferro Central, de construção de uma parte do cáis á margem do Potengi, de pronto poderiam resolver o problema da fome entre nós, até que se regularisasse o inverno. (O PROBLEMA..., 31/03/32, p.01)

A presença “hostil” dos migrantes e as manifestações divulgadas pela imprensa resultaram em ações específicas: “(...) a invasão da cidade por levas continuadas de flagelados, deu lugar á criação urgente de serviços na capital, nos quais foram aplicados parte do auxílio enviado pelo ministro José Américo (...)” (AS REALIZAÇÕES..., 04/01/1933, p.01). E para “refúgio” dessa população, o Interventor Benedito Dutra instalou no esquadrão de cavalaria um abrigo para recolher famintos e doentes que perambulavam pelas vias da capital, denominado José Américo, onde eram tratados e, posteriormente, encaminhados para as colônias no interior – semelhantes àquelas instituídas na seca de 1877. Também com o intuito de amparar os migrantes e pedintes que se encontravam na cidade exibindo nos “(...) mais transitados logradouros (...) as suas deformidades e chagas (...)”, que foi iniciada a construção, em

fevereiro de 1934, do novo Dispensário Sinfonio Barreto. (A PROPÓSITO..., 08/02/1934, p.01)

Ainda com o intento de garantir moradia para os mais necessitados, foi iniciada a construção da primeira vila operária em Natal, ainda em 1932; representando uma mudança na atuação desta instância política no campo da habitação, equivalente até o presente momento à instituição de legislação restritiva aliada aos preceitos sanitaristas e a obras de melhoramento do “ambiente de morar”. Já em outubro do supracitado ano se encontravam em construção, em terreno do estado no bairro do Alecrim, o primeiro grupo de casas “(...) dotadas (...) do conforto indispensável às habitações modernas e com predomínio de observância dos preceitos de higiene arquitetural. (...) que prometem graciosas e elegantes, e serão, amanhã, abrigo e lar de modestos operários indígenas, (...)” (A REPÚBLICA, 03/12/32, p.01).

Em concordância com o cenário nacional do início da década, estava a busca pelo “equilíbrio estético” das edificações, por meio da proibição de certas construções – mocambos, cortiços, casebres – aspirando pela homogeneidade da cidade:

A censura estética dos edifícios é uma das medidas mais elogiáveis que pode surgir feita lei de quem compita a beleza exterior de uma cidade. A homogeneidade de que necessitamos para a completa formação de trechos modernizados, só com uma proibição a certas construções poderá advir em benefícios de nossa completa formação estética. Unicamente com a organização, nas grandes capitais, de um serviço a cargo de peritos para a fiscalização nos prédios que se irão elevar, é que poderemos, em breve, ter feito cidades alinhadas, altas, sobranceiras, onde possa pairar a tristeza nacional.../.../Recife deu, há pouco tempo, um passo a esse fim. O doutor que dirige, lá, os serviços da Prefeitura, de acordo pleno com o governo estadual, organizou o 'Serviço de Censura Estética (...). (CENSURA ESTETICA..., 12/01/1932, p.01)

As construções, essencialmente as habitações que não se enquadrassem nessa ordem, eram apontadas como absurdos e criticadas pela opinião pública:

A grande maioria das construções de atualmente tende à uniformização das cidades, num estilo novo de ângulos, de arestas e de planos. (...). As fachadas simples, de paralelas distanciadas e de traços francos, surgem, animadamente, afirmando que foi aceita a arquitetura prática e moderna. Mas, mesmo assim, existem ainda, quem, podendo construir numa geometria impressionante de retas que se encontram ou não se encontram, prefira ordenar que o construtor coloque enfeites incríveis na 'casa nova' e escreva a data da construção em um retângulusinho da ponta dobrada. (VIDA..., 31/08/1932, p.04)

Verificou-se a continuidade dos incentivos às construções para pôr fim ao “problema de teto” da cidade. O que em muito contribuiu para o aquecimento do mercado de construções pela iniciativa privada. Em fevereiro de 1932, a empresa construtora e de saneamento predial LTD, atuante em grandes estados como São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, instalou escritório em Natal, disponibilizando seus serviços “(...) com vantajosos descontos; á prestações trimestrais e a longo praso, sem aumento de preço nem entrada inicial (...)”; sendo regida pelo lema: “ganhar pouco para produzir muito” (A EMPRESA..., 02/02/1932, p.04). Em janeiro de 1933 foi a vez da empresa pernambucana V. Carvalho & Cia, propondo-se ao desenvolvimento do sistema cooperativo de construções por sorteios (EMPRESA..., 15/01/1933, p.01), como afirma o seguinte artigo publicado no jornal oficial:

(...) Esteve nesta redação o Sr. Orlando Tavares, inspetor no Estado, do 'Plano Democrata', da empresa construtora V. Carvalho & Cia., ultimamente instalada em escritorio proprio, á avenida T. de Lira, trasendo-nos a comunicação de que a Companhia, afim de facilitar a aquisição de casas aos operarios, acaba de instituir uma serie especial, ao alcance das mais humildes dos nossos trabalhadores. (UMA LINDA..., 03/02/1933, p.01)

Foi nesse contexto registrado no fim do ano de 1933, de acordo com o jornal A República, mais de cinqüenta prédios em construção na cidade, além de inúmeros em reforma (A PROPÓSITO..., 04/03/1934, p.07). Concomitante a isso deu-se o início ao projeto de cadastramento de terrenos e edificações para se efetuar a cobrança do Imposto Territorial, implementado durante a administração do prefeito Gentil Ferreira. Em 23 de dezembro 1931 foi aprovado o decreto nº 183, que a partir de primeiro de março de 1932 autorizava o poder municipal a convocar os contribuintes do referido imposto a apresentar por escrito:

(...) a). Situação do imóvel; b). Area total em metros quadrados, ao menos aproximada; c). Valor venal das terras; d). O valor da benfeitorias e construções; e). Limites conhecidos, ou nome dos confrontantes; f). Especie de titulo de aquisição, com a data repetiva, cartorio em que transitou e numero no registro geral de imoveis; g). Area cultivada; h). Numero e especie de animais existentes. (BARBOSA, 09/01/1932, p.03)

No ano de 1934 a busca pelo embelezamento do aspecto externo da cidade, principalmente o da fisionomia de suas habitações, ganha ainda mais vulto (A PROPÓSITO..., 04/03/1934, p.07). Por meio de artigos dos jornais, a elite política,

econômica e intelectual fazia apelos para se evitar a edificação das chamadas “aberrações estéticas e do gosto que muito depõem contra os foros da cidade civilizada que Natal possui” (A PROPÓSITO..., 04/03/1934, p.07). Requeria-se uma maior rigidez na fiscalização dos projetos pela prefeitura e uma maior atenção para com as fachadas das residências, muitas vezes esquecidas pelos construtores:

As casas (...) indicam nitidamente a indole, o caracter e os espirito dos que as habitam. / As fachadas das casas de Natal não sofrem, ao que parece, uma censura prévia e necessária do poder competente que é, no caso, a Prefeitura. (...) Estas casas deveriam ter as suas plantas minuciosamente fiscalizadas pelo tecnico da Prefeitura (...). Mas nem sempre a Prefeitura pode deter ou proibir a eclosão de máo gosto das fachadas que passam pela vista dos funcionários encarregados. Muitos construtores, na pressa de fazer plantas baratas, não se preocupam com a fachada, quando esta parte do edifício é de suma importância para uma impressão geral ou de conjunto. São muito poucas, por isso, as residencias natalenses que têm uma frente de aspecto elegante, sem ferir os preceitos da arte e sem as extravagancias de pintura com que os empreiteiros costumam encobrir serviços e obras mal acabados (...). (A PROPÓSITO..., 04/03/1934, p.07)

Como resultado das obras inseridas nesse “projeto elitista” – abertura de vias, construção de jardins e praças, adequação de residências, etc. – estavam as práticas de deslocamento da população, percebidas desde o início do século XX. Foram desapropriadas: seis casas para o alargamento da Av. Nísia Floresta, correspondendo a um gasto total de 80:000\$000 (A INAUGURAÇÃO..., 04/08/1934, p.01); diversos prédios e terrenos para o prolongamento da Av. Deodoro “(...) de acordo com o plano de systematização da cidade (...)” (PREFEITURA..., 12/06/1935, p.08); diversas edificações e terrenos situados no bairro da Ribeira para a edificação de um hotel, que dispensou crédito especial de 600:000\$000 da verba estadual (DECRETO..., 20/06/1935, s/p) (Figura 12); 8.339m² de terreno, na Av. Hermes da Fonseca – Tirol – para a construção de um parque (EXPEDIENTE..., 28/07/1936, p.03); muitos metros quadrados de terrenos para a construção da Avenida CG-1 do Saneamento (FERNANDES, 04/08/1936, p.03) (Figura 13); de 35 pequenas casas das ruas America, Araguaya e Manoel Victorino para ampliação do cemitério público do Alecrim em 10.000m² (MACEDO, 05/09/1936, p.07); diversos ranchos na rua do Motor e em Petrópolis para a construção de poços tubulares (FERNANDES, 07/11/1937, p.05); dentre outras.



Figura 12: Desapropriação de casas para a construção de um hotel na Ribeira, 1935.
Fonte: Diário de Natal.



Figura 13: Abertura da Avenida CG-1 do Saneamento, 1936.
Fonte: Acervo CAERN.

O “surto de progresso da capital” (BILRO, 1935, p.06) chega em 1935 e o prefeito da cidade Miguel Bilro diante deste quadro resolveu ampliar a Lei nº 4, de 02 de setembro de 1929 – Código de Obras – que dispõe sobre construções, reconstruções, acréscimos e modificações de prédios em Natal:

Art.1º - Terão, no mínimo, dois pavimentos os predios que se construirem na Aveida Rio Branco, rua Sul, na parte compreendida entre essa Avenida e a Praça Augusto Severo, Praças André de Albuquerque, Sete (7) de Setembro e rua Ulysses Caldas, no trecho compreendido entre a Avenida Rio Branco e a Praça Sete de Setembro, além dos logradouros já mencionados no § 3º do Art. 61, da Lei n. 4, de 2 de Setembro de 1929, vigente. § Único - Nos logradouros em que são exigidos dois pavimentos, as obras peritidas aos actuaes predios consistem, apenas em limpeza, reparos na coberta, mudanças de esquadrias sem alterar a largura dos vãos, construcções de gabinetes sanitarios e serviços inadiaveis á estabilidade do predio, o criterio da Directoria de Obras, desde que estes não importem em modificação interna ou mudança do aspecto externo.

Art.2º - Os lotes dos terrenos a serem desmembrados nas Zonas Central, Urbana e Suburbana, terão no mínimo, SETE, OITO e DEZ metros de testada, respectivamente, e a profundidade minima de trinta metros ou sejam, 210 metros quadrados para a Central, 240 para a Urbana e 300 metros para a Suburbana. (...) Art. 2º - Quando dos terrenos das cidades ruas não for possível dar a profundidade de 30 metros, poderá ser completada a area estabelecida aumentando-se a testada. Art.3º - Os predios destinados a residencia, nas Zonas Central e Urbana, terão o recuo minimo de tres metros em relação aos logradouros e na Zona Suburbana cinco metros na mesma proporção. § 1º - Quando os terrenos tiverem menos de vinte e dois metros de profundidade, nas Zonas Central e Urbana, os predios poderão ser construidos no alinhamento dos logradouros publicos. § 2º - Para os predios existentes construidos nos alinhamentos das ruas mesmo no caso de reconstrução total, não é exigido o recuo de que trata o presente artigo. Art.4º - A espessura minima das paredes externas dos edificios de um pavimento será de 0,25 (vinte e cinco centímetros) ou uma vez tijolo, nas Zonas Central e Urbana.

Art. 5º - Nas construções encravadas na zona Central e Urbana, o solo do primeiro pavimento será impermeabilizado por uma camada de concreto, contendo um parte de cimento, quatro de areia, oito de pedra britada, com espessura de 0,08 (oito centímetros). Art. 6º - Os proprietários que construírem ou reconstruírem prédios nas Zonas Central, Urbana e Suburbana, serão obrigados a construir logo os passeios dos respectivos prédios, de acordo com a bitola adaptada pela Prefeitura. § Único - As construções já existentes cujas ruas já estejam adaptadas de meios fios, porém, não tenham construídos os respectivos passeios e muros, de acordo com a presente lei, terão os seus proprietários ou responsáveis o prazo de CENTO E VINTE DIAS, a contar da data da intimação da Directoria de Obras da Prefeitura, para fazê-los, sob pena de multa de 100\$ (cem mil reis) pela infracção deste artigo. / Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário. / Prefeitura Municipal de Natal, em 28 de Agosto de 1935. (ACTO N.8..., 29/08/1935, p.06)

Essa medida disciplinar de controle da expansão e da concepção de moradias por que Natal vinha passando foi louvada pela elite e aclamada por diversos artigos:

O municipio da Capital, mediante resolução do respectivo Prefeito, fixou quaes os logradouros onde não permitirá senão a construção de prédios de mais de um pavimento. A providencia é acertada e oportuna. Natal é uma cidade cujo desenvolvimento nos ultimos tempos é manifesto, e se faz com certa impetuosidade, espraçando-se por terras até bem pouco devolutas e consideradas sem prestimo mas que imprevisadamente entraram a se valorizar por uma maneira espantosa. Á municipalidade cabia disciplinar essa expansão, tendo em vista as normas geralmente admittidas em todos os centros para regerem a materia. (...) Assim, a Capital vae assimilando preceitos de urbanistica que fazem parte da legislação das cidades mais adiantados de todas as partes do mundo, ao mesmo tempo que se colloca á altura dos destinos com que a laboriosidade do seu povo lhe acena, e torna-se uma feliz expressão do espirito progressista brasileiro nesta parte do Paiz justamente apellidada de ' Caes da Europa'. (A REPÚBLICA, 27/09/35, p.01)

Ainda neste ano foi recriada a Comissão de Saneamento de Natal – CSN – e contratado o Escritório Saturnino de Brito, pelos decretos nº 823, de 26 de abril, e nº 844, de 20 de maio, que culminaram na elaboração do Plano Geral de Obras, em 1939.

Em fins de 1935 deu-se início ao projeto de incentivo à aquisição da casa própria pelos governos estadual e municipal, como outra medida para solucionar o problema de moradia verificado. De início, a maior parte dos contratos eram realizados entre a população e a iniciativa privada, atividade esta intensificada com a chegada da Empresa Promotora da Casa Própria, em 08/11/1935, que imediatamente iniciou o seu plano de construções. (A PROMOTORA..., 08/11/35, p.02)

Neste momento, a empresa Palatinik & Irmãos não mais se dedicava à construção de casas espaçadas, passando a focar suas empreitadas em grupos de casas, demonstrando que o setor imobiliário sistematizava e centralizava a sua produção em moldes capitalistas. Em dezembro deste ano, a imprensa escrita apontou a construção de uma vila



Figura 14: Terreno onde foi construída uma vila pela Construtora Palatinik & Irmãos, em 1935.

Fonte: MIRANDA, 1981.

com 17 casas, na Rua Ulysses Caldas (PREFEITURA..., 03/12/1935, p.04) (Figura 14). Outros tantos solicitavam autorização para lotear ou edificar vilas na cidade, como foi o caso de Bernado Justino que requereu licença para edificar um grupo de casas na rua Manoel Victorino (PREFEITURA..., 14/12/1935, p.05) e o da denominada pel'A República "viúva Machado" que pediu permissão para lotear terreno de sua propriedade na rua Seridó (PREFEITURA..., 05/11/1935, p.04). As petições eram inúmeras, sendo publicadas diariamente no jornal oficial do Estado. As ofertas, principalmente de venda de casas e terrenos, não mais somavam algumas dezenas, ocupavam agora uma sessão especial nos jornais. Processo este, mais tarde intitulado por Angilo de Araújo, como a "febre de construções" de Natal. (A República, 03/12/1935, p.04)

Essa conjuntura de crescimento e expansão (Figuras 15) foi bem retratada em artigo publicado em dezembro de 1935, n'A República:

(...) a cidade está se desenvolvendo de modo intensivo. A população aumenta com relativa rapidez. As casas de residencia se constroem num crescendo animador. Os bairros se enriquecem com os predios que o povo chama de modernistas. Sobretudo o bairro do Tyrol, (...). Muito bem, bonito e necessario esse movimento constructor. As exigencias da Prefeitura abrangem varios sentidos, com o fim de evitar aleijões pela cidade afóra. Dois pavimentos aqui, três metros de récuo alli e mais formalidades. Casos singelos só podem ser levantados em taes ruas ou praças. Plantas rigorosamente vistas, revistas e fiscalisadas. Pé direito tanto. Aposentos ventilados. Areas internas descobertas. Imperativos de cidade que se civilisa... (SOCIAES..., 18/12/1935, p.08)



Figura 15: Vista aérea da cidade de Natal, 1936.
Fonte: Escritório Saturnino de Brito, 1939.

O problema de teto, a partir do ano de 1936, estava atrelado ao “máio gosto das fachadas das residências”, que não se inseriam no ato nº 19, de 14 de novembro de 1935, assinado por Gentil Ferreira, o qual especificava para cada bairro da cidade, os padrões construtivos e estéticos das habitações, “(...) dentro de uma certa uniformidade, própria a cada bairro, não se consentindo que os proprietários edifiquem ao gosto variável dos constructores, alguns dos quaes se cingem exclusivamente ao critério do maior lucro” (COMO..., 15/03/1936, p.01). O artigo refere-se, principalmente, às residências edificadas nos bairros das Rocas e Lagoa Seca⁴⁰, apontadas como os “mucambos de Natal”. (COMO..., 15/03/1936, p.01)

Em meados deste ano, começam a aparecer as primeiras ofertas de venda de terrenos e construções em Ponta Negra (Figura 16), indicando o início da ação imobiliária naquela área da cidade. A prefeitura, como em momentos anteriores, concedeu a infra-estrutura necessária para a sua ocupação, dotando-a de energia elétrica. (GOZAR..., 10/07/1936, p.02)

De acordo com a Mensagem de Governo enviada em 01/09/1936 à Assembléia Legislativa, durante a administração estadual do governador Raphael Fernandes, foram expedidos 112 alvarás para novas construções e 59 para reconstruções quase que totais (MENSAGEM..., 05/09/1936, p.02). Falava-se nesse período, como já

⁴⁰ Ainda considerados a margem do perímetro urbano da cidade.

mencionado, sobre uma “febre de construções” em Natal. Expressão constantemente utilizada nos artigos de jornais que tratavam do crescimento e da expansão da cidade:

O progresso de Natal, nesses ultimos tempos, vem se accentuando animadoramente. Em todos os bairros, novas energias se cristalizam, há uma febre de construções, dando-nos a feliz impressão de que mais tarde, pelo esforço do governo e pela bôa vontade do povo, seremos um dos mais importantes centros sociaes do Paiz. (...). (CHRONICA..., 06/04/1937, p.02)



Figura 16: Vista de Ponta Negra, em fins de 1930 – o início da ação imobiliária.
Fonte: CD Natal 400 anos.

Inserida no contexto de favorecer à cidade serviços e equipamentos de qualidade, foi instituída, em 1937, pelo Decreto n.338, de 26 de novembro, no lugar da Comissão de Saneamento de Natal – CSN – a Repartição de Saneamento de Natal – RSN – que, além de se responsabilizar pelo planejamento, projeto e execução dos serviços de saneamento de Natal, representou elemento normatizador das edificações e regulador da expansão de espaço urbano da cidade, a partir das redes de água e esgoto existente e/ou traçadas. (DANTAS A., 2003a):

(...) um aspecto interessantíssimo do saneamento de Natal (...) é a orientação urbanística que os novos serviços darão á nossa Capital. Não há dúvida de que o saneamento abriu também, para Natal, a perspectiva de renovação e engrandecimento (...). (NATAL..., 1938, p.12)

Art. 58 – A repartição, (...), fará levantar as plantas dos prédios existentes, para sobre elas projetar o serviço sanitário, ficando o proprietário obrigado a executar as suas custas as modificações indicadas (...) para a situação dos gabinetes respectivos em planta e altitude. (...). Art. 88 – Os projetos organizados pela Prefeitura para novas ruas e arrabaldes terão a colaboração da Repartição, sendo observadas, de um modo geral, as prescrições da arte de traças as cidades, no ponto de vista sanitário, e, de um modo particular, os que devem ser atendidos para harmonia entre o

plano dos esgotos executados e aprovados e o seu desenvolvimento projetado. (RIO GRANDE DO NORTE, 1939, p.51-59)

Devido às obras de instalação das redes sanitárias foi decretado que:

Art. 1º - Até que seja elaborado definitivamente o Regulamento da Repartição de Saneamento de Natal, nenhuma planta para construção ou reconstrução de prédios na zona atingida pela rede de esgotos nesta Capital, será aprovada pela Prefeitura Municipal sem que o proprietário haja requerido á Comissão de Saneamento a instalação sanitaria respectiva. (...) Art. 3º - O Departamento de Saúde Pública não poderá conceder o "habite-se" para os prédios aludidos no presente decreto sem que a Comissão de Saneamento declare ter o seu proprietário attendido as exigencias referentes aos esgotos sanitarios. Art. 4º - As instalações domiciliares de esgotos só poderão ser executadas pela Comissão de Saneamento ou por technicos por ella julgados habilitados, mediante certificado. (FERNANDES, 12/12/1937, p.05)

Para as novas construções e reformas de habitações o decreto nº 377, de 22 de dezembro de 1937, estipulou que:

(...) Art. 312 - Quanto às novas construções, nessas serão exigidas com o possível rigor as disposições regulamentares para o que é obrigatória a apresentação ao Departamento de Saude Publica do projecto de toda e qualquer construção antes do inicio das obras afim de receber a aprovação da Directoria. Art. 313 - Uma cópia da planta do predio ficará em poder da repartição sanitaria, devidamente archivada. (...) Art. 315 - Toda a superfície do solo ocupada pela construção deverá ser impermeabilizada com uma camada de concreto de 10 centímetros da espessura para pavimentos de madeira e de 5 centímetros para ladrilho. Art. 316 - O piso de qualquer construção deverá estar em um nível mínimo de 10 centímetros acima do terreno circunvizinho. Art. 317 - Os pés direitos das construções deverão ter as seguintes dimensões, expressas em metros, de accordo com a zona da cidade onde estiverem localizadas, a saber: zona urbana, parte central 4,00 , 3,80 e 3,50, respectivamente para o 1, 2 e demais andares; parte periferica, (...) 3,00 para habitações; (..) Art. 318 - Todos os compartimentos deverão ter comunicação franca com o exterior, por portas ou janellas, de modo a receberem ar e luz directamente, não sendo permitidas as alcovas. Art. 319 - O piso e as paredes da casinha, copa, banheiro e gabinete sanitário deverão ser impermeabilizados, revestidos de azulejos claros ou cimento, attingindo nas paredes a 1m50 acima do piso. Art. 320 - O gabinete sanitário terá abertura franca para o exterior, evitando-se tanto quanto possível a sua comunicação directa com qualquer compartimento do predio. Art. 321 - A pia da cosinha será de ferro esmaltado com mesa de superfície empermeabilizada. Art. 322 - Não serão permittidos fogões a lenha e a carvão sem chaminé ou com funcionamento defeituoso desta. (...) Art. 324 - Todo e qualquer plano de reconstrução, obras de remodelação ou melhoramentos de certo vulto em prédios já existentes será submettido á aprovação do Departamento de Saúde Pública, tal como se tratasse de nova construção, sendo as infracções deste artigo

punidas com multa e suspensão das obras. (REGULAMENTO..., 08/03/1938, p.05)

Apesar da criação da RSN, a situação do abastecimento de água da cidade era crítica. Fato que, associado à intensificação comercial e ao aumento pela procura por “pontos”, chegou a comprometer a concepção de edificações; elevando os preços das locações, principalmente, as de caráter comercial. Eram publicadas diariamente nos periódicos, notícias sobre a falta desse líquido durante grande parte do dia e as conseqüências que isso acarretou:

(...) [o abastecimento d’água está] a cada dia mais precária, reduzindo a um limite mínimo as construções na cidade, impedindo o surto da indústria, e atrasando de maneira desoladora o progresso da capital, com o encarecimento do custo de vida pelo preço exorbitante dos aluguéis de casas”. (ESCRITÓRIO..., 1939, p.09)

Com a intensificação da seca em fins da década de 1930, Natal se tornara um “(...) ambiente desagradável (...) creado pelo número absurdo de mendigos, de todos os tipos e de todas as idades (...)”, vindos não somente do interior mas também de estados vizinhos, que invadiram todos “(...) os centros de atividade quotidiana, (...) e ultimamente aproveitam os pontos (...) para a sua imploração costumeira” (NOTA..., 31/01/39, p.02). Diante desta situação foi criada pela prefeitura, no dia primeiro de fevereiro de 1939, um novo abrigo para mendigos situado no bairro do Alecrim; ficando proibida mais uma vez a mendicância na cidade:

A Prefeitura de Natal em cooperação com as irmãs do Dispensario Sinfronio Barreto criam um abrigo para o recolhimento de mendigos que permanecem na cidade. O abrigo se instalará no prédio do Centro de Saúde do Alecrim, cedido provisoriamente pelo Estado 'a Prefeitura. Inauguração será no dia 1º de fevereiro, não se permitirá mendigos pelas ruas. Os necessitados receberão sustento, uns por intermedio do Dispensario e outros pelo abrigo organizado pela Prefeitura. (MEDIDA..., 20/01/39, p.01)

O objetivo desta ação era, de acordo com os periódicos da época, “(...) sanear as ruas de Natal, retirando os mendigos e internando-os (...), com toda assistência possível” (MEDIDA..., 20/01/1939, p.01). Em abril de 1939 foi decretada a desapropriação de um terreno nas Quintas para a construção de mais um “abrigo para pobres” (FERREIRA..., 13/04/1939, p.08) a ser instalado no mesmo terreno do novo forno de incineração de lixo da cidade; revelando o caráter discriminatório e desumano

desta ação, que por ser insalubre, torna-se contrário às posturas de higiene empregadas até então.

Em outubro desse ano foi construído o primeiro grupo de casas, no Tirol, destinadas aos oficiais e aos sargentos do exército, eqüivalendo a primeira vila militar edificada na capital norte-riograndense.

- **O Plano Geral de Obras (1935-1939)**

O Plano esquematizava uma intervenção global e integrada na cidade (Figura 17). Foi antecedido por um relatório formulado, em 1935, pelo Escritório Saturnino de Brito, frente a Repartição de Saneamento de Natal – RSN. Esse importante documento eqüivalia a um amplo diagnóstico da capital, além da sistematização de informações estudos e análises que embasou a elaboração do referido projeto. (DANTAS, A., 2003a)

Esse relatório trazia as características de cada bairro da capital, especificando as intervenções que neles haviam de se fazer, como, por exemplo, uma melhor orientação das edificações situadas no bairro do Alecrim.

A proposta de Saturnino de Brito para Natal não se restringia apenas ao aspecto sanitário, ampliava-se a organização, reforma, expansão e embelezamento do seu espaço urbano, em função da racionalidade das redes de água⁴¹ e esgotos⁴².



Figura 17: Plano Geral de Obras, 1936.
Fonte: Escritório Saturnino de Brito, 1939.

⁴¹ O projeto previu um volume de capacitação de água capaz de atender uma população de mais de 200.000 habitantes, especificando os mananciais a serem explorados: as dunas, a lagoa Manoel Felipe, a Lagoa Nova, Petrópolis, Baldo, e, posteriormente, o aproveitamento das águas superficiais da lagoa do Jiqui e Extremoz. (DANTAS, 2003a)

Dantas, A. (2003a) ressalta que o Plano Geral de Obras retomou e incorporou as propostas de intervenções expostas anteriormente – a Cidade Nova (1901-1904), o Plano Geral de Obras de Saneamento (1924) e o Plano Geral de Sistematização (1929-1930). Conservou, neste sentido, o traçado reticulado da Cidade Nova – Petrópolis e Tirol, mas propôs a criação de um bairro operário.

O Plano se diferenciou dos demais, no campo da habitação por sugerir para o terreno situado nas proximidades do Forte dos Três Reis Magos, entre as Rocas e a costa⁴³ – onde o Plano Geral de Obras de Saneamento intentava a implantação de um bairro operário e o Plano de



Sistematização um bairro-jardim – um bairro residencial e um aeroporto

Figura 18: Proposta de bairro residencial. Plano Geral de Obras.

Fonte: FERREIRA et al., 2003a.

terrestre e marítimo; e para a região nas imediações do rio Potengi e da comunidade Passo da Pátria, uma avenida litorânea e a avenida do saneamento.

A proposta do bairro residencial (Figura 18) objetivava a ocupação da área de dunas, possibilitando sua fixação e impedindo sua movimentação em direção ao rio Potengi. Representava um elo entre o “novo aeroporto” e o resto da cidade. Equivalia à ocupação de um terreno de 45.000m², com ruas largas (cerca de 9.00m), privilegiando a circulação de pedestres através de ruas *cul-de-sac* – “fundo de saco”. Percebe-se

⁴² Constava de um “(...) anteprojeto de melhoramentos urbanos, compreendendo edifícios para o Governo, aeroporto, bairro residencial, estação conjunta para as estradas de ferro, avenidas na encosta do Tabuleiro; (...) projeto de abastecimento de água à cidade, para o presente e o futuro, incluindo as capacitações, reservatórios e distribuição; (...) projetos de esgotos sanitários, compreendendo a rede coletora, tratamento e descarga”. (ESCRITÓRIO..., 1939, p.13)

⁴³ Espaço de terra denominado de “zona de cômoros”. Atualmente este terreno é de propriedade do exército.

pela planta a influência do conceito de unidade de vizinhança utilizada pelos arquitetos Clarence Stein e Henry Wright para *Radburn* (MIRANDA, 1999) e do ideário de cidade-jardim, uma vez que nos terrenos extremos seriam instalados os pequenos comércios e no centro, além de parques e jardins, escolas e quadras de esporte.

Tal bairro poderia “(...) oferecer magnífica zona de residências ou então se destinar a substituir o bairro das Rocas, mudando pra aí a população dos casebres que a compõem” (ESCRITÓRIO..., 1939, p.18); revelando-se uma ação imbuída por um discurso segregador, que por não ter sido transformada em lei não foi completamente executada.

A primeira grande crise habitacional: A Segunda Guerra Mundial e o “falso progresso” de Natal

Com a instalação da Base Norte Americana, a chegada das tropas na capital, no ano de 1942, e a entrada de uma grande leva de imigrantes à cidade – atraídos pelo “progresso econômico” evidenciado pelas novas ofertas de emprego e pelo aumento do dinheiro circulante – Natal foi uma das cidades brasileiras que mais cresceu em número de habitantes no século XX⁴⁴. (DANTAS, A., 2003a)

Os problemas urbanos, até esse momento, restringiam-se a questões de higiene, modernização e embelezamento da cidade e da habitação, provavelmente devido ao equilibrado crescimento da capital nos últimos anos e em decorrência da elaboração de planos urbanísticos que guiaram sua expansão. Porém, com a eclosão da II Guerra e o rápido aumento populacional resultante, os problemas deixaram de ser pontuais alastrando-se por todo o território urbano; exacerbando a necessidade de uma ação sistematizada por parte do poder público. (DANTAS, A., 2003a)

Esses fatores culminaram mais uma vez nessa “virada de década”, numa crise marcada pelo agravamento das condições de higiene, transporte e habitabilidade, sobretudo, no que concerne o acesso à terra e à habitação pela população de baixa renda.

Como uma das soluções implementadas pelo governo ao problema do intenso fluxo migratório está a criação de novas frentes de trabalho no interior do estado. Isso

⁴⁴ No início da década de 1940, Natal possuía cerca de 54.000 habitantes (QUANTOS..., 1942, p.12) aumentando esse número para 103.215 habitantes, de acordo com o censo, nos anos de 1950.

manteve parte dos imigrantes longe do centro da capital e do “espaço das elites”. No entanto, o maior problema não se configurava na entrada de “sertanejos” na cidade, mas sim, na falta de alojamentos para eles e a indisponibilidade de moradias para as tropas americanas. Essa situação apontava para a necessidade de construções neste campo.

A emergência da construção civil veio juntamente com a consolidação das atividades urbanas geradas pela Guerra – novos hábitos de consumo, atividades de lazer, diversificação do comércio, dentre outros – que evidenciaram o potencial lucrativo do setor imobiliário, para onde foi direcionado o capital proveniente do comércio. (FERREIRA, 1996)

A grande procura por hospedagens, pensões, hotéis e casas para se alugar, impulsionou a construção de habitações, ao mesmo tempo em que inflacionou os preços das locações, negligenciando a Lei do Inquilinato instituída em 1942, que congelava esses valores. Eram quotidianamente publicadas nos jornais locais em circulação, ordens de despejo e notas sobre os exorbitantes aumentos dos preços de aluguéis, mencionada por Ferreira (1996), como a outra face da “febre de construções” por que Natal passou na década de 1940:

(...) Natal cidade provinciana esquecida, passou a ser o ponto preferido de milhares de pessoas, encarregadas dos mais diversos misteres relativos ao conflito. Militares e civis aqui se instalaram, embora por pouco tempo, porém, o que é certo, ocupando hotéis, pensões, e alugando casas por preços nunca vistos. Estava transformando a vida da cidade. (...) Alugar casa tornou-se um negócio da china, para o dono de casa... Desde a mais modesta residência até bangalôs suntuosos foram desalojados pelos seus proprietários e ocupados por inquilinos pródigos, que não regateavam alugueis. (...) Intencificou-se, então, a chamada "febre de construções". Em cada bairro da cidade dezenas de edificações se levantaram e continuaram se levantando, ocupando centenas de pedreiros e outros "oficiais" conexos. Nas Rócas, na Ribeira, na Cidade Alta, em Tirol, em Petropolis, no Alecrim podem ser vistas hoje modernas e elegantes edificações. Terrenos que outróra eram somente depósito de lixo, atualmente servem de bases a luxuosos palacêtes. (...). (A GUERRA..., 30/01/1945, p.08)

A referida “febre de construções”⁴⁵ compilava um quadro diferente do verificado em âmbito nacional, marcado pela crise na construção civil em decorrência da Lei do

⁴⁵ Em 1941 foram construídas 325 casas, em 1942, esse número caiu um pouco devido a lei do Inquilinato, mas nada que comprometesse em muito o setor da construção civil. Em 1943 foram 757 residências edificadas e, em 1944, 881. (CIFRAS..., Diário de Natal, 30/01/1945, n.937, p.08.

Inquilinato e da elevação dos preços dos materiais de construção, devido a Segunda Guerra. Em Natal, a ascensão de valores dos produtos para edificação foi absorvida pelo custo dos aluguéis, contribuindo também para a sua elevação. Como se percebe nos periódicos em circulação na época:

(...) O interesse é que o custo material se elevou espantosamente, pois um milheiro de tijolos, de 60 cruzeiros passou a 130, um saco de cimento, de 15 cruzeiros, está sendo vendido a 40, e assim por diante. (...) Nada, porém, interrompe o ritmo das edificações. Si o material é caro, o prédio vale muito, o aluguel é compensador, e tudo vai de acôrdo com a época. (EDIFICIOS..., 30/01/1945, p.08)

Com a concepção de inúmeras edificações o cenário da cidade foi mudando rapidamente, sendo introduzidas em sua paisagem não somente edifícios luxuosos, vilas operárias e militares modernas, mas também, edificações de baixos padrões construtivos e estéticos (Figuras 19 e 20), resultantes de investimentos da iniciativa privada com ânsia de lucro e/ou pela população sem condições de angariar uma residência própria, o que “empobrecia” o espaço urbano:

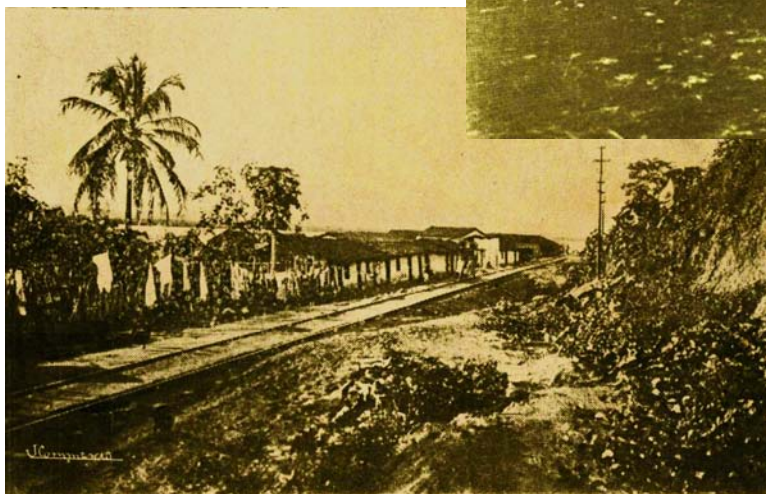
[...] Casas pegadas em grupos numerosos, lá estão apertando no aproveitamento vital de um terreno pequeno. Repartições de outros núcleos de casas que a cidade está, infelizmente, cheia. Necessitamos, realmente, de vilas, de casas baratas para muita gente pobre que não tem onde morar. Mas aquele trecho não podia [...] ser destinado a esses arranjos de construção. Petrópolis [...] está sendo levado na onda dos vícios do oportunismo econômico, num flagrante erro de apropriação. [...] É necessário notar que o espírito que promove as construções das casas ‘baratas’, só tem realmente a finalidade da ambição em detrimento da estética da cidade [...] (DANILO, 1942, p.08).

Neste sentido, não havia nenhuma legislação ou órgão responsável por orientar, fiscalizar e controlar a produção privada do solo (DANTAS, A., 2003a), caracterizada, principalmente, pela concepção de habitações. Luiz da Câmara Cascudo, alude bem essa realidade em artigo redigido por ele e publicado n’A República:

A paisagem por ela própria, independente dos elementos da tradição, está merecendo os cuidados e as defesas administrativas contra a maré da avidez humana. Se não existir uma barreira real, intransponível e segura, não haverá trecho de paisagem [...] que resista ao desejo material de transformá-la em lotes-de-casas. [...] (CASCUDO, 1946, p.03)

Figuras 19 e 20: Casas de baixo padrão construtivo e estético que surgiam na cidade em meados dos anos de 1940 – Rocas (ao lado) e Passo da Pátria (abaixo).

Fonte: Diário de Natal.



Este momento coincide com uma grande expansão física da cidade, acompanhada, segundo Ferreira (1996) pelo surgimento do mercado de terras e do parcelamento privado do solo. Foi a partir de 1946 que começaram a ser registrados nos cartórios da capital, os primeiros loteamentos privados. Atividade esta que se intensificou nas duas décadas seguintes.

Cabe ressaltar que o crescimento desse mercado trouxe lucro não somente à iniciativa privada, mas também ao município, uma vez que grande parte das terras de Natal pertenciam a ele; desconsiderando a tentativa do governo federal de por fim à comercialização de terras foreiras das prefeituras, por meio do decreto nº 9330 de 1946, que estabelecia a cobrança de imposto sobre a venda e aforamento daqueles terrenos, comprometendo o interesse financeiro do empresariado local e dos políticos.

Nesse momento, as questões referentes à habitação popular no Rio Grande do Norte, deixaram de ser da alçada da Repartição do Saneamento de Natal – RSN – e passaram a ser de competência da Fundação da Casa Popular⁴⁶ e das Caixas dos Institutos de Aposentadorias e Pensões, que a partir de 23 de abril de 1942 foram

⁴⁶ Os dados levantados nos periódicos da época não especificam se a instituição, naquele momento, era de natureza federal ou estadual.

autorizados pelo governo federal a concederem financiamento para construção e/ou aquisição de residência aos seus operários. (PARA A CONSTRUÇÃO..., 25/07/1942, p.01)

A “mendicância” presente nos discursos da elite e combatida veementemente por ela, desde meados do século XIX, encontrava-se, nesse momento, exacerbada pelo “progresso”:

O problema da mendicância em Natal, sempre foi uma constante preocupação do poder público. Várias tentativas foram feitas para resolvê-lo em definitivo, mas dificuldades diversas vêm burlando essas nobres intenções (...). Nos últimos meses, em particular, a situação apresenta aspectos mais agravantes (...), que trouxeram a Natal um grande número de desajustados sertanejos (...) pelas conhecidas razões do nosso desenvolvimento que atraíram outros tantos dos vizinhos estados. (O PROBLEMA..., 1943a, p.03)

A presença desse “indesejáveis” (FERREIRA et al., 2003) também tiveram como efeito o comprometimento da situação de higiene de muitas localidades da cidade, que se encontravam “(...) tristes e [com] sujas taperas (...)” (SANEAMENTO..., 1944, p.04), dentre elas: Rocas, Alecrim, Morro Branco, Carrasco, Canto do Mangue e Guarita. (Figura 21)

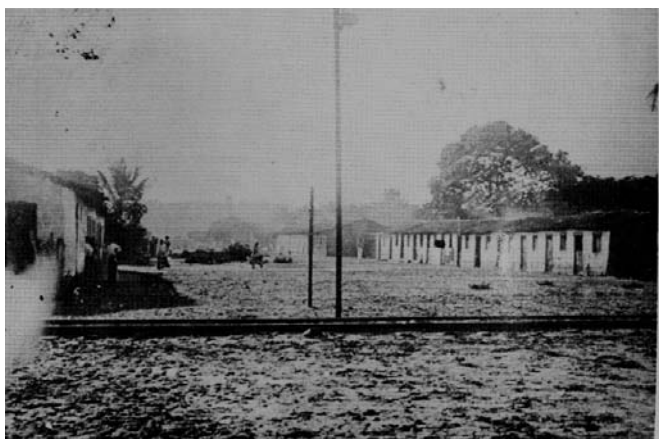


Figura 21: Carrasco na década de 1940.
Fonte: MIRANDA, 1981.

Neste sentido, o Serviço Estadual de Reeducação e Assistência Social, juntamente com a prefeitura de Natal, por intermédio da Campanha de Assistência aos Flagelados que recolheu CR\$30.000,00 em donativos, uniram forças para solucionar o referido problema. Foi então proposta a construção de um “Abrigo Definitivo”

para residência dessa população, em ampla área situada no “subúrbio de Lagôa Sêca” (O PROBLEMA..., 04/04/1943, p.03). No entanto, não se tem dados suficientes para confirmar a sua construção.

Com o fim da Guerra e saída de parte dos militares da cidade, Natal sucumbiu a uma crise social e econômica⁴⁷, representada principalmente pelo aumento do número de desempregos; fator que agravou os ditos “problemas urbanos”.

As respostas à crise...

Em tempo de Guerra e vilas:

1. Os Institutos de Aposentadorias e Pensões – IAPs – e da Fundação da Casa Popular – FCP.

Os Institutos de Aposentadoria e Pensões e a Fundação da Casa Popular exerceram importante papel no que diz respeito à concepção de moradias, principalmente, à população mais carente em todo o país. Criados nas décadas de 1930 e 1940 respectivamente, representam, segundo Bonduki (2002), o início da atuação do Estado na produção direta de conjuntos habitacionais e financiamento de moradias para trabalhadores durante o período populista; equivalendo aos primeiros órgãos federais a atuarem no setor da habitação social.

Criados para cada carteira profissional, durante as duas gestões do presidente Getúlio Vargas (1930-1945), com o intuito de organizar o setor previdenciário do Brasil, os IAPs foram precedidos pelas Caixas de Aposentadorias e Pensões – CAPs⁴⁸ – e propiciaram mais tarde⁴⁹, vultuosos recursos para o financiamento de residências populares.

Apesar de cada IAP possuir dispositivos legais específicos, que resultavam em diferentes níveis de qualidade, benefícios e serviços prestados por cada instituição, eles seguiam um padrão no que condiz com as operações imobiliárias, baseando-se em três planos: *Plano A* – Equivalia a locação ou venda de unidades habitacionais adquiridas ou construídas pelos institutos; *Plano B* – Categoria referente ao financiamento para aquisição ou construção de moradia em terreno próprio; *Plano C* – Referia-se aos empréstimos hipotecários concedidos à pessoa física ou jurídica. Neste contexto, os planos A e B possuíam um objetivo mais social e o plano C verbalizava a intenção dos Institutos em assegurar a máxima rentabilidade para as reservas acumuladas. Apesar

⁴⁷ Devido a perda do dinamismo das atividades comerciais, resultante da saída de circulação do capital daqueles militares.

⁴⁸ Criadas pela Lei Elói Chaves em 1923, diante das reivindicações dos ferroviários para a regulamentação do sistema da previdência social se espalhou para outras categorias nos anos seguintes. (BONDUKI, 2002)

⁴⁹ Em 1937 graças ao decreto 1.749. (FARAH, 1988)

de se destinar à produção de moradias populares, os IAPs, por vezes atendiam os associados de classe média e alta. (BONDUKI, 2002)

Em Natal, esses órgãos exerceram importante papel na solução da escassez de moradias no período que compreende os anos de 1945 a 1955. Tais Institutos desprendiam vultosas verbas para aquisição, por parte de seus associados, de casas e/ou terrenos; como destaca o artigo publicado em fins da década de 1940, no jornal A República:

(...) o I.A.P.T.E.C. concedeu uma verba de dois milhões de cruzeiros destinada à aquisição de casas já construídas ou de terrenos para a construção para os associados, tendo aquela entidade, por seu alvitre, concedido nova verba para pequenos empréstimos aos segurados (...). (NOVAS..., 1948, p.01)

Dentre os IAP's e CAP's atuantes na cidade, os que mais se destacaram pelo volume de projetos⁵⁰ foram: a CAPSPE (Caixa de Aposentadoria dos Servidores Públicos Estaduais), nos anos de 1940; o IAPI (Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Industriários), nas décadas de 1940 e 1950; o IAPC (Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes), no mesmo período; e o IPASE (Instituto de Pensão e Aposentadoria dos Servidores Públicos Estaduais), mais voltado para construção de habitações destinadas à classe média e alta localizadas, em sua maioria, em Petrópolis e Tirol, nos anos de 1950. (Figura 22)

O IAPI concebeu grande número de residências populares na cidade, "(...) cuja maior parte era de taipa, com fachadas sem expressão



Figura 22: Residência concebida pelo IPASE, no Tirol.
Fonte: Arquivo INSS-RN

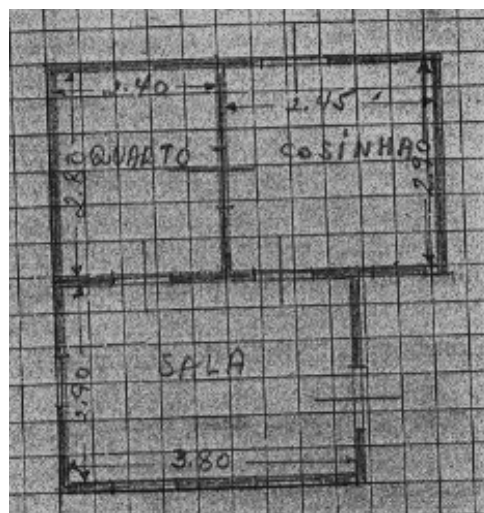


Figura 23: Planta simples de residência popular construída pelo IAPI em 1946.
Fonte: Arquivo INSS-RN.

⁵⁰ Levantamento de processos realizado no Arquivo do Patrimônio Imobiliário do INSS-RN.

arquitetônica – tipo proletário, de planta simples” (LAUDO IAPI, processo nº 18-B-0062), sobretudo, nos bairros do Alecrim e Lagoa Seca (Figura 23). O IAPC, por sua vez, se destacou pelo grande número de vilas operárias construídas, principalmente, no Alecrim.

Com relação a atuação da Fundação da Casa Popular – primeiro órgão federal a tratar exclusivamente da questão da concepção de moradias no país – no Rio Grande do Norte durante a década de 1940, foram poucos os dados encontrados. O que mais se destaca é a construção, em 1948, de um conjunto residencial constituído de 74 residências, no bairro das Quintas:

A Fundação da Casa Popular faz saber aos interessados, que continuam abertas, na Prefeitura Municipal de Natal, (...) as inscrições para a venda de casas populares do conjunto residencial construído no Bairro das Quintas (...). As casas são em número de 74 (...). (FUNDAÇÃO..., 1948, p.08)

2. As realizações dos IAPs:

- *A Vila Operária do Saneamento:*

A partir da década de 1940, a Repartição de Saneamento de Natal, passou a se preocupar com o alojamento de seus proprietários, interesse esse imbuído numa política mais ampla que consistia em conceber habitações aos funcionários municipais. Propôs nesse sentido a criação de uma vila operária denominada “Vila Operária do Saneamento”⁵¹. Suas especificidades foram descritas em Mensagem de Governo elaborada em 1941:

Na rua Amaro Barreto existe excelente terreno de propriedade do Estado, no qual pretendemos construir uma Vila Operária, especialmente destinada à habitação dos operários do “Saneamento”, também zelosos e esforçados cooperadores no êxito desse serviço.

São 6.435 metros quadrados de terreno, cujo levantamento topográfico, já executado, permitiu plasmar um projeto para edificação de trinta casas.

[...]

Há a observação de essenciais exigências modernas sobre habitação operária entra as quais sobre-excedem as condições de arejamento, de luz e de higiene domiciliar.

Há um parque central com o aproveitamento da arborização existente.

O projeto consigna, com grande acerto, as construções de prédios para a cooperativa de consumo e para uma escola.

⁵¹ Concebida em concordância com os princípios higienistas, provavelmente localizada na rua Amaro Barreto, no Alecrim.

É de justiça acentuar a segura direção que conduz os destinos da Repartição de Saneamento, permitindo-lhe vida própria e saldo em seus balanços. (RIO GRANDE DO NORTE, 1941, p.70)

Em 1946, pelo decreto nº 655 de 13 de dezembro, o Governo do Estado doou o terreno a Caixa de Aposentadorias e Pensões dos Servidores Públicos do Estado (CAPSPE), onde foi construída a supracitada vila operária, destinando 50% das casas aos funcionários da RSN. (RIO GRANDE DO NORTE, 1941, p.70)

- *Conjunto Residencial Tirol:*

Grupo de casas construído em área adquirida pelo IPASE do governo estadual, mediante contrato de compra e venda. O conjunto refere-se a uma operação imobiliária prevista nas Instruções nº 3, de 10 de junho de 1941 do presidente do IAPE, inserindo-se no “plano A” – compra e venda de habitações adquiridas ou construídas pela instituição.

- *Vila 19 de Abril:*

Vila construída em terreno localizado na Av. Floriano Peixoto, no bairro de Petrópolis, doado pelo Estado, em 1943, ao Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Estivadores (IAPE). A referida vila era constituída por lotes de 6.00x24m e residências alinhadas com jardim frontal, sala única (12m²), dois quartos (cada um com 9m²), cozinha (6m²) e banheiro (4m²).

- *Vila Gomes:*

Construída pelo IAPI, em terreno localizado no bairro do Alecrim, concedido pelo governo estadual, em 1944. As casas eram de alvenaria com área construída de 47m², com duas salas, dois quartos, cozinha e banheiro, destinada à classe proletária.

- *Vila Henrique Castriciano:*

Localizada na rua Capitão Silveira Barreto, no Alecrim, em terreno doado pelo estado por meio do decreto nº 655, de 13 de dezembro de 1946 à Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Servidores Públicos Estaduais (CAPSPE). As casas possuíam sala única, dois quartos, cozinha e banheiro, ocupando uma área de aproximadamente 80m². Foram vendidas pelo referido instituto aos seus funcionários pelo valor médio de Cr\$ 10.000, 00 a serem pagos em vinte anos. (REQUERIMENTO, protocolo nº 445/77, com entrada em 05/03/1947)

- *Vila São Pedro:*

Vila constituída, no bairro do Alecrim, de nove casas de “mesmo tipo, cuja entrada se faz pela Rua Amaro Barreto, com circulação de 4m, provida de esgoto e água” (LAUDO de avaliação do IAPI, processo nº 18-B-0216, 21/10/1947) (Figura 24). Concebida em terreno adquirido pelo IAPI, em 28/09/1947, de particulares pelo valor de Cr\$27.000,00; revelando a rapidez nas construções de residências pelos IAP's.

- *Vila Janete:*

Implementada em terreno no bairro de Lagoa Seca adquirido pelo IAPI da prefeitura, em 1947. Sua construção foi iniciada no mesmo ano, na “(...) zona urbana residencial, pobre, da cidade (...) alto, sêco, com regulares condições de higiene (...)” (LAUDO de avaliação do IAPI, processo nº 18-B-0329, 04/1947). As edificações foram situadas em terrenos de aproximadamente 60m², possuindo uma sala com dois ambientes, dois quartos, cozinha e banheiro totalizando 41m²; “(...) comportando assim, apertamento, a casa”. (ibidem)

- Em fins da década de 1940, a Estação de Ferro Central do Rio Grande do Norte construiu o primeiro grupo de casas destinadas aos operários e dirigentes da empresa, na antiga praça Augusto Severo. (SOCIAIS..., A República, 11/01/1950, n.07, p.02)

**Continua a crise...e a seca:
a década de 1950**

O quadro de crise econômica e social iniciada com o fim da Segunda Guerra Mundial e saída dos americanos e de parte das tropas brasileiras da cidade de Natal,

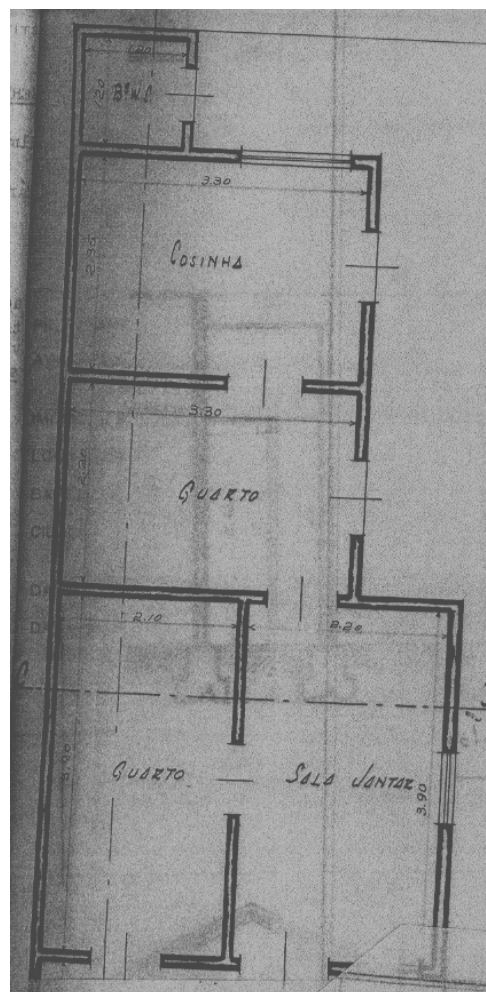


Figura 24: Planta tipo das casas da Vila São Pedro, no Alecrim, construída pelo IAPI em 1947.

Fonte: Arquivo INSS-RN.

caracterizada pela perda de dinamismo das atividades comerciais – consequência da retirada do capital daqueles militares de circulação – pelo aumento do número de desempregos e pelo agravamento de questões referentes à higiene, transporte coletivo, segurança pública, dentre outros, se estendeu até a década de 1950, sendo intensificada pela ocorrência de longos períodos de estiagem no estado do Rio Grande do Norte; assolado por secas nos anos de 1951, 1953, 1955 e 1958.

A população atraída naquela época pelas diversas ofertas de emprego, guiada pelo sonho de enriquecimento, somava-se neste momento aos migrantes que se punham em fuga do flagelo da seca. Diante desta conjuntura, Natal foi a cidade que mais cresceu em número de habitantes no Nordeste, nos anos de 1958/59. (DANTAS A., 2003)

Eram comuns e recorrentes nos jornais locais reportagens que apontavam o rápido crescimento por que a cidade passou, assim como as consequências desse processo de expansão:

Natal foi a cidade que mais cresceu em habitantes em 1959. Porém, o preço deste crescimento foi bastante alto, tendo em vista o alto nível de desemprego tanto na capital, quanto no interior do Rio Grande do Norte. O número de flagelados no início da década de 1960 chegou a atingir 300.000 (trezentos mil). (DESEMPREGO..., 1960, p.01)

Até este momento a ausência de um órgão específico de planejamento urbano permitiu que o crescimento da cidade se desse pela disseminação de loteamentos e conjuntos habitacionais aprovados sem quaisquer critérios ou diretrizes urbanísticas. Ocupações autorizadas e legalizadas muitas vezes até sem projetos urbanístico e arquitetônico, promovidas inclusive pela prefeitura. Foi criado neste sentido, no ano de 1952, o Departamento de Saneamento do Estado – DSE – também dirigido pelo Escritório Saturnino de Brito.

Ao DSE também caberia coordenar modificações na estrutura urbana e nas habitações da cidade, uma vez que os projetos de arruamento da prefeitura deveriam ser realizados de acordo com os esquemas gerais projetados para as redes de água e esgotos, e pelo fato de nenhum prédio novo ou reconstruído poder ser habitado sem o certificado de que possuía novas instalações sanitárias (RIO GRANDE DO NORTE, 1952, p.233). A concepção das habitações ficava a cargo neste momento dos IAP's, da Fundação da Casa Popular, e de outros projetos públicos.

Dessa forma, o saneamento passa ser apenas coadjuvante no desenvolvimento econômico e físico da cidade, incluindo a concepção de moradias. A higiene, por sua vez, não é mais propulsora do progresso, cedendo lugar ao processo de industrialização, que passou a ocupar o cerne das políticas públicas justificando muitas das intervenções na cidade de Natal. Era preponderante para a consolidação desta atividade na localidade, garantir condições básicas de saúde e moradia para a mão-de-obra, ou seja, propiciar condições para a reprodução da força de trabalho e do capital. A habitação tornou-se então elemento de grande força e importância nos discursos e ações públicas do período.

Dentre as realizações governamentais neste setor estavam: o loteamento promovido pelo governo estadual na rua Coronel Estevan, no Alecrim, em 1950; a construção do primeiro grupo de 55 casas da Vila Ferroviária, realizada pelo governo municipal e localizada no bairro das Rocas, em 1954 (VILA..., Jornal de Natal, 24/12/1954, n.1000, p.03); a construção de outras 12 residências na rua da Tração, no Alecrim e 10 unidades na rua General Glicério, nas Rocas, ambas em 1954, também credenciadas ao municipal; o loteamento realizado pela prefeitura no bairro de Santos Reis, no prolongamento da Avenida Circular, no ano de 1955, cujos lotes "(...) deverão medir no mínimo, 10 metros de frente por 15 de fundo, ao preço de 50 e 70 cruzeiros o metro quadrado (...)" (NA CAMARA..., Jornal de Natal, 03/08/1955, n.1174, p.04); dentre outros.

As críticas a concepção de "habitações esteticamente inadequadas ao progresso da cidade", perduravam nesse período. Eram recorrentes as publicações que abordavam esta temática e que requeriam uma atitude enérgica por parte da prefeitura:

(...) venho (...) endereçar (...) a minha estranheza pelo fato de se estar construindo na rua João Pessoa, esquina da Princesa Isabel, um grande casarão que só poderia ser plantado numa dessas povoações do interior, (...). Não póde entrar na cabeça de ninguém que, diante do progresso de Natal, seja permitida a edificação de tão teratológico projeto. A fachada do prédio (...), é construída de um paredão lambido, com umas portas baixas, desengonçada, sem ao menos uma marquise para disfarçar o horror. E (...) com agravante de estar sendo construído por um engenheiro da prefeitura ...(...). (A. Z..., 08/02/1952, p.04)

(...) tivemos oportunidade de clamor contra o mostrengo que está sendo construído na Avenida Rio Branco, perto do Grande ponto. Trata-se de uma casa feia, de um só pavimento, (...), flagrante infração á lei, que obriga, naquela bela avenida, somente construções de mais de um pavimento (...). (ATENTADO..., 15/10/1952, p.06)

Foram adotadas pela administração municipal, neste sentido, medidas restritivas de caráter estético como, por exemplo, a proibição da construção de residências na Avenida Circular (Figura 25) fora dos mais “modernos aspectos arquitetônico”, como os das edificações encontradas no Rio de Janeiro e Recife (ESTABELECIMENTO..., 18/05/1954, p.04)

Durante toda a primeira metade da década de 1950, Natal recebeu grandes levadas de migrantes, em decorrência de estiagens tão comuns nesses anos. A construção dos chamados “Albergues Noturnos” foi a solução mais empregada a esse problema pelo poder público na época. Eles vieram substituir os dispensários e abrigos largamente concebidos nas



Figura 25: Av. Circular, 1959.
Fonte: Arquivo em fase de catalogação.

décadas de 1920 e 1930, se distinguindo, porém, por não oferecer amparo em tempo integral aos mais necessitados. Eram destinados apenas a “(...)abrigar, durante as horas da noite, aqueles que não têm onde dormir, (...)” (ALBERGUE..., 15/12/1951, p.04). Em dezembro de 1951 foram concluídas as obras do primeiro dos albergues, situado na antiga rua Guaratuba, próximo a Maternidade de Natal.

Em 1953 o problema da mendicância volta a tona. No dia 26 de março foi realizada uma reunião convocada pelo governador Sílvio Pedroza, acertando que:

(...) 1° - Ao DERAS cabera assistir aos mendigos, sendo elevada a subvenção de 4 para dez mil cruzeiros. (...) 2° - A LBA ficará como órgão controlador dos flagelados, coletando-os nas ruas e recolhendo-os à Hospedaria de emergência de Lagôa Nova. (...) 3° - Ampliação do Abrigo da Velhice desamparada Juvino Barreto. (...) 4° - Auxílio para a ultimar as obras do Albergue Noturno. (...) 5° - A polícia fornecerá um investigador para auxiliar. (...) 6° - Os flagelados devem retornar aos seus municípios de origem, desde que lá existentes nas imediações de Natal. (DEBATIDO..., 26/05/1953, p.01)

A partir de 1956 o processo de urbanização das cidades em todo o país se intensificou devido às iniciativas nacional-desenvolvimentistas instituídas, difundidas e

incentivadas por Juscelino Kubitschek, principalmente, com a inauguração de Brasília. Em Natal, a repercussão dessas idéias deu ainda mais ênfase aos projetos propostos para a capital norte-riograndense pelo prefeito Djalma Maranhão, neste momento.

De 1956 a 1958: a questão habitacional entra no programa de governo Djalma Maranhão e suas proposições

A primeira administração municipal de Djalma Maranhão⁵² se destacou das demais dessa década devido às iniciativas que primavam pelo desenvolvimento físico, econômico, social e cultural da cidade e pela sua gestão de caráter participativo:

Natal continuava a crescer como destaca a imprensa local:

Natal, para surpresa de muita gente é uma das cidades do Brasil que mais cresce (...). Do último censo pra cá a cidade aumentou a população em 50%. Há 150 mil pessoas residentes na capital potiguar (...). Além de uma cidade-porto, Natal é ao mesmo tempo, uma cidade base-militar (...). (NATAL..., 1956, p.01).

Para atender à nova demanda da população da capital norte-riograndense, Djalma Maranhão elaborou diversos programas entre os quais se destacam: o de erradicação do analfabetismo⁵³; o programa que focava a industrialização de Natal⁵⁴, que justificou diversas intervenções em seu espaço físico; de incentivo ao turismo⁵⁵; e o programa habitacional.

Inseridas no conjunto de propostas e ações de Djalma Maranhão no campo da habitação estavam: a urbanização dos novos bairros Praia do Forte e Mãe Luíza; das vilas de Parnamirim, Ponta Negra, Redinha e Igapó; a construção de abrigos para mendigos e flagelados; a ampliação do sistema das linhas de ônibus e da rede elétrica; e a doação de terrenos do patrimônio municipal, em Mãe Luíza, Lagoa Seca, Alecrim e Tirol, para “os Institutos de Previdência Social e Pensão que operavam com a carteira Imobiliária do Município para a construção exclusiva de vilas operárias” (TERRENO..., Jornal de Natal, 24/11/1957, n.568, p.03); além, como exposto pela imprensa, da elaboração de um plano de urbanização para Santos Reis.

⁵² Djalma Maranhão volta ao poder municipal de Natal em 1959, como poderá ser visto mais adiante.

⁵³ Programa este que passou a se chamar, em sua segunda administração (1960-1964), “De Pé no Chão Também se Aprende a Ler”, que alcançou o número recorde de 31 escolas construídas em trinta dias, no ano de 1957.

⁵⁴ Processo ainda não concretizado até o momento.

⁵⁵ Esse programa baseava-se na valorização das belezas naturais, como as praias e as paisagens, existentes em Natal. Foi criado sob este enfoque, em 1956, o Conselho Municipal do Turismo; promovendo, paralelamente, o I Festival de Folclore da cidade. (A CIDADE..., 1958, p.03)

A elaboração de um “plano” que conduzisse a expansão e o uso do solo na cidade, frente ao considerado obsoleto Plano de Sistematização elaborado por Palumbo, em 1929, foi outro intento do prefeito; sendo expressado em artigos nos jornais locais a partir da segunda metade da década:

O Plano Palumbo tem sofrido algumas alterações, pouco felizes e é hoje, diante do desenvolvimento que tomou a nossa cidade, incompleto, necessitando prolongá-lo em várias direções, sobretudo na de Parnamirim, para onde a cidade terá forçosamente, de se estender, assim como ampliar para a Redinha (...) afim de que desde já as construções ali sejam orientadas de modo a não prejudicar a sua beleza natural (...). (LAMARTINE, 1956, p.04)

Neste sentido, Djalma Maranhão propôs a criação, ainda em 1956, do Conselho Municipal de Urbanismo, que atuaria como órgão de consulta da administração municipal por meio de uma legislação própria (SILVA, 1957, p.05), com o objetivo, de acordo com Dantas, A. (2003), de consolidar uma identidade urbanística.

No momento, as edificações da cidade não se enquadravam nas normas arquitetônicas adotadas nos grandes centros. Como solução, o prefeito contratou o engenheiro Antônio Tejo e o arquiteto Arialdo Pinto para elaborar um novo Código de Obras para Natal à altura de seu progresso e de modo a evitar que “(...) mais tarde se reflitam em sua urbanização os erros que hoje ocorrem (...)”. (REUNIDAS..., 1956, p.08)

Um dos principais objetivos do novo Código era por fim aos cortiços e as construções realizadas sem licença da prefeitura:

(...). De agora em diante, (...) não se poderá mais construir em Natal, sem licença. Sem alvará de permissão da edilidade e notificar a construção – a mesma será paralisada (...). Com essa exigência, outras a acompanharão, como por exemplo, a construção só poderá ocupar 60% da área do terreno; no tocante as vilas populares, apenas seis casas os podem construir conjugadas, duas a duas. Só assim (...) acabaremos com verdadeiros cortiços que criminosamente se levantam, em nossa terra. (SALVO..., 1955, p.01)

Essa reforma legislativa, no entanto, não foi concretizada. A fiscalização da concepção de edificações na capital coube ao Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (CREA), que analisava e impunha, quando necessário, as modificações no projeto, chegando a embargar os casos considerados mais críticos, como ocorre até hoje.

Contradizendo o discurso que justificou a revisão e elaboração de normas para a construção civil, a administração municipal condenou a atuação do CREA em relação aos tão recriminados mocambos:

Ultimamente vem o CREA multando ou embargando as pequenas construções de proprietários reconhecidamente pobres, que edificam a custa de muitos sacrifícios, pequenas casas de residências, que, antes não careciam de fiscalização daquele conselho por não se incluírem na sua legislação. (O PREFEITO..., 27/03/1958, p. 06)

A tréplica do governo municipal veio com a proposta de controle e fiscalização das construções por meio de órgãos técnicos próprios e, para aqueles que não possuíssem condições de contratar um arquiteto ou engenheiro para projetar e executar a obra, a prefeitura disponibilizaria os serviços de um de seus construtores. (CASAS..., 1958, p.06). Essa iniciativa também não foi concretizada.

Verifica-se, portanto, uma ausência de um instrumento público de fiscalização e controle da ocupação e uso do solo da cidade, o que leva a concluir que a produção do solo ficava a cargo, como no início do século, dos interesses privados.

A segunda grande crise da habitação: Mais uma seca e o surgimento das favelas na cidade (1958-1964)

Nos anos de 1957-58 o Rio Grande do Norte foi assolado por mais uma grande seca. As migrações resultantes desse período de estiagem exacerbaram mais uma vez, o problema da falta de infra-estrutura da cidade, ao mesmo tempo em que contribuíram para o crescimento físico-espacial da capital.

Neste contexto, o problema da falta de habitação destinada à parcela populacional de baixa renda tomou vulto. Sem renda e trabalho, a população carente encontrou na ocupação de terras a solução para os seus problemas de moradia; resultando no aumento do número de favelas no espaço urbano.

Essas “aglomerações”, denominadas pela imprensa local da época de “disfunções urbanas”, eram apontadas como resultado do crescimento desacompanhado de ações efetivas do poder público no que se refere ao controle da apropriação e uso do solo natalense. Eram inclusas nesta “categoria” todas as ocupações irregulares de traçados variados, assentamentos sem planejamento ou infra-estrutura e habitações que não condiziam com as normas de higiene e beleza estipuladas para as camadas mais abastadas de Natal.

Dentre as favelas que surgiram na capital norte-rio-grandense a partir de meados da década de 1950, encontram-se: Mãe Luíza, Brasília Teimosa – “os primeiros bairros a se caracterizarem como favela” (DANTAS, 2003, p.152) –, Novo Mundo, Aparecida, Passo da Pátria, Nazaré e Dom Eugênio.

Concomitante, percebeu-se nos discursos políticos verificados nos periódicos em circulação na época, o interesse daquela elite em modernizar a cidade, capacitando-a com a infra-estrutura necessária à consolidação das indústrias na localidade. No entanto, esse “projeto” se esbarrava com os problemas urbanos supracitados, principalmente, o da falta de renda da população para garantir habitação e do surgimento das favelas, agravados devido a ocorrência da referida seca. Dessa forma, era preponderante para industrializar Natal, propiciar condições básicas de moradia, educação e saúde aos trabalhadores. Os artigos que seguem retratam bem o posicionamento do governo perante a conjuntura vigente:

Os problemas sociais no Rio Grande do Norte dia a dia se acentuam sem muitas perspectivas de uma solução a curto ou a médio prazo. Dentro destes problemas está situado o da habitação. Quem anda em Natal imediatamente constata o déficit habitacional. Nos bairros mais afastados a situação se agrava com ruas inteiras repletas das chamadas de “casa de taipa” (...). As favelas são um exemplo da gravidade de um problema a muito esquecido, mas hoje lembrado pelo governo estadual preocupado com a deficiência da moradia. (A ORDEM, 02/01/1965, p.02).

Nós da Caixa Econômica Federal do Rio Grande do Norte não temos sido estranhos ao mesmo dentro de nossas possibilidades, procurando assim por todos os meios minorar um pouco a angustiada situação, de vez que é grande a carência de casas numa cidade de poucas possibilidades como a nossa, cuja população cresce constantemente, sobretudo em face do ininterrupto fluxo de habitantes do interior. (FOLHA DA TARDE, 18/08/1961, p.02).

Havia ainda em segundo plano o desejo em transformar Natal num grande pólo turístico do país⁵⁶, embelezando-a para os “olhos dos turistas”⁵⁷, justificando, como em momentos anteriores – a *belle époque natalense* de início do século XX – as obras de “melhoramentos estéticos”. Também por este viés foram legitimadas as obras de infra-estrutura, renovação e melhorias das residências, realizadas pelo então prefeito Djalma Maranhão, interessado em “defender a fisionomia estética da cidade” (FOLHA DA TARDE, 17/03/1961, p.04). Nesta linha, merecem destaque às obras efetivadas nas

⁵⁶ Interesse iniciado na primeira Administração de Djalma Maranhão (1956-1959)

⁵⁷ Expressão comumente utilizada em artigos publicados nos periódicos em circulação na época.

favelas de Mãe Luíza e Aparecida. O artigo publicado em um jornal opositorista exprime bem esta intenção:

O interesse do Prefeito Djalma Maranhão em concentrar as credenciais das favelas próximas à Praia do Pinto, está na famosa praia [...] que será em futuro não longínquo, o mais lindo e mais aprazível recanto da cidade, o encontro do turista e o paraíso da *high society* natalense (...). (FOLHA DA TARDE, 18/04/1961, p.02)

Críticas também foram publicadas neste sentido no periódico católico em circulação na cidade:

[...] enquanto a cidade aos pés das dunas passa bem, come bem, bebe bem, diverte-se e instruíse bem, os favelados padecem (...), nascendo e morrendo. Os são adoecem, os doentes morrem. Os belos edifícios que lá em baixo se erguem constituem verdadeiras afrontas aos casebres carcomidos do alto da favela. Enquanto se gasta milhões de cruzeiros [...], esquece, a vista humana dos favelados condenados [...]. (A ORDEM, 06/02/1965, p.01)

Em âmbito do poder estadual, verificou-se nesta época que o investimento em obras justificadas por embelezar, sanear e modernizar a capital, sobretudo em áreas mais privilegiadas foi significativamente maior do que aquela destinada às áreas carentes. Foram empregados no primeiro trimestre do ano de 1960 cerca de Cr\$50.000.000 (cinquenta milhões) em melhoramentos na cidade; desses, apenas Cr\$15.000.000 (quinze milhões) foram utilizados em obras nas áreas mais “necessitadas” (A ORDEM, 19/03/1960; caderno especial), dos quais, uma pequena percentagem foi empregada para a concepção de moradias.

Percebe-se dessa forma, que as denominadas disfunções urbanas ou favelas, incomodavam tanto a elite política – por darem visibilidade a crise, se mostrando um obstáculo à efetivação do projeto de industrialização, modernização e embelezamento proposto – quanto a população orgulhosa de sua cidade renovada por novos edifícios “modernos” e largas avenidas.

Diante desta conjuntura eram necessárias, por parte dos administradores locais, ações que propiciassem a superação do quadro de crise de moradia e descontentamento social, tanto da população sem habitação quanto daquela mais abastada, que exigia atitudes energéticas para solucionar o “problema” das favelas que se dissipavam pela cidade.

A ação governamental: o segundo mandato de Djalma Maranhão (1960-1964) e do governador Aluizio Alves (1961-1964)

A reação dos governantes no sentido de solucionar a crise habitacional do período, veio sob a forma de quatro frentes⁵⁸: criação de bairros e loteamentos periféricos; incentivos, concessão de terrenos, financiamentos e construção de habitações populares – casa própria; relocação e/ou capacitação de favelas e; reforma de qualificação higiênica/estética de habitações.

1) Criação de bairros e loteamentos periféricos:

A criação de bairros e loteamentos periféricos representou uma das principais respostas do governo ao déficit habitacional evidenciado no período em questão. Estes vieram, por vezes, acompanhados da construção de equipamentos e serviços urbanos básicos como escolas, igreja e ampliação da cobertura de transportes coletivos.

A proliferação dos loteamentos ocasionou também na consolidação de novos bairros na cidade como o de Boa Sorte, próximo ao Tirol, a Vila Popular, onde “(...) diversas famílias desta capital e do interior estão adquirindo lotes de terrenos para a edificação de casas residenciais”. (NASCE..., 1957, p.08), Praia do Forte, Mãe Luíza, Rocas e as chamadas, Vila de Parnamirim, Ponta Negra, Redinha e Igapó.

Outro fator que possibilitou e, de certa forma, impulsionou a “expansão da cidade” foi a ampliação da rede elétrica, efetivada a partir da década de 1960 pelo governador Dinarte Mariz e concluída por Aluizio Alves, por meio da Operação Nordeste que trouxe para Natal a energia elétrica de Paulo Afonso. Essa inovação, além de ter sido decisiva para a valorização do solo e intensificação do mercado imobiliário, representou um atrativo às indústrias na região. Dentre os loteamentos promovidos pelo governo municipal, pode-se citar: o realizado na Praia do Forte e o Monte Carlos, ambos situados nas imediações de Santos Reis, datando de 1957; um em Mãe Luíza, em 1958; um loteamento no bairro nas Quintas, também efetivado no ano de 1958; e o loteamento “Cidade Campestre do Jiquí” (Figura 26), concluído em 1965, que equivalia a uma área total de 500 hectares divididos em 300 lotes de grandes dimensões.

⁵⁸ Em relação aos programas habitacionais o administrador municipal Djalma Maranhão e o governador Aluizio Alves, por vezes, uniram forças. Cabe ressaltar, no entanto, que os dois representantes políticos pertenciam a partidos políticos divergentes, e que o referido prefeito não apoiava a aliança de Aluizio – populista – com órgãos financiadores internacionais devido suas ideologias políticas advindas do comunismo.

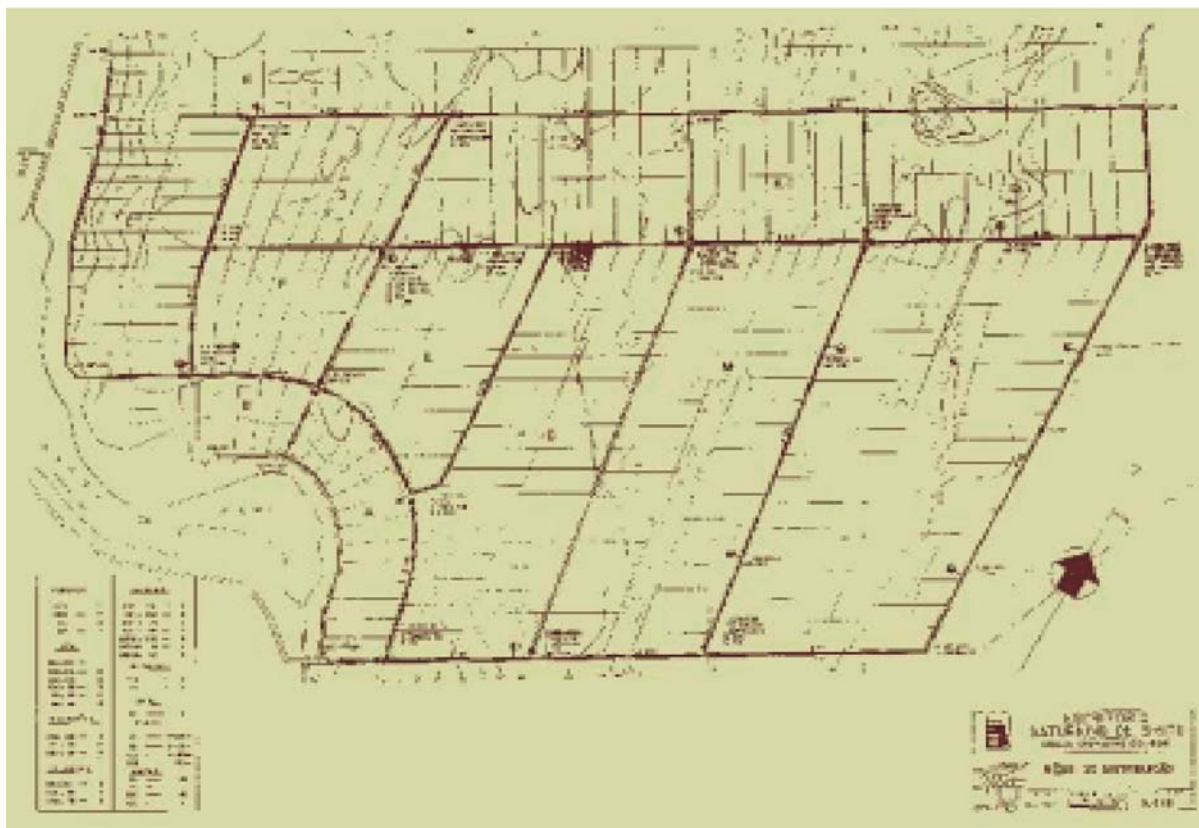


Figura 26: Loteamento “Cidade Campestre do Jequi”, 1963.
 Fonte: FERREIRA et al., 2003.

Em âmbito estadual merecem destaque os programas habitacionais implementados a partir de 1961 pelo Governador Aluízio Alves. Para efetivá-los, Aluízio buscou financiamentos junto a órgãos nacionais e internacionais, como a USAID – Aliança para o Progresso – que tinha na figura do Presidente Norte-americano, Kennedy, seu principal articulador; representando uma das mais significativas parcerias neste sentido (ALVES, 2001).

É digno de relevância o Plano de Habitação Popular do Rio Grande do Norte, que previa inicialmente a construção de 300.000 (trezentas mil) casas populares. Para a efetivação deste Plano foi imprescindível a colaboração da USAID e a instituição, em 1963, da Fundação da Habitação Popular do Rio Grande do Norte – FUNDHAP.

Dentre os programas desenvolvidos pela FUNDHAP, destaca-se o “conjunto residencial operário Cidade da Esperança” (Figura 27) que data de 1965, cuja capacitação foi resultado de uma parceria entre a supracitada fundação, a USAID e a SUDENE. Sua criação foi efeito de um discurso que almejava a construção de uma “cidade com perspectivas mais felizes e mais seguras” (A ORDEM, 02/01/1965, p.02), destinada a população de baixa renda; possuindo em 1966, cerca de 587 casas construídas, 672 em vias de construção (A ORDEM, 20/08/1966, p.05), além de vinte unidades residenciais viabilizadas pelo IPE – Instituto de Previdência do Estado – destinados aos funcionários públicos mais necessitados. Tal instituto foi criado em 1962, devido ao programa de Assistência Social, proposto pelo Governo do Estado naquele mesmo ano, com objetivo de “prestar serviços de assistência médica, auxílio maternidade, pensão, pecúlio e assistência financeira”. (ALVES, 2001, p.90)



Figura 27: Conjunto residencial Cidade da Esperança.
Fonte: Acervo em processo de catalogação.

2) Incentivos, concessão de terrenos e financiamentos para a construção de habitações populares – casa própria:

Os projetos de reforma urbana e regularização fundiária realizados nas áreas de Mãe Luíza e, principalmente, Brasília Teimosa, marcam a posição do poder municipal

nesta frente de combate a crise de moradias; tendo o prefeito Djalma Maranhão como seu propulsor.

Essas áreas foram loteadas e arrendadas pelo poder municipal e vendidas à população de classe média a partir de 1954, mas, com o passar dos anos foram invadidas pela população sem condições de custear uma residência e por aquela que fugia das secas que assolavam o interior do Rio Grande do Norte. Em fins da década de 1950 o quadro de higiene e salubridade das habitações ali instaladas era preocupante a todos em Natal.

A situação dessas localidades era freqüentemente exposta em artigos dos jornais locais, principalmente, os de que faziam frente oposta a Djalma Maranhão. Essas publicações revelavam também o desejo político em resguardar a estética das praias da capital desde a formulação do Plano de Sistematização, em 1929:

O Prefeito Municipal de Natal, usando das atribuições que lhe são conferidas (...) e ainda Considerando a necessidade de defender o Plano Geral e Sistemático de Urbanização da Cidade; considerando ser vital para a consecução desses objetivos a preservação da orla marítima, pois as praias se constituem parte fundamental da sistemática urbanística de Natal; considerando que a Prefeitura Municipal de Natal promoveu os loteamentos de terrenos nas datas de 27 de Dezembro de 1954 e 23 de Janeiro de 1958, sem que até hoje tenham sido atendidas as exigências das respectivas leis autorizativas e dos títulos posteriores expedidos; considerando que muitos lotes (...) já aforados foram ocupados (...) sem que os proprietários (...) adotassem quaisquer providências para resguarde dos seus possíveis interesses, prejudicando com essa omissão o Plano Urbanístico e Habitacional da Cidade; Considerando que, com as sucessivas e desordenadas invasões (...) Brasília Teimosa constitui hoje um problema eminentemente social; Considerando que as condições de moradia em Brasília Teimosa passaram a constituir problema social de reconhecida gravidade pelos seus aspectos de salubridade e higiene. (EM BRASÍLIA..., 1962, p.01)

Em 15 de junho de 1962, o prefeito assina decreto, baseado na Constituição Federal, na Lei Orgânica dos Municípios e na Lei Federal de Desapropriação, declarando de utilidade pública e interesse social os terrenos de Mãe Luíza e Brasília Teimosa. (DANTAS, 2003, p.183).

A área de Brasília Teimosa foi desapropriada e os quase dois mil lotes distribuídos às famílias de baixa renda. Atitude esta apoiada e amparada pelo então Governador Aluizio Alves. Os lotes eram, neste sentido, entregues gratuitamente e em caráter de usufruto às famílias carentes com estado de pobreza comprovado. Impedia-

se, dessa maneira, a negociação dos lotes por seus ocupantes permitindo, porém, a transferência dos terrenos de pai para filho; revelando o caráter populista de suas ações. As intervenções realizadas em Mãe Luíza, por sua vez, se inseriram na terceira frente governamental de combate à evidente crise.

O programa de desapropriações de terrenos teve continuidade até o fim de seu mandato, em 1964⁵⁹, revelando a intenção do Prefeito em regularizar a situação dos flagelados na cidade, que ocupavam terrenos irregularmente, sem as mínimas condições de higiene e infra-estrutura.

Outro projeto que merece destaque no segundo mandato de Djalma Maranhão, refere-se à construção de casas populares para o funcionalismo municipal. Este programa, possibilitou a construção no bairro das Quintas, com recursos exclusivos da prefeitura, de cerca de dez casas, cada qual, com sala com dois ambientes, três quartos, cozinha, banheiro, jardim frontal e quintal.

A construção e o financiamento de habitações destinadas ao operariado pelos Institutos de Aposentadorias e Pensão – IAPs – e a edificação de vilas militares reservadas inclusive ao baixo escalão, também marcam a produção de moradias no período em questão. A vila ferroviária, situada no bairro das Rocas (VAI CONSTRUIR..., 1957, p.p.12), uma vila militar em Parnamirim com trinta residências em “estilo moderno” (NOVAS..., 1956, p.08) e uma vila naval com 400 (quatrocentas) unidades habitacionais, em Igapó (VILA..., 1957, p.12) são alguns exemplos.

3) Remoção e/ou qualificação de favelas:

Estas intervenções baseavam-se, principalmente, em incentivos a participação popular – mutirões e doações em geral – e no apoio dado pela Igreja Católica que a partir da década de 1940 mudara seu papel como agente social, intervindo junto ao poder público em questões que afetassem o bem estar da população, essencialmente, aquelas que assistiam a população de baixa renda.

As obras realizadas pela Igreja “contaram com a simpatia e o apoio de inúmeros políticos e representantes de órgãos federais e estaduais” (PAIVA, 2000, p.28). Percebe-se dessa forma, “uma perfeita intimidade entre o Movimento de Natal⁶⁰ e os

⁵⁹ Quando, devido ao Golpe Militar de 1964, foi deposto.

⁶⁰ Movimento católico iniciado na década de 1940 para dar assistência as populações mais carentes da cidade.

poderes constituídos, evidenciando uma prática politicamente conservadora e também (...) assistencialista/paternalista” (PAIVA, 2000, p.30).

Na década de 1960, a Igreja continuou com uma atuação de parceria com o Estado, tomando posições concomitantes ao governo. (DELLA CAVA, 1975). Seguiu-se naquele momento, um apelo do Papa XXIII:

O apelo dramático do Papa João XXIII, logo depois da Revolução Cubana de 1961, é um documento importante no qual o Vaticano apoia a cooperação íntima entre a Igreja Católica no Brasil e o Estado Brasileiro. Os bispos deveriam demonstrar aos governos e a todos os responsáveis a vigência de reformas estruturais e melhoramentos para massas subdesenvolvidas. A hierarquia e a Igreja de forma subsidiária, deveriam cooperar nesta melhoria e dela participar, ativamente. Inequivocadamente, trata-se de um compromisso do Papa com os Governos reformistas da época. (Della Cava apud PAIVA, 2000, p.47)

Neste período, segundo Cruz (2000), a Igreja atuou na área urbana frente aos descuidos dos Poderes Públicos em atender as necessidades da população. Uma fase denominada por Ferrari (Apud CRUZ, 2000, p.57), como a “fase urbana do movimento”; anulado em 1964, com o Golpe Militar.

Suas ações foram verbalizadas na forma de Frente de Trabalhos, que atuavam nas comunidades mais carentes da cidade. Dentre elas: Mãe Luíza, Rocas, Nova Descoberta, Cidade da Esperança, Morro Branco e Carrasco.

Os objetivos das Frentes eram o de solucionar os problemas das favelas que surgiam em Natal, dotando-as de infra-estrutura necessária para amenizar as contradições com o entorno e as condições subumanas verificadas nestas localidades. Utilizava-se neste sentido, a mão-de-obra da própria comunidade onde a Frente estava atuando – fundamentalmente migrantes das secas já instalados à capital.

Neste contexto, a Frente de Trabalho que mais obteve destaque na década foi a denominada de Frente de Trabalho João XXIII atuante na conhecida favela do Morro ou favela do Pinto e Aparecida, no atual bairro de Mãe Luíza. Tal Frente agia de acordo com a encíclica *Mater Et Magistra*; tendo como líder o Padre João Perestello.

A importância da atuação desta Frente e sua colaboração na efetivação das obras para o melhoramento da favela puderam ser percebidas em publicações, da própria Igreja, em que a situação da localidade foi exposta antes das intervenções:

Estavam duas das maiores favelas de Natal, Mãe Luíza e Aparecida, entregues a sua sorte, em inexplicável abandono (...). O Morro estava às

escuras, sem água e sem médico, vivendo seu isolamento de sub-mundo, sem ligação com a cidade (...). Faltava-lhe, além disso, higiene, saúde, alimentação. (A ORDEM, 17/12/1966, p.06).

Nas favelas existentes (...) Aparecida e Mãe Luiza nos lugares de supra citados sobrevivem em condições sub-humanas, cerca de 14.000 pessoas. Dos 2.500 barracos apenas 100 estão saneados (...). Esses aglomerados humanos estão ligados à Cirolândia, sendo gritante o contraste. Ali o que se vê é fome, a mortalidade infantil, o desemprego, o analfabetismo, a doença, a falta d'água, falta de saneamento, campo fácil à prostituição e à iniciativa ao crime. (A ORDEM, 26/02/1966, manifesto).

No tocante à favela de Mãe Luíza, a Frente de Trabalho objetivava não somente a dotação de infra-estrutura para o local e a construção de habitações populares por meio de mutirões. Foi desenvolvido na área, um programa inovador que se tornou um marco no que se refere a programas comunitários. Neste sentido, os alimentos doados pelos Estados Unidos (EUA), através do Programa para a Paz, foram utilizados como complemento ao salário mínimo e em troca de serviços prestados à comunidade e à cidade de Natal; chamando a atenção não somente do estado do Rio Grande do Norte, mas também, de todo o país.

Natal foi o pioneiro: foi na Cidade do Potengy, que, para o Brasil e para o mundo, surgiu a primeira experiência de utilização dos alimentos nesse sentido, quando o Prefeito completou o salário mínimo dos seus servidores mais humildes com a distribuição de alimentos doados. Natal foi pioneiro em mais outra experiência; usando os alimentos doados para completar salário abaixo do mínimo, para gente sem trabalho poder, prestar serviços de utilidade a comunidade em que vivem em e a cidade toda. (A ORDEM, 19/03/1966, caderno especial).

Dentre as obras realizadas pela Frente na favela em questão, pode-se citar: a pavimentação e abertura de 6km de estradas; beneficiamento de avenidas, como a Guanabara com aproximadamente 2km de extensão; a construção de centros comunitários; centros sociais; igreja; cemitério; escolas; centros médico-sanitários; saneamento da área, com a construção de fossas sépticas; implementação de uma indústria artesanal nas imediações da favela; além, é claro, da construção de habitações populares através do sistema cooperativo. (A ORDEM, 1966)

4) Reforma e qualificação higiênica/estética de habitações:

Por fim, e mais voltada para a conservação da “fisionomia estética da cidade” (FOLHA DA TARDE, 17/03/1961, p.04) estavam as reformas e qualificações higiénicas

e estéticas das residências. Eram o principal alvo das intervenções as moradias de taipa, discriminadas pela opinião pública em geral; ocupando ruas inteiras sem a mínima infra-estrutura e agredindo a “vista da população” – consolidando uma ação crítica recorrente desde o fim do século XIX. As intervenções aconteceram principalmente no bairro de Mãe Luíza, Rocas, Nova Descoberta e Morro Branco, próximos aos bairros nobres e a pontos turísticos da cidade – Petrópolis e praia do Pinto.

As adequações eram representadas na maior parte dos casos por: aberturas de janelas em cômodos com pouca iluminação e ventilação; revestimento de pisos; transferência de latrinas; instalação de fossas sépticas e construção de platibandas nas fachadas principais; que acabaram por melhorar as condições de vida da população carente de Natal.

As Vilas Militares da década de 1950

As vilas militares continuaram surgindo no cenário de Natal nos anos de 1950, contribuindo em muito para sua expansão e amenização da crise de moradias. Em junho de 1950 foi anunciada a construção da vila militar General João Varela junto ao quartel da polícia militar, na rua Rodrigues Alves, no bairro do Tirol. (O NOVO..., 02/06/1950, p.06). Para os sargentos foi “transferida há vários anos ao domínio da Polícia Militar a antiga Vila Operária de Lagoa Seca, composta de 10 casas (...)” (RIO GRANDE DO NORTE, 1952, p.154-155)

Em fins do ano de 1954 o Comando da Guarnição de Natal fez inaugurar, em terreno pertencente àquela unidade adquirido do governo estadual, o primeiro grupo de casas, situado no bairro do Tirol e destinado aos oficiais daquela corporação. As residências eram em número de quatro com “(...) ótimas acomodações e magníficas condições de higiene e conforto, estando situado à margem da pista que liga esta capital a Parnamirim (...). (RESIDENCIAS..., 09/09/1955, p.04). Esse conjunto corresponde hoje, a Vila Militar de Natal com mais setenta e seis casas.

Em 1957, o Ministério da Marinha atendendo às reivindicações do comando da Base Naval de Natal construiu à margem esquerda do Rio Potengi, a Vila de Igapó, composta por quatrocentas residências e destinadas aos sargentos e praças da Marinha de Guerra em Natal estabelecidos (VILA NAVAL..., 11/05/1957, p.12); sendo essa a última vila militar concebida na década de 1950.

Da produção habitacional dos IAP's e FCP a criação do Banco Nacional da Habitação (BNH)

Como foi comentado, a construção de habitações populares por parte dos Instituto de Aposentadorias e Pensões, em Natal, aumentou consideravelmente em relação à produção nos anos de 1940, marcados pelos processos de aquisição dos terrenos junto à prefeitura, governo estadual e particulares e, construção das vilas e conjuntos residenciais. Um fator que em muito contribuiu para essa elevação da produção foi o aumento dos valores das cotas de financiamento destinados à concepção de habitações populares para o Rio Grande do Norte. Dentre as taxas mais significativas estão as remetidas pelo IAP dos Comerciantes. Já em fevereiro do primeiro ano da década de 1950, o presidente do referido Instituto, anunciou o aumento da cota para o estado, que totalizou "(...) 2.500.000,00 cruzeiros, 15% a mais que no ano anterior". (PARA..., 01/02/1950, p.01)

Nestes anos de 1950, o governo do estado continuou a conceder terrenos aos IAPs e CAPs, em concordância com o a lei nº 92, de 24 de novembro de 1951 (TERRENO..., 24/11/1951, p.03), com o intuito de amenizar a escassez de moradias evidenciada, sobretudo, à população mais carente. Em fins de 1952, o governo do estado cedeu terras ao IAP dos Comerciantes para a construção de 50 residências e à CAP dos Servidores Aéreos e Tele-Comunicações para edificar um conjunto residencial, ambos situados no bairro do Tirol, próximo à Av. Hermes da Fonseca. (TÓPICOS..., 28/10/1952, p.04; CASA..., 03/01/1953, p.04)

Em março de 1953, o IAP dos Comerciantes anunciou a construção de um outro conjunto de casas no Tirol, em terreno foreiro, contendo 40 moradias do padrão A, 8 blocos de quatro pavimentos com 12 apartamentos, totalizando 68 unidades, além de uma escola e um prédio para o Serviço Social. Grupo este conhecido como Conjunto Residencial Novo Tirol. No mesmo ano o Instituto construiu um grupo de 50 casas na Avenida Circular (VAI CONSTRUIR..., 26/03/1953, p.08).

Um ano depois no mês de dezembro de 1954 foi a vez do IAP dos Servidores do Estado anunciarem a edificação um conjunto no Tirol, constituído de 26 casas geminadas, duas a duas , com "(...) varanda, sala, dois quartos e demais dependências (...)" (EM NATAL..., 11/12/1954, p.01-04). As casas foram vendidas por concorrência

realizada pela Delegacia local do IPASE, como se verifica em artigo publicado no Diário Oficial em 25/10/1956.

Em fins da década foi concluída a Vila Regis (Figura 28), no Alecrim. Um grupo de casas geminadas dispostas em terreno de 5.5mx10.5m, com sala com dois ambientes, dois quartos, cozinha, banheiro e alpendre, construídas pelo IAP dos Industriários e financiadas por Cr\$10.000,00, em média.

A atuação da Fundação da Casa Popular (FCP) no Rio Grande do Norte também tomou grande vulto a partir da segunda metade da década de 1950, sobretudo, no interior. Da mesma forma que os IAPs, a FCP aumentou as reservas destinadas ao estado (ANTES..., 29/01/1957, p.01). Em 1957 foram construídas cerca de 187 casas nos municípios de Assu, Areia Branca, Pau dos Ferros e Martins; aproximadamente 100 residências construídas nos municípios de São Paulo do Potengi, Arez e Macaíba. (SERÃO..., 01/03/1957, p.01); e mais 50 moradias em Serra Caiada e 50 em São Pedro do Potengi. (CASAS..., 28/05/1957, p.04)

Na capital, a Fundação da Casa Popular em convênio com o governo do estado, em 1957, construiu cerca de 1.500 casas em terrenos situados no bairro de Lagoa Nova, projeto de urbanização conhecido como Cidade do Funcionário (PRIMEIROS..., 18/09/1957, p.06). Em toda a década de 1950 foram edificadas, de acordo com os periódicos em circulação na época, mais outras 500 casas. As habitações concebidas pela FCP eram de “tipo simples, conforme planta adotada pela Fundação (...) [com] três quartos, além das demais dependências, e todos os requisitos de uma residência moderna e higiênica (...)”.(PRIMEIROS..., 18/09/1957, p.06)

Em 1963, o governo do estado criou a Fundação da Habitação Popular – FUNDHAP – órgão responsável por amenizar as conseqüências do problema da

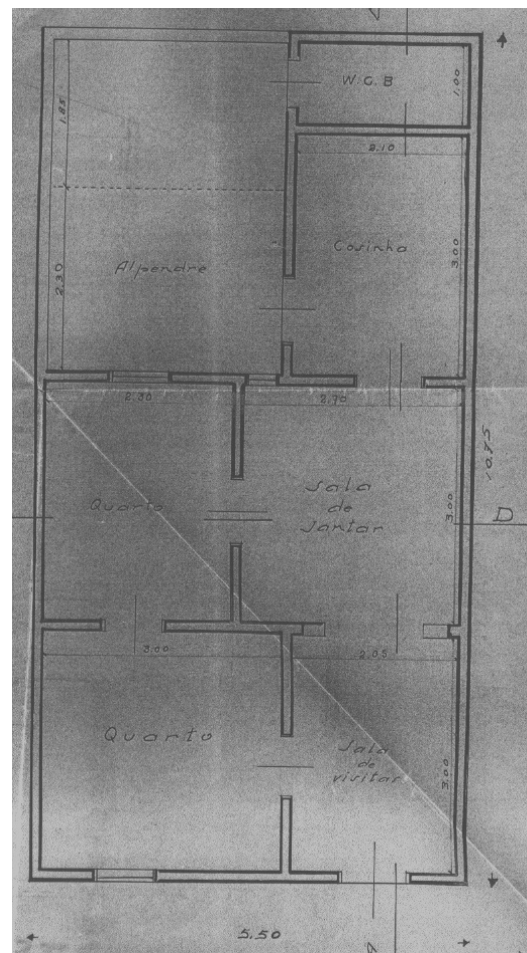


Figura 28: Planta tipo das residências localizadas na Vila Regis, no Alecrim. Fonte: Arquivo do INSS-RN.

moradia recorrente nas três últimas décadas. Os principais objetivos daquela fundação eram: 1) atender parte do déficit de habitações das camadas mais pobres; 2) contribuir para a estabilização dos custos locativos e melhoria na oferta regular de casas; 3) possibilitar que o incremento da renda resultante da estabilização dos gastos com a habitação seja dirigido para a elevação dos padrões de vida; 4) controlar a execução de uma experiência pioneira cujos efeitos a curto prazo, permitirão formular um programa habitacional dinâmico, que reduza as pressões originárias desse setor. (SÉRGIO, 1965, p.2-5)

Em março do ano seguinte foi assinado o I Convênio de Habitação Popular entre a FUDHAP, a USAID, o governo estadual e a SUDENE, que previa a construção de 1.000 casas até junho de 1965 (ALUIZIO..., 07/03/1964, p.05), que equivalem, a parte do conjunto Cidade da Esperança.

A produção dos IAPs e da FCP foi decaindo nos primeiros anos da década de 1960, finalizando sua atuação em 1964, quando o governo militar antipopulista, extinguiu os IAPs e centralizou a previdência no INPS – Instituto Nacional de Previdência Social – transferindo, por outro lado, as atribuições das carteiras prediais e da FCP para o Banco Nacional da Habitação – BNH⁶¹.

Considerações parciais II

A partir da década de 1930, pela primeira vez a cidade passa a ser alvo de análises e palco para intervenções sistematizadas em um programa desenvolvimentista de âmbito nacional⁶², instituído pelo presidente Getúlio Vargas (1930-1945), cujo intuito era o de modernizar as suas estruturas. Intenção antiga, mas que nesse momento ganha um novo viés. No entanto, nos discursos e ações ainda predominavam os preceitos do higienismo, marcados, principalmente por práticas de higiene arraigadas às normas morais. As intervenções na habitação seguiram essas diretrizes.

Em Natal, esse momento foi marcado por uma mudança de atuação governamental no campo da habitação, que previa não só a disponibilização de infraestrutura, mas também, o financiamento, os materiais e a mão-de-obra para edificação de residências.

⁶¹ As fontes e os recursos para essa instituição eram provenientes do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e do Sistema Brasileiro de Previdência e Poupança (SBPE).

⁶² Referia-se a substituição das importações que requeriam capitais e mão-de-obra barata. (BONDUKI, 2002)

O papel desempenhado por Natal, na década de 1940 durante a II Guerra Mundial e o rápido crescimento populacional conseqüente deste fato, representou um marco deste momento que culminou na eclosão da primeira grande crise habitacional representada pela escassez de moradias e elevações crescentes nos valores para locação. Havia, dessa forma, uma situação diferente da verificada no resto do país, caracterizada pelo congelamento dos aluguéis através da Lei do Inquilinato (1942) e pela crise dos materiais de construção que desapareceram do comércio e elevaram de preço. Em Natal, houve uma negligência da supracitada Lei e os altos custos dos materiais foram incorporados aos valores de aluguéis e vendas de moradias. A partir de meados da década, encena intensificação da construção de vilas operárias e militares na cidade, principalmente, pelos Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPs), assim como, o crescimento da atividade imobiliária.

A crise social e econômica se estendeu até os anos de 1950, sendo intensificada pelas diversas secas ocorridas. Em fins dessa década uma outra crise de moradias eclodiu na cidade, resultando no surgimento das primeiras ocupações irregulares com casas precárias no seu espaço urbano, características do que naquele momento já se denominavam favelas. Percebe-se então, que da mesma forma que na cidade de São Paulo da década de 1940, as favelas que surgiram na capital norte-rio-grandense foram frutos de uma crise habitacional.

Apesar de existirem anteriormente em Natal, as habitações precárias só passaram a serem consideradas um “problema urbano” – não somente sanitário — pelas autoridades, em meados da década de 1950 e início da década de 1960, quando se mostraram um empecilho ao projeto de industrialização proposto pela elite política na época.

No tocante às soluções empregadas ao problema da moradia no período, observou-se: a produção da habitação pelos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões, assim como, pela Fundação da Casa Popular e da Habitação Popular do Estado; a auto construção de casas; o loteamento de terras na periferia, também realizados pelo Estado; a redução dos preços dos terrenos para facilitar a aquisição do lote e/ou da casa própria; a desapropriação de terrenos para loteamento e distribuição gratuita; dentre outras. Pode-se dizer que o setor, o parque e o mercado imobiliário já se apresentavam de forma mais complexa que o momento anterior.

Para a realização dessas obras públicas contou-se com o empenho dos governos municipal e estadual, das parcerias com agentes financiadores nacionais – Caixa Econômica Federal (CEF) e Fundação da Casa Popular (FCP) – e internacionais – USAID – além, do apoio dado pela Igreja Católica e da participação popular. Foram também criadas nesse sentido, instituições de âmbito estadual, como o Instituto de Previdência do Estado, em 1962 e a Fundação da Casa Popular do Rio Grande do Norte (FUNDHAP), que data do ano de 1963.

As conseqüências das realizações públicas neste campo, puderam ser observadas pela proliferação de loteamentos em fins da década de 1950 e pela consolidação da periferia, em meados dos anos de 1960, frente à inexistência de outras alternativas, com a generalização das casas construídas por mutirões e da infraestrutura precária, responsáveis pela expansão horizontal da cidade, originando as chamadas, naquele momento, “disfunções urbanas”. Percebe-se ainda, a concretização de conjuntos habitacionais como solução dada pela administração pública, ao problema da falta de moradias. Espaços esses, também instalados longe do centro da cidade, tendo como exemplo, a Cidade da Esperança. Nesse momento o preço do solo já incidia sobre a localização da moradia no espaço urbano.

Pode-se incluir que a ênfase dada ao problema habitacional – déficit – a partir da década de 1940 até meados de 1960, equívaleu a uma estratégia governamental para promover e/ou impulsionar o mercado da construção civil.

Considerações finais

O atual quadro de reformulação de políticas públicas urbanas e habitacionais no Brasil começou a ser desenhado há mais de um século, principalmente, a partir das últimas oito décadas. Os primórdios da intervenção do poder público na cidade, essencialmente na moradia, foram evidenciados a partir da Velha República e caracterizados pelo início da conscientização do Estado de sua responsabilidade para com a estrutura, serviços e equipamentos urbanos. Bonduki (2002) intitula esse momento como o de constatação de que a estrutura urbana era socializada.

A partir da década de 1930, a administração pública passa a reconhecer que a população de baixa renda não detinha condições de angariar uma moradia digna sem o seu auxílio. Isso resultou na transferência, para o Estado, do encargo de mobilizar recursos e mecanismos para conceber habitações que, a partir de então, deixaram de seguir os “moldes tipicamente capitalistas” (BONDUKI, 2002, p.36) para serem consideradas uma questão social.

Em Natal, as intervenções estatais na área da habitação foram guiadas por esses fatores históricos e mostraram claramente dois momentos caracterizados, por um lado, por uma certa unidade de atuação da administração pública – o que os conforma como momento – e, por outro, por evidências marcantes de mudanças de postura na forma de interpretar e resolver a questão da moradia – o que os distingue. No entanto, estes momentos são também delimitados pelas condições históricas que define um fenômeno ou fato, como um problema. Condições estas que podem ser delineadas por questões econômicas, políticas, sociais, culturais e, ainda, exclusivamente ideológicas.

Assim, da Proclamação da República (1889) à fins da década de 1920, conforma-se o primeiro momento, marcado pela elaboração e implementação de uma legislação rigorosa, muitas vezes punitiva e excludente, e relacionada à concepção e adequação de moradias verbalizada pela instituição dos Códigos de Posturas – arraigados aos princípios higienistas que vigoravam à época.

Com a eclosão da Revolução de 1930, teve início o segundo momento de intervenções públicas no campo da habitação que se estendeu até 1964 com a criação do Banco Nacional de Habitação – BNH – a partir da qual se inicia um novo período da história em todo o Brasil. O Estado passou de legislador (controlador e repressor) para criador das condições de uso e de produção habitacional e produtor direto da moradia. Passa, efetivamente, a conceber residências, disponibilizando não somente a infraestrutura necessária, como observado nas décadas de 1900 a 1920, mas também, o

financiamento, os materiais e a mão-de-obra para sua edificação. Essa mudança de atuação é marcada pela construção da primeira vila para operários pelo governo estadual, em 1932. Até o momento essa proposta era uma “(...) cogitação empírica de quase todos os que tem passado pelo governo deste Estado (...)” (A REPÚBLICA, 03/12/32, p.01).

Por outra linha, verificou-se que os fluxos migratórios em direção à capital norteriograndense e as obras de modernização e embelezamento inseridas no projeto da elite política que almejavam o desenvolvimento físico e econômico da cidade, realizadas desde fins do século XIX, acabaram por gerar como conseqüência, uma aglomeração popular mal alojada em habitações precárias; constituindo uma grave ameaça à saúde e à imagem pública.

Percebeu-se que essa conjuntura, durante todo o recorte temporal estudado, resultou em propostas e ações por parte do poder público que objetivavam por fim a essas “aglomerações” e “aberrações arquitetônicas”, reservando à população mais carente áreas longe do centro da cidade e dos espaços da elite.

Os problemas referentes à moradia e ao espaço de se habitar evidenciados em Natal expressaram também a escassez de residências destinadas à classe baixa e aos migrantes que chegavam à cidade. As ações governamentais perante essas questões, fossem de caráter legislativo ou intervenções diretas realizadas no espaço urbano, portanto, equívocaram à reações as conseqüências das secas que assolaram o estado do Rio Grande do Norte, sobretudo às migrações.

A segregação social acompanhou as manifestações de crise de moradia em todos os momentos, impedindo que as diferentes camadas sociais sofressem da mesma maneira com os efeitos da crise urbana. A segregação garantiu às classes mais abastadas áreas de uso exclusivo, livres de deterioração. Situação essa intensificada pelo aparecimento dos bairros operários, dos bairros destinados aos migrantes e daqueles reservados à elite. Segundo Bonduki (2002), esse processo fazia parte de um projeto sempre presente no corpo de idéias urbanísticas da elite dirigente, que foi paulatinamente sendo implantando em todo o país.

De forma geral, as intervenções urbanísticas realizadas na cidade e na habitação produziram uma urbanização restrita às áreas centrais, que englobava projetos de caráter higienista, inserção de infra-estrutura e a exaltação de valores estéticos refletidos no aformoseamento de prédios, vias e jardins públicos, ao mesmo tempo em

que se firmavam ou originavam os subúrbios em condições de insalubridade. Estes espaços de pobreza e a “incômoda” presença de seus moradores foram motivo, tanto no plano do discurso como da prática, para as várias intervenções estatais no plano da habitação ao longo do século XX.

Uma síntese da atuação pública perante os problemas no campo da habitação evidenciados no período estudado pode ser formulada. Às soluções resumem-se: ao concebimento de infra-estrutura para áreas destinadas a se habitar, como por exemplo, a abertura de vias e instalação de energia elétrica, nos anos de 1900; a legislação punitiva e restritiva, verbalizada pelos Códigos de Postura, que marcaram as intervenções públicas na cidade e na habitação até meados de 1920; as reformas estéticas e de higiene, baseadas nos princípios apregoados em fins do século XIX e que perduraram até fins da década de 1920, retornando na década de 1950; a produção da habitação com subsídio ou financiamento público, identificadas a partir de 1930; a concessão de terras na periferia aos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões, principalmente, a partir dos anos de 1940; a criação de bairro e loteamentos periféricos promovidos pela administração pública; a redução dos preços dos terrenos para facilitar a aquisição do lote e/ou da casa própria; a desapropriação de terrenos para loteamento e distribuição gratuita; e a remoção e a capacitação de favelas. Estas ações evidenciam a participação de vários agentes, em diversos papéis, na produção da moradia e da cidade, tanto por parte da população como da administração pública.

O estudo evidencia, também, que as intervenções no espaço da moradia e as propostas urbanas estão diretamente relacionadas e que a administração pública ao qualificar o espaço urbano para o uso habitacional cria novos espaços para o mercado imobiliário. Neste sentido, pode-se dizer que o delineamento deste panorama histórico das intervenções estatais na área da moradia, no período delimitado pelos anos 1889-1964, fornece elementos para entender o processo de construção do parque habitacional em Natal, constituído ao longo do Século XX por empreendimentos públicos ou privados.

Assim, apesar de não ter se afigurado como objeto central dessa investigação, a habitação social tem muito a revelar sobre o processo de construção e urbanização das cidades. A atuação estatal nesse campo implica diversos fatores econômicos, político, sociais, culturais e ideológicos que merecem ser aprofundados diante da exiguidade da historiografia sobre a questão. O aprofundamento da análise teórica sobre as

intervenções públicas no espaço da moradia, assim como do surgimento e afirmação de outras formas de produção da habitação por parte da iniciativa privada ou pelos próprios moradores; do estudo das soluções arquitetônicas e de desenho do conjunto urbanístico; e o detalhamento de cada período no sentido de buscar matizes que levam a uma sub-periodização constituem elementos que dão luz ao desenvolvimento posterior da presente pesquisa.

REFERENCIA BIBLIOGRÁFICA

- A CIDADE. **A República**, Natal, 13 fev.1914. n.37, p.01.
- A CIDADE e os latifúndios. **A República**, Natal, 16 mar. 1949. n.38, p.01.
- A CIDADE infestada de mendigos e vagabundos. **Jornal de Natal**, 25 jan. 1955. n.1026, p.01.
- ACTO N.8. **A República**, Natal 29 ago.1935. n.1396, p.06.
- A EMPRESA Construtora e Saneamento Predial LTD e suas credenciais. **A República**, Natal, 02 fev. 1932. n.375, p.04.
- A GUERRA tudo transforma. **Diário de Natal**, Natal, 30 jan.1945. n.937, p.08.
- A INAUGURAÇÃO do calçamento da avenida Nísia Floresta. **A República**, Natal, 04 ago.1934. n.1089, p.01.
- ALBERGUE noturno: A "Campanha do Tijolo" será iniciada amanhã. **Jornal de Natal**, Natal, 15 de dez.1951. n.575, p.04.
- ALECRIM, Otacílio. **Província submersa**. Rio de Janeiro: Country Club, 1957.
- _____. Retractos da cidade. **A República**, Natal, 27 abr. 1929, n. 95, p. 01. (a)
- _____. Retractos da cidade II. **A República**, Natal, 03 maio 1929, n. 99, p. 01. (b)
- _____. O plano da Cidade de Natal – standard da Propaganda. **A República**, Natal, 22 ago. 1929, n. 190, p. 01. (c)
- ANDRADE, Alenuska Kelly G, OLIVEIRA, Manuela Dantas de FERREIRA, Angela Lúcia de Araújo. **Os hábitos de higiene e a “cidade moderna”**. In: 54a Reunião Anual da SBPC, 2002, Goiânia – GO.
- ANDRADE, Ilza Araújo Leão de (coor.). **Igreja e política no RN: momentos de uma trajetória**. Natal: Sebo Vermelho, 2000.
- ALUIZIO Alves revela a imprensa. **A Ordem**, Natal, 07 mar.1964. n.5586, p.05.
- ALVES, Aluízio. **O que eu não esqueci: reminiscências políticas (1933-2001)**. Rio de Janeiro: Leo Cristiano Editorial, 2001.
- ANTES de chegar a energia de Paulo Afonso. **Jornal de Natal**, Natal, 29 jan.1957. n.1533, p.01.
- A PROMOTORA da casa própria. **A República**, Natal, 08 nov.1935. n.1453, p.02.
- A PROPÓSITO das estéticas das casas de Natal. **A República**, Natal, 04 mar.1934. n.966, p.07.
- A PROPÓSITO: da mendicância em Natal, a construção do “Dispensário Sinfonioso Barreto”. **A República**, Natal, 08 fev.1934. n.647, p.01.
- ARAÚJO, Humberto H. de. **Modernismo: anos 20 no Rio Grande do Norte**. Natal: Universitária, 1995.
- A REPÚBLICA**, Natal, 15 jan.1925. n.11, p.01.
- A REPÚBLICA**, Natal, 03 dez.1932. n.608, p.01.
- A REPÚBLICA**, Natal, 27 set.1935. n.1420, p.01.
- A REPÚBLICA**, Natal, 03 dez.1935. n.1469, p.04.
- AS NOVAS realizações da Prefeitura. **A República**, Natal, 19 fev.1932. n.388, p.01.
- AS REALIZAÇÕES da administração revolucionária no Rio Grande do Norte. **A República**, Natal, 04 jan.1933. n.631, p.01.
- ATENTADO à estética da cidade. **Tribuna do Norte**, Natal, 15 out.1952. n.734, p.06.
- A. Z. Observação do dia. **Tribuna do Norte**, Natal, 08 fev.1952. n.544, p.04.
- BALZAC. Scenas e factos. **Gazeta de Natal**, Natal, 27 jun.1898. n.128, p.04.
- BARBOSA, Reinaldo. Recebedoria de rendas: Imposto Territorial. **A República**, Natal 09 jan.1932. n.356, p.03.
- BILRO, Miguel. Prefeitura de Natal/Acto n.8. **A República**, Natal, 29 ago. 1935. n. 1396, p.06.
- BLAY, Eva Alterman. **Eu não tenho onde morar: vilas operárias na cidade de São Paulo**. São Paulo: Nobel, 1985.
- BONDUKI, Nabil. **Origens da habitação social no Brasil: arquitetura, Lei do Inquilinato e difusão da casa própria**. 2 ed. São Paulo: Estação Liberdade: FAPESP, 2002.
- CALLEDO, Letícia. **A revolução Industrial**. São Paulo: Atual/UNICAMP, 1987
- CARVALHO, Rodrigues de. A Cidade de Natal. **A República**, Natal, 27 ago.1906. n.178, p.01.

- CASA própria para os aeroviários / O Governo doou o terreno à CAPSATC. **Tribuna do Norte**, Natal, 03 jan.1953. n.799, p.04.
- CASAS populares para o Rio Grande do Norte: construirá a Fundação da Casa Popular no interior do estado. **A República**, Natal, 28 mai.1957. n.119, p.04.
- CASCUDO, Luís da Câmara. **História da cidade de Natal**. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL; Natal: UFRN, 1980.
- _____. Musicalerias. **A República**, Natal, 14 jun. 1929, n. 132, p. 01.(a)
- _____. O novo plano da cidade I, a cidade. **A República**, Natal, 30 out. 1929, n. 247, p 01. (b)
- _____. O novo plano da cidade II, a Ribeira no “Master Plan”. **A República**, Natal, 3 nov. 1929, n. 252, p. 01. (c)
- _____. Proteção aos monumentos naturais. **A República**, n. 73, p.03, 29/09/1946.
- _____. **História da Cidade do Natal**. Natal: IGH/RN, 1999
- CENSURA estética. **A República**, 12 jan.1932. n.358, p.01.
- CHRONICA do dia: nos cinemas. **A República**, Natal, 06 abr.1937. n.1853, p.02.
- CICCO, Januário. **Como se higienizaria Natal**: algumas considerações sobre o seu saneamento. Natal: Atelier Typ. M. Victorino, 1920.
- CIDADÃO, Dr. Chefe de Polícia. **Gazeta de Natal**, Natal, 08 fev.1890.n.154, p.04.
- CIDADE das lágrimas. **A República**, Natal, 28 jan.1904. n.2442, s/p.
- CIFRAS que falam bem alto. **Diário de Natal**, Natal, 30 jan.1945. n.937, p.08.
- CLEMENTINO, Maria do L. **Complexidade de uma urbanização periférica**, 1990. Tese (Doutoramento) – Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.
- COISAS da nossa terra. **A República**, Natal, 14 out.1906. n.3051, p.01.
- COMISSÃO DE SANEAMENTO DE NATAL. **Relatório do Saneamento de Natal**. Publicação comemorativa da inauguração das obras. Natal, 1939.
- CONSTRUÇÃO nas Rocas da Vila Ferroviária. **Tribuna do Norte**, 07 mai. 1953. n.896, p.01.
- CORREIA, Telma de Barros. **A construção do habitat moderno no Brasil – 1870-1950**. São Carlos: Rima, 2004.
- COSTA, Madislene. **Quando a modernidade vinha de bonde**. Natal, 1998. Monografia (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Departamento de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
- DANILO. Bairros – Petrópolis. **A República**, nº 3227, p.08, 11/02/1942.
- DANTAS, Ana Caroline de Carvalho. **O Plano Geral de Obras: o ideário de Saturnino de Brito na Natal dos anos 30**. Trabalho de graduação (Monografia). Natal: UFRN, 2000.
- _____. **Sanitarismo e planejamento urbano**: a trajetória das propostas urbanísticas para Natal entre 1935 e 1969. 2003. Tese (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Departamento de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 243p.
- DANTAS, Garibaldi. O “Vegecreto”. **A República**, Natal, 8 maio. 1929, n. 102, p. 01. (a)
- _____. A utilidade dos planos grandiosos. **A República**, Natal, 18 jun. 1929, n. 135, p. 01. (b)
- _____. O urbanismo. **A República**, Natal, 17 set. 1929, n. 211, p. 01. (c)
- _____. “Natal daqui a 50 anos”. **A República**, 28 jun. 1957. n.142, p.03.
- DANTAS, George Alexandre Ferreira. **Natal “Caes da Europa”**: o Plano de Sistematização no Contexto da Modernização da Cidade (1920-1930). Monografia de Graduação. Natal, UFRN, 1998.
- _____. **Linhas convulsas e tortuosas retificações**: transformações urbanas em Natal nos anos 1920. Tese (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Departamento de Arquitetura, Escola de Engenharia de São Carlos – EESC-USP. São Paulo, 191p.
- DEBATIDO em mesa redonda o problema mendicância : o governador Silvio Pedroza, reuniu, na Vila Potiguar, autoridades e técnicos, sugeridos medidas para enfrentar a situação. **Jornal de Natal**, Natal, 26 mai.1953. n.745, p.01.
- DEÁK, Csaba. A cidade: do burgo à metrópole. **Espaço e Debates**, São Paulo, n. 34, ano XI, p. 113-120, 1991.

- DECCA, Edgar de, el all. Depoimentos – Cidade e História. In: **Espaços e Debates: Revista de Estudos Regionais e Urbanos**. São Paulo: FAPESP, 1991. Ano XI, nº 34, p. 07 – 22.
- DISCURSO do deputado Salgado Filho, ex-ministro do Trabalho do governo provisório, Boletim do Ministério do Trabalho Indústria e Comércio, 1937 apud BONDUKI, Nabil. **Origens da Habitação Social no Brasil**. São Paulo: 2002, p.23
- EDIFÍCIOS dignos de nota. **Diário de Natal**, Natal, 30 jan.1945. n.937, p.08.
- EDITAES/ Ministério da Fazenda/ terrenos da Marinha. **A República**, Natal, 11 mar.1926. n.56, p.02.
- EDITAES / Terrenos da União. **A República**, Natal, 25 jan.1929. n.24, p.01.
- EDUARDO, A. R. B. **Do higienismo ao saneamento: as modificações do espaço físico de Natal, 1850-1930**. Trabalho de graduação (Monografia). Natal: UFRN, 2000.
- EM BRASÍLIA Teimosa e Mãe Luíza: reforma urbana e agrária! **Folha da Tarde**, 15 jun. 1962. m,722, p.01.
- EMPRESA construtora. **A República**, Natal, 15 jan.1933. n.640, p.01.
- EM NATAL o presidente do IPASE. **Jornal de Natal**, Natal, 11 dez.1954. n.991, p.01-04.
- ESCRITÓRIO Saturnino de Brito. **Relatório do Saneamento de Natal**. Natal: 1935.
- ESTABELECIMENTO de normas para construções na Avenida Circular. **Jornal de Natal**, 18/05/1954, n.851, p.04.
- EXPEDIENTE do Governador. **A República**, Natal, 05 nov.1937. n.2013, p.05.
- EXPOSIÇÃO de plantas para construções na prefeitura desta capital, hoje às 13 horas. **A República**, Natal, 17 mar.1928. n.60, p.02.
- FARRET, Ricardo Libanez. **O espaço da cidade**, contribuição à análise urbana. São Paulo: Projeto, 1985.
- FERNANDES, Rafael. Diário Oficial/ expediente do governador/ Decreto n.177. **A República**, 04/08/1936, n.1661, p.03.
- _____. Decreto N.º 324 – de 3 de novembro de 1937. **A República**, Natal, 07 nov.1937. n.2013, p.05.
- _____. **A República**, Natal, 07 nov.1937. n.2013, p.05.
- _____. Decreto N.º 362. **A República**, Natal, 12 dez.1937. n.2042, p.05.
- FERREIRA, Angela Lúcia de Araújo. **De la producción del espacio urbano a la creación de territorios en la ciudad: un estudio sobre la constitución de lo urbano en Natal, Brasil**. Tese de doutorado. Barcelona: Universidade de Barcelona, 1996.
- FERREIRA, Angela Lúcia de Araújo; DANTAS, George A. F. Os “indesejáveis” na cidade: as representações do retirante da seca (Natal, 1890-1930). In: Colóquio Internacional de Geocrítica 3, 2001. Barcelona/Espanha. Anais eletrônicos...(www.ub.es/geocrit/sn-94-96.htm).
- FERREIRA, Angela Lúcia de Araújo. et al. **Uma cidade São e Bela: a trajetória do saneamento de Natal entre 1850 e 1969**. Natal: CAERN, 2003. (Livro em vias de publicação).
- FERREIRA, Angela Lúcia de A.; DANTAS, Kleyne R. de S.; EDUARDO, Anna R. B. e DANTAS, Ana Caroline de C. L.. **Dois olhares, duas propostas e uma solução: contribuição para o estudo do meio ambiente urbano em Natal/RN**. In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO, 6., 2000, Natal. **Anais...** Natal: PPGAU, 2001. 1CD
- FERREIRA, Angela Lúcia de A.; DANTAS, Ana Caroline de C. L.; DANTAS, George Alexandre F.; EDUARDO, Anna Rachel B.; **A paisagem criada pelo saneamento: propostas arquitetônicas para Natal dos anos 1930**. Rio de Janeiro: Anais do XVII Congresso Brasileiro de Arquitetos. 2003.
- FERREIRA, Gentil. Decreto n.23. **A República**, 13/04/39, n.2417, p.08.
- FUNDAÇÃO da Casa Popular: Venda de Casas. **A República**, nº 211, p.08, 19/09/1948.
- GAMALIEL. Pela Hygiene. **A República**, 11/06/1924, n.130, p.01
- GAZETA DE NATAL**, 08/02/1890, n.154, p.04.
- GOMES, Gustavo Maia. **Velhas secas em novos sertões: continuidade e mudanças na economia do semi-árido e dos serrados nordestinos**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2001. 294p.
- GOVERNO do Estado / Notas officiaes. **A República**, 04/07/1924, n.148, p.01.

- GOVERNO do Município. **A República**, 01/04/1925, n.74, p.01.
- GOVERNO do Município - Construções de Muros. **A República**, 19/02/1924, XXXVI, n. 35, p.02.
- GOVERNO do Município – Resolução n.277. **A República**, 03/07/1927, n.143, p.03.
- GOVERNO do Município – Resolução n° 278. **A República**, 05/07/1927, n.144, p.02.
- GOVERNO do terror. **Gazeta de Natal**, 22/07/1898, n.1409, p.01.
- GOZAR a vida. **A República**, 10/07/1936, n.1642, p.02.
- HISTÓRIA do Rio Grande do Norte**. Natal: Tribuna do Norte, Fundação José Augusto, n.12, 1998.
- HYGIENE Publica. **A República**, 24/08/1903, n.167, p.03.
- IANNI, Octavio. **Estado e Planejamento econômico no Brasil (1930-1970)**. 2 ed. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1977.
- IMPRESSÕES da América – a arte de embelezar as cidades. **A República**, 12/07/1923, n.196, p.01.
- INTENDÊNCIA Municipal. **A República**, 11/02/1903, n.30, p.01.
- INTENDÊNCIA Municipal. **A República**, 15/05/1924, n.107, p.01.
- INTENDÊNCIA Municipal de Natal/ Resolução n.55. **A República**, 04/01/1902, n.03, p.02.
- KOSTOF, Spiro. **A History of Architecture: settings and rituals**. New York: Oxford University Press, 1985.
- LAMARTINE, Hypérides. Assentamentos da família Lamartine. **Revista Província**. Reedição revis. complet. Natal, n. 3, p. 67-76, 1994.
- LAMARTINE, Juvenal. As boas orientações administrativas: o Rio Grande do Norte no governo Juvenal Lamartine (em entrevista). **A República**, Natal, 20 jul. 1930, n. 166, p. 01.
- LAMARTINE, Oswaldo. Juvenal Lamartine, meu pai. **Revista Província**. Reedição revis. complet. Natal, n. 3, p. 11-15, 1994.
- LEI INIQUA. **A República**, 11/12/1906, n.3091, p.01.
- LIMA, Pedro A. de. **Natal no século XX: do urbanismo ao planejamento urbano**. Natal: EDUFRN, 2001.
- LYRA, Alfredo. **Hygiene: falando e escrevendo**. Natal: M. S. de Aguiar, 1929.
- MACEDO, F. A. de. Mensagem apresentada pelo governador Rafeal Fernandes Gurjão á Assembléia Legislativa do estado em 1º de setembro de 1936. **A República**, 05/09/1936, n.1687, p.07.
- MARICATO, Ermínia. **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. São Paulo: Editora Alfa – Omega, 1979.
- MEDEIROS FILHO, Olavo de. **Terra natalense**. Natal: Fundação José Augusto, 1991.
- MEDIDA de Alto Alcance Social. **A República**, 20/01/39, n.2350, p.01.
- MELHORAMENTOS da cidade. **A República**, 12/02/1908, n.34, s/p.
- MELO, Veríssimo de. Juvenal Lamartine. **Revista província**. Reedição revis. complet. Natal, n. 3, p. 43-49, 1994.
- MENSAGEM de Governo/ a vida nos municípios/ Prefeitura de Natal. **A República**, 05/09/1936, n.1687, p.02.
- MIRANDA, João Maurício F. de. **380 Anos de História Foto-Gráfia da Cidade de Natal – 1599 – 1979**. Natal. Editora Universitária, 1981.
- MIRANDA, João Maurício F. **Evolução Urbana de Natal em 400 anos: 1599-1999**. Natal: Governo do Rio Grande do Norte/Prefeitura de Natal, 1999.
- MOTA, Valter T. et al.. **Normas Técnicas: para apresentação de trabalhos científicos**. Caxias do Sul: EDUCS, 2004.
- NA CAMARA Municipal. **Jornal de Natal**, 03/08/1955, n.1174, p.04.
- NATAL. Decreto n.859, de 19 de junho de 1935. **A República**, Natal, 20 jun.1935. n.1340, s/p.
- NATAL. Decreto N.º 327 – de 6 de novembro de 1937. **A República**, Natal, 07 nov. 1937. n.2015, p.05.
- NOTA da Semana. **A República**, 31/01/39, n.2359, p.02.
- NOTAS do dia – A seca. **Diário de Natal**, 15/06/1889, n.1111, p.01.
- OBRA PHILANTHROPICA. **A República**, 07/07/1925, n.148, p.01.
- O EMBELEZAMENTO da cidade. **A República**, 10/07/1936, n.1642, p.02.

- OLIVEIRA, Giovana Paiva de. **A Elite Política e as Transformações no Espaço Urbano: Natal – 1889/1913**. Natal, 1997. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
- OLIVEIRA, Giovana Paiva. **De cidade a cidade: o processo de modernização de Natal 1889/1913**. Natal: EDUFRN, 1999.
- O'GRADY, Omar. Os problemas da cidade. **A República**, Natal, suplemento especial, 01 jul. 1929, n. 121, p. 01.
- O NOVO ramal. **Diário de Natal**, 28/03/1926, n.73, p.01.
- O novo quartel da Polícia. **A República**, 02/06/1950, n.126, p.06.
- O PAIZ**, Rio de Janeiro, 23 e 24/06/1930, n.16.681-2, p.05.
- O PROBLEMA da fome - Como socorrer, de momento, as levas de famintos que procuram a nossa cidade. **A República**, 31/03/32, n.415, p.01.
- O PROBLEMA da mendicância em Natal – O serviço E. de Reeducação e Assistência Social procura solucionar-lo. **A República**, 04/04/1943, n.76, p.03.
- O PROBLEMA DO TECTO. **Diário de Natal**, 17/03/1926, n.63, p.01
- O RIO GRANDE DO NORTE. A administração de Ferreira Chaves. **A República**, 01/08/1914, n.169, p.01.
- OS TIROS de roqueiras. **Gazeta de Natal**, 07/06/1890, n.170, p.04.
- O URBANISMO natalense. **A República**, 28/07/1928, n.167, p.01.
- PAIVA, Marlúcia. A Igreja dos anos 50: o Movimento de Natal. In: _____ **Igreja e política no RN**. Natal: Sebo Vermelho, 2000. 203p. p.15-40.
- PARA A CONSTRUÇÃO de residências destinadas aos operários. **A República**, 25/07/1942, n.3458, p.01.
- PARA CONSTRUÇÃO da casa propria dos segurados o IAPC. **A República**, 01/02/1950, n.25, p.01.
- PARTE OFFICIAL/ Regulamento do Serviço Sanitário do Estado do Rio Grande do Norte. **A República**, 24/09/1921, n.206, p.01.
- PECHMAN, Robert Moses (org.). **Olhares sobre a cidade**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994.
- PELAS Repartições - Directoria de Hygiene. **A República**, 17/03/1924, n. 52, p.01.
- PELA Saúde Pública - Higiene das Habitações. **A República**, 20/03/1924, n.63, p.01.
- PERUZZO, Dilvo. **Habitação: controle e espoliação**. São Paulo: Cortez Editora, 1984. 133p.
- POMBO, Rocha. **História do Rio Grande do Norte**. Edição comemorativa do centenário da independência do Brasil (1822-1922). Rio de Janeiro: Anuario do Brasil; Porto: Renascença portuguesa, 1922.
- PORTINHO, Carmem Velazcos. Os progressos constantes da aviação. **A República**, Natal, 16 abr. 1929, n. 85, p. 01.
- _____. A participação do RN no 4º Congresso Pan-americano de Architectura (em entrevista ao Jornal do Brasil, RJ). **A República**, Natal, 02 jul. 1930, n. 150, p.01. (a)
- _____. A remodelação de Natal. **A República**, Natal, 13 jul. 1930, n. 160, p.02. (b)
- PORQUE aparecemos [programa]. **Natal Jornal**, 04/05/1919, n.01, p.01.
- POSTO DE observação. **Jornal de Natal**, 15/01/1955, n.1016, p.01.
- PREFEITURA da capital – expediente do dia 23 de novembro de 1935 – despachos do Sr. Prefeito. **A República**, 03/12/1935, n.1469, p.04.
- PREFEITURA da capital – expediente do dia 25 de outubro de 1935. **A República**, 05/11/1935, n.1450, p.04.
- PREFEITURA da capital – expediente do dia 10 de dezembro de 1935 - despachos. **A República**, 14/12/1935, n.1479, p.05.
- PREFEITURA de Natal/Decreto n.4, de 11 de junho de 1935. **A República**, 12/06/1935, n.1334, p.08.
- PREFEITURA de Natal. **A Ordem**, 27/01/1939, n.1014, p.04.
- PRIMEIROS passos para a construção da cidade do funcionário. **A República**, 18/09/1957, n.65, p.06

- REGULAMENTO a que se refere o decreto nº 377, de 22 de dezembro de 1937. **A República**, 08/03/1938, n.2110, p.05.
- RELATÓRIO especial aos cidadãos. **A Ordem**, p.01, 19/03/1966.
- RELATORIO DO PRESIDENTE OMAR O'GRADY. **A República**, 08/01/1926, n.05, p.02.
- RELATORIO DO PRESIDENTE OMAR O'GRADY. CEMITÉRIO DO ALECRIM. **A República**, 10/01/1926, n.07, p.02.
- RESIDENCIAS para oficiais do exército / Inaugurados os primeiros conjuntos de quatro casas, no bairro do Tirol. **Jornal de Natal**, 09/09/1955, n.1202, p.04.
- RESOLUÇÃO N. 92. **A República**, 24/05/1904, n.105, p.01.
- RIBEIRO, Luiz César de Queiroz; AZEVEDO, Sérgio de. A produção da moradia nas grandes cidades: dinâmicas e impasses. IN:_____ **A crise da moradia nas grandes cidades: da questão da habitação à reforma urbana**. Rio de Janeiro: EDUFRJ, 1996. 283p. p.13-32.
- RIBEIRO, Luiz C. de Queiroz; PECHAMAN, Robert M.. **O que é questão da moradia?** São Paulo: Brasiliense, 1992.
- RIO GRANDE DO NORTE. Expediente do Governador – Decreto n.174 – de 27 de julho de 1936. **A República**, Natal, 28 jul.1936, n.1656, p.03.
- RIO GRANDE DO NORTE. **2ª mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Rio Grande do Norte pelo Governador Aluizio Alves**. Natal: Departamento de Imprensa, 1963.
- RIO GRANDE DO NORTE. **1a mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Rio Grande do Norte pelo Governador Walfredo Gurgel**. Natal: Departamento de Imprensa, 1966.
- RIO GRANDE DO NORTE. **2a mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Rio Grande do Norte pelo Governador Walfredo Gurgel**. Natal: Departamento de Imprensa, 1967.
- ROLNIK, Raquel. **História Urbana: História na cidade?**. In: FERNANDES, Ana, GOMES, Marco A. de A. F. (orgs). **CIDADE & HISTÓRIA: Modernização das cidades brasileiras nos séculos XIX e XX**. Salvador: UFBA, ANPUR, 1992. p. 27 – 29.
- SECÇÃO editorial. **A República**, 01/01/1901, n.1766, p.01.
- SECÇÃO livre. **Diário de Natal**, 11/08/1898, n.1126, p.01.
- SERÁ construída mais. **A República**, 11/08/1957, n.36, p.08
- SERÃO construídas no Rio Grande do Norte quinhentas casas populares. **Jornal de Natal**, 01/03/1957, n.1566, p.01.
- SÉRGIO, Ivan. “Cidade da Esperança” é realidade. **A Ordem**, nº 5628, p.2-5, 02/01/1965.
- SOCIAIS/ E.F.C.R.G.N.. **A República**, 11/01/1950, n.07, p.02.
- SOCIAES – feiuras da cidade... **A República**, 18/12/1935, n.1482, p.08.
- SOMEKH, Nadia. **A cidade vertical e o urbanismo modernizador**. São Paulo: EDUSP; Estúdio Nobel; FAPESP, 1997.
- SOUZA, Alberto. **Do mocambo à favela. Recife, 1920-1990**. João Pessoa: Ed. Universitária, 2003.
- SOUZA, Itamar de. **A República Velha no Rio Grande do Norte (1889 – 1930)**. Natal: Centro Gráfico do Senado Federal, 1989.
- TÓPICOS. **A Ordem**, 28/10/1952, n.5004, p.04.
- UMA LINDA iniciativa. **A República**, 03/02/1933, n.656, p.01.
- VAI CONSTRUIR o IAPC um grupo residencial no Tirol. **Tribuna do Norte**, 26/03/1953, n.864, p.08.
- VÁRIAS. **A República**, 15/01/1925, n.11, p.01.
- VÁRIAS - Intendência da Capital. **A República**, 16/01/1924, XXXVI, n. 13, p.02.
- VAZ, Lílian Fessler. Modernidade na cidade e na moradia. In:_____. **Modernidade e moradia: habitação coletiva no Rio de Janeiro, séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2002. 180p. p.145 – 172.
- VIDA social de arquitetura. **A República**, 31/08/1932, n.534, p.04.
- VILA FERROVIARIA... **Jornal de Natal**, 24/12/1954, n.1000, p.03.
- VILA NAVAL de 400 casas em Igapó: solução da Marinha de Guerra visando o aproveitamento de vários hectares de terras da Armada. **A República**, 11/05/1957, n.105, p.12.